

Lembranças

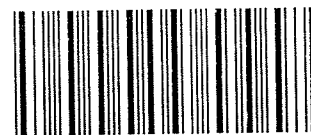
Brasil Vicente Ferreira



Dedico este
exemplar à Biblio-
teca Goiandira Ayres
do Couto - Academia da Po-
lícia Militar de Goiás.
Goiânia, 27 de março de 2017
G. Brasil

00014060

Lembranças



00014060

Brasil Vicente Ferreira

Lembranças

**Goiânia-GO
Kelps, 2016**

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon- CEP 74.560-460 — Goiânia — GO — Brasil
Fone: 55 (62) 3211-1616 - Fax: 55 (62) 3211-1075
E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

Programação Visual: Alcides Pessoni

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

FER	Ferreira, Brasil Vicente.
lem	Lembranças - Brasil Vicente Ferreira - Goiânia: / Kelps, 2016
	172 p.: il.
	ISBN: 978-85-400-1925-6
	1. Literatura brasileira 2. Memórias 3. Biográficas I. Título.
	CDU: 821.134.3(81)-94

Índice para catálogo sistemático:
CDU: 821.134.3(81)-94

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2016

PREFÁCIO

Penso que todo ser humano deveria, em determinado momento da vida, escrever suas memórias. Na impossibilidade de escrevê-las pessoalmente, pelo menos narrá-las a um escriba. Porque uma vida é uma vida. É preciosa demais para ser deletada, evaporando-se no tempo infundável.

Há os que respiram fundo e partem para o trabalho, enfrentando a sintaxe, esse emaranhado de regras que servem para desanimar a gente. É o caso de Brasil Vicente Ferreira, esse amigo meu, da terra onde reinou Bartolomeu.

Ao considerar a sugestão do Sargento Tarquínio Brito de Oliveira, Brasil, que galgou toda a hierarquia da Polícia Militar de Goiás, reuniu meticulosamente as lembranças, organizando-as num texto leve, gostoso de ser lido. Suas memórias estão aqui, sem vaidade, com simplicidade típica dos grandes.

Me bateu uma vontade de voltar no tempo e ter vivido no cenário descrito por Brasil – a Buenolândia de sua infância. Ele que teve um pai pescador, no generoso Rio Vermelho, tirou da humilde vida de aprendiz, valiosas lições que o fizeram ser um pai de família, um cidadão e um militar digno de elogios. Tudo vale a pena quando a alma não é pequena, já dizia o mestre Fernando Pessoa.

O texto de Brasil é limpo e cadenciado, sem rebuscamentos. Uma linguagem quase coloquial, em tom de envolvente prosa. Nele revisitamos um pouco da história do município de Goiás e das duras missões reservadas a um militar – de soldado a coronel. Não só Vila Boa ganha com este livro, mas também a respeitosa Polícia Militar de Goiás. Brasil, se divertindo prestou mais este prestimoso serviço a todos nós.

Bom, deixemos que o autor fale por si. A presente leitura é prazerosa, como um bom filme. Que o leitor, principalmente aquele que compartilhou com o autor esse magnífico cenário da bacia do Rio Vermelho, navegue nessas páginas, sem pressa, como em canoinha célere de um índio Carajá.

Idelmar de Paiva Neto

DEDICATÓRIAS

Dedico esta obra aos meus queridos pais
Felipe Vicente Ferreira (in memorian) e
Maria dos Santos Ferreira, aos quais tudo devo.
Aos meus irmãos: Deunice, Leonice, Clarionice,
Nelson, Nilson, Neosil, Eusílio e Felipe Júnior.

À minha querida esposa Frances – a companheira de
Todas as horas, ao meu lado. Ao nosso filho Lucas;
À nossa nora Suzana e ao nosso netinho Davi. Aos
Sobrinhos Anderson Pires (Bidu), Leonan Filho, Naira
Andrija e Edson Sidião Júnior.

Uma dedicatória especial aos tios Luiz e
Nazareth (ambos in memorian), bem como
À prima Maria dos Reis. A esse trio sou
Eternamente agradecido pelo que me
Proporcionaram.

Também lembro aqui de um casal de amigos
De muita importância para mim. Tratam-se de
Feliciano e José de Ribamar.

APRESENTAÇÃO

Já aos cinquenta e oito anos, ainda não havia passado pela minha cabeça escrever um livro. Todavia, sempre valorizei os dons artísticos e literários das pessoas. Por acaso, em dezembro de 2008, conversava com o Sargento Tarquínio Brito Oliveira - um grande amigo meu, e ele me fez a seguinte provocação: “Coronel, escreva um livro, o senhor tem história, o senhor tem potencial”. Tarquínio é um fervoroso maçom, homem íntegro, dinâmico, entrosado com a sociedade. A partir daquela conversa começou a rondar minha cabeça a sua sugestão. Em seguida li um livro cujo título é “Ganhar também é saber perder” - de Misilvan Chavier dos Santos - o Parceirinho. Naquele livro encontrei certo incentivo para amadurecer aquela ideia. Aquele autor fez sua autobiografia, narrando uma história recheada de dados comoventes e, ao mesmo tempo, alegres, com muito otimismo, mesmo estando em um cárcere.

Portanto, apresento a minha autobiografia como um preito de gratidão a tantas e tantas pessoas, parentes e amigos que foram e são de suma importância na minha vida.

Estes escritos foram extraídos da minha memória, algumas entrevistas e algumas pesquisas, em um exercício de mero empirismo, mas que retratam uma humilde e sincera história, denominada **LEMBRANÇAS**.

SUMÁRIO

Capítulo I - A primeira infância.....	11
Capítulo II - O primeiro passeio	13
Capítulo III - Buenolândia e o meio ambiente.....	15
Capítulo IV - Alfabetização	17
Capítulo V - A barra no dia-a-dia.....	18
Capítulo VI - Conclusão do primário	23
Capítulo VII - Casa de Bartolomeu Bueno.....	26
Capítulo VIII - De Buenolândia para Goiás.....	28
Capítulo IX - Início do ginásio	31
Capítulo X - A ferroada de arraia.....	33
Capítulo XI - Civismo e patriotismo.....	35
Capítulo XII - Formatura do ginásio.....	38
Capítulo XIII - Recrutatas	40
Capítulo XIV - Soldado enfermeiro.....	44
Capítulo XV - Laranjeira.....	45
Capítulo XVI - Destacamento de Montes Claros de Goiás.....	47
Capítulo XVII - Cadete.....	49
Capítulo XVIII - Um milagre	53
Capítulo XIX - Incêndio no forum.....	58
Capítulo XX - Chegada ao batalhão Vila Boa	60
Capítulo XXI - O casamento.....	62
Capítulo XXII - O fatídico garimpo.....	65
Capítulo XXIII - Cavalaria	67
Capítulo XXIV - 7º BPM - Batalhão Triunfo.....	70
Capítulo XXV - Comandante do 6º BPM	72
Capítulo XXVI - Dia internacional da mulher.....	75
Capítulo XXVII - Comando regional.....	79
Capítulo XXVIII - Batalhão Vila Boa	82

Capítulo XXIX - A caserna de outrora.....	85
Capítulo XXX - Saudosismo e evolução.....	93
Capítulo XXXI - Homenagem aos comandantes gerais	96
Capítulo XXXII - Homenagem aos comandantes de OPM.....	100
Capítulo XXXIII - Nomes de pessoas com destaque em Vila Boa	103
Capítulo XXXIV - Página eclesiástica católica.....	115
Capítulo XXXV - Página das mais diversificadas recordações ...	122
Capítulo XXXVI - Fatos e coisas de Goiás	131
Capítulo XXXVII - História do cinema na cidade de Goiás.....	138
Capítulo XXXVIII - Monumentos e instituições.....	140
Capítulo XXXIX - Peculiaridades da cidade de Goiás.....	144
Capítulo XL - Igrejas e capelas católicas.....	146
Capítulo XLI - Igrejas evangélicas e outras congregações.....	151
Capítulo XLII - Instituições de ensino.....	153
Capítulo XLIII - Fatos curiosos	157
Capítulo XLIV - Maurício Salles - o carnavalesco.....	159
Capítulo XLV - Capital simbólica	161
Epílogo.....	170

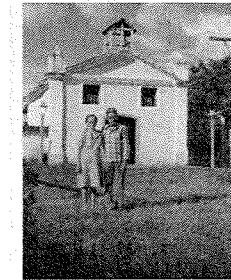
CAPÍTULO I

A PRIMEIRA INFÂNCIA

No dia 26 de agosto de 1949, Felipe Vicente Ferreira, com vinte e seis anos, se unia matrimonialmente com a jovem de vinte e dois anos, Maria Francisca dos Santos, no Distrito de Buenolândia.



Casamento de Felipe e Maria



Buenolândia

No dia 29 de maio de 1950, nascia o primogênito do casal, às margens do rio Vermelho, região daquele Distrito, no Município de Goiás-GO. Ali era o local de ocupação laboral da família, na lida de garimpo de ouro, pescaria e de dona de casa, respectivamente. A escolha do nome do garoto ou garota se deu em um acordo: se mulher, a mãe por-lhe-ia o nome de Goiânia. Se homem, o pai colocaria Brasil. Conjectura minha: esse nome pode ter sido influenciado pelo nome do amigo da família - o Dr. Brasil Ramos Caiado, que costumava passar vários dias na casa do meu avô paterno, Benedito Vicente Ferreira, ocupado com o lazer de caçada e pescaria. Ele conduzia o caminhão lotado de cachorros e companheiros caçadores, para aquela região do rio Vermelho, distante de Goiás cerca de cinquenta quilômetros. Naquele tempo, tudo que hoje é proibido, concernente à natureza, era permitido. Havia vastas florestas, e a fauna era abundante.

O tempo foi passando. O meu pai foi contemplado com um lote de seis alqueires de terreno, de um modelo de reforma agrária, nas margens do rio Bugre, distante cerca de um quilômetro do lugare-

jo – a Buenolândia. Logo chegou uma irmãzinha - a Deunice, em 1952. Decorridos quase seis anos, a família já contava com o terceiro rebento - o Nelson, que nasceu em 1955. O certo é que a vocação de minha mãe de contribuir com a explosão demográfica da Buenolândia falou mais alto. Em novembro de 1972, ela encerrou a jornada da procriação, trazendo ao mundo o nono e caçula da prole – o Felipe Vicente Ferreira Júnior.



Maria e os nove filhos

É bom lembrar que todos foram aparados pelas benditas mãos da “Vovó Mariquinha,” – a mãe dela, competente “Parteira” da localidade. E tem mais: o umbigo era tratado, até cair, com fumo e azeite de mamona. As fraldas eram de tecidos de algodão, até mesmo de velhos lençóis recortados. Não existia, ao menos na Barra, essas fraldas industrializadas, das mais variadas marcas, que estão aí poluindo o nosso meio ambiente.

Naquela década de 1950, ainda não havia o êxodo rural. A população da roça era consideravelmente numerosa.

Com relação ao meu nome, aconteceu que, com dois meses de nascido, já registrado, foi a vez do batizado. Só que o padre não permitiu, ou melhor, não aceitou que fosse realizado o batizado sem o nome de um santo. Teve que colocar José Brasil. Assim está no batistério.

CAPÍTULO II

O PRIMEIRO PASSEIO

Já residindo no perímetro urbano da Barra - o popular nome do Distrito de Buenolândia, eu contava com cinco anos. Naquele ano de 1955, participei, pela primeira vez, de uma viagem maravilhosa: tratava-se de uma caravana para o rio Araguaia, organizada pelo Sr Virgílio Guimarães (Escrivão do Cartório de Registro Civil da localidade). Foi utilizado um caminhão do Dr. Urbano Berquó. Saímos da Barra em uma manhã de setembro, e foram gastos dois dias para se chegar em Leopoldina, que poucos anos depois passou a se chamar Aruanã. Além da dificuldade de transposição dos areais, pois o desempenho da viagem era melhor só até meio-dia, o caminhão sofreu uma pane na fazenda Pindaibal, que por sorte era propriedade do Dr. Urbano também. Só faltavam sessenta quilômetros para se chegar ao destino.

A caravana tinha mais de vinte pessoas de todas as idades. Meu irmão Nelson tinha apenas sete meses. A antiga Leopoldina era uma cidade muito pequena. Muitas moradas eram ranchos de palha de buriti ou babaçu. Havia uma quantidade maior de índios Carajás na aldeia. Hoje a população de brancos se multiplicou, e a indígena diminuiu assustadoramente.

Naquele passeio tive a oportunidade de ver índios pela primeira vez. Estivemos na aldeia dos Carajás e, na inocência de meus cinco anos, fiquei preocupado com a falta de higiene da casa, ou melhor, da “taba”. Fiquei com nojo em ver a cozinha repleta de plumagem de pássaros pelo chão, escamas de peixe, sangue de caças escorrido nos utensílios.

A caravana foi acampar na barra do rio Água Limpa, pouco adiante de Leopoldina. Foi fantástico viajar de barco. Embarcamos em um batelão que comportou a turma toda. No grupo havia alguns rapazes cheios de ousadias: faziam parar a embarcação junto das roças

e furtavam melancias, mandiocas e verduras. Essas roças são feitas pelos ribeirinhos, nas chamadas vazantes, depois das enchentes. Ali cultivavam plantações de milho, arroz, abóbora, pepino, amendoim, melancia e outros haveres. Eram feitas clandestinamente, ao arrepio das leis ambientais, inclusive, essa prática ainda perdura. A viagem foi inesquecível.

CAPÍTULO III

BUENOLÂNDIA E O MEIO AMBIENTE

O lugarejo de Buenolândia, com sua monotonia, era habitado naquela década de 1950, por aproximadamente trinta famílias. Lembrando que era comum a família constituída do casal mais seis, oito ou dez filhos. Havia um estabelecimento comercial, denominado VENDA, onde se vendiam secos e molhados e bebidas em geral.

Era ali que se aglomeravam as pessoas do local e da redondeza. Havia um largo, onde existia um campo de futebol, palco de diversão da população aos domingos. E olha que já existia fanatismo pelo referido esporte. E não eram só homens que o apreciavam. As moças também se esgoelavam nas torcidas. Algumas corriam atrás da bola em igualdade com os rapazes. Outro lazer era tomar banho no rio Vermelho ou no rio Bugre. Ambos se encontram a trezentos metros da área urbana. Eram rios piscosos. Não faltava o peixinho nas panelas do pessoal, em qualquer tempo. Uns gostavam de pescar de tarrafa, outros preferiam o anzol. Como os dois rios eram ricos de peixes, qualquer pessoa que fosse pescar tinha sucesso nas pescarias. O Povoado era circundado por frondosas matas e cerrados, dotados de uma rica flora e fauna. Tinha fartura de frutas em qualquer lugar do cerrado, onde as pessoas se serviam à vontade, tais como manga-ba, murici, mutamba, mamacadela, marmelada, caju, graviola, curriola, arará, ingá, jatobá, pitomba, saputá, guapeva, araticum e pequi.

Muitos moradores tinham o hábito de praticar a caça predatória. As caças preferidas eram veado, paca e tatu. Um hobby dos adolescentes era armar arapucas, e disso eu participava ativamente. Era uma armadilha feita de varinhas ou taquaras, colocadas no mato para pegar pombas, jaós, jacus, nambus e outros pássaros. Era, pois, uma enorme covardia, quando os bichinhos, procurando o que comer, caíam naquela armadilha. Não tinha fiscalização. Enfim, não havia consciência ecológica. Infelizmente, era ignorância total. Era uma coisa muito natural, as pessoas portarem armas de fogo, de qualquer

modalidade. Os mais afeiçoados às caçadas criavam verdadeiras matilhas. Sempre, no mínimo, três cachorros. Alguns possuíam dezenas de animais (caninos), ávidos para perseguir os indefesos animais silvestres, nas matas. Empregando os cães, durante o dia nas florestas, perseguiram as caças, usavam espingardas. Como se não bastasse, à noite os inescrupulosos predadores, em rede nos galhos de árvores como pequizeiro em tempo de floração, nos meses de junho a agosto, e, nas tarumãs quando derrubando as frutas em setembro, impiedosamente, abatiam os pobres animais que iam ali se alimentarem. Ainda não paravam por aí: descobriam as trilhas dos bichos que costumavam comer em alguma roça à noite, ou alguma fruteira e colocavam, covardemente, as famosas armadilhas, que consistiam em armar um laço, uma resistente corda amarrada na ponta de uma vara flexível, e quando o animal pisasse, aquilo era disparado e poderia ser morto enforcado. Ou ainda a espingarda armada e apontada na altura da cabeça da caça, que ao abocanhar a isca, disparava a arma matando-a instantaneamente.

Em que pese ser crime essa prática, infelizmente, ainda existem humanos com tamanha desumanidade, e não é somente nas roças, há muitos que moram nas cidades e praticam também tais crimes, quando vão às regiões rurais.

Afinal, com os desmatamentos generalizados, com a falta de amor à natureza, hoje estamos com os mananciais assoreados, o calor em demasia, as chuvas irregulares, só se vê falar em aquecimento global. Não se veem mais animais silvestres nos poucos matos e cerrados que ainda restam.

A Barra sempre foi habitada por pessoas pacatas que cultivavam o bem. Tanto que não há notícia de ter havido homicídio, no perímetro urbano, desde a década de 1920. É um lugar em que impera a paz, a humildade e a tranquilidade.

CAPÍTULO IV

ALFABETIZAÇÃO

Já completando sete anos, fui matriculado para as primeiras letras. A minha primeira professora foi a dona Laci. Era uma profissional de educação, muito exigente, enérgica, certamente capacitada e qualificada para transmitir o saber. Muito marcante para mim foi uma excursão promovida por aquela professora, para a cidade de Goiás, em outubro de 1958. Éramos cerca de dez alunos. Ficamos hospedados em um Seminário ou Convento, cuja porta de acesso era no chamado Beco do Seminário. Hoje já não existe aquela porta. Trata-se da sede da Diocese, e a porta de entrada é para a rua da Pedra, em frente ao Orfanato. Era, portanto, mês de outubro, época da festa de Nossa Senhora do Rosário. Ficou gravada em minha memória a procissão à tardezinha, passando pela porta do Colégio Sant'Ana, eram vinte e oito andores. Pelo visto eram muito leves. Hoje, com apenas um andor nas procissões, o organizador tem dificuldade de conseguir homens para carregá-lo. Talvez, pelo peso, muitos recusam.

Devido ao subdesenvolvimento na época, meus estudos não tiveram bom desempenho, pois na Barra não possuía sequer uma sala de aula. A professora chegava para a missão, ministrava as aulas na própria casa, tudo improvisado. Nota-se que não havia qualquer atrativo para aquela pessoa exercer o magistério dignamente. Era comum a professora se desentender com alguma mãe de aluno, por qualquer animosidade e ali era o subterfúgio para ela retornar para Goiás, deixando os alunos olhando para o tempo. Houve época em que a professora chegava e com cinco meses ou no máximo um ano, a localidade era abandonada por ela e aí era mais uma temporada sem escola em Buenolândia. Chegavam as Campanhas eleitorais e como sempre os candidatos apareciam cheios de promessas...que seria construído um Grupo Escolar... e outros benefícios. Porém, tudo não passava de conversa fiada. Passadas as eleições, desapareciam e só voltavam com suas caras de paus, quatro anos depois.

CAPÍTULO V

A BARRA NO DIA-A-DIA

Iniciava-se a década revolucionária dos anos sessenta. Foi naquela época que começava a “Jovem Guarda”, falava-se em Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléia, Jerry Adriani, Wanderley Cardoso e outros. As músicas não eram bem assimiladas pelo povão, mas alguns jovens do local já aderiam ao movimento. Claro que era mais para os jovens da cidade. Os da Barra eram criticados pelos inconformados. Surgiu então a moda dos cabelos compridos e as calças boca-de-sino, bem como os sapatos ou botinhas de salto alto para os rapazes, e a minissaia para as moças.

O Distrito de Buenolândia, se distanciava da sede do Município apenas trinta quilômetros, ou como diziam, cinco léguas. Poucas notícias ali chegavam. Aparelho de Rádio, só na venda da Dona Dofinha é que existia um. Era daquele caixotão, da marca Inelgo, com oito pilhas grandes, era uma chiadeira só, principalmente com temporal ameaçando chuvas. Já se ouvia falar da transferência da Capital Federal. Já era a inauguração de Brasília. Por meio das ondas médias daquele rádio, ouvíamos a saudosa Rádio Anhanguera, a Rádio Brasil Central e a Rádio Difusora, todas AM, da cidade de Goiânia. À noite eram as emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro. O povo era informado pelo saudoso Repórter Esso. Como não se ouvia rádio todos os dias, por alguma razão, a população barrense era pouco informada dos acontecimentos externos.

A vivência na Barra era um tanto monótona, porém alegre, podendo-se ter uma boa qualidade de vida. Todas as famílias viviam na simplicidade. A economia era agrícola, pesqueira para alguns, como no caso, meu pai. Era um lugarejo de total pobreza, mas de uma população ordeira e fraterna. A alimentação era à base do arroz com feijão, peixe, frango, esporadicamente carne de caças, verduras como abóbora, quiabo, maxixe, pepino, em tempo de chuvas, que perdu-

ravam de novembro a maio. Bem o oposto de hoje, em que encontramos toda e qualquer espécie de verduras nos supermercados, em qualquer tempo, nos doze meses do ano.

As chuvas eram regulares. Mandioca, batata-doce e frutas como banana e mamão, durante o ano. Carne bovina era uma raridade. Carne suína, uma vez ou outra, pois quase todas as famílias engordavam seu porco no quintal (chiqueiro). Só que cada um, que abatia o animal já gordo, praticava o ritual solidário de dar ao vizinho aquele pratinho de carne. Cada vez que alguém fazia aquele abate, tinha que retribuir. Com isso, sobrava-se pouco para guardar na lata (carne frita). Não se falava em geladeira ou freezer. Não existia energia elétrica. O pãozinho diário da cidade era coisa rara na Buenolândia. Mas, quando raramente alguém comprava na cidade e conduzia para a Barra, isso sempre por encomenda, a minha mãe praticava o verdadeiro milagre da multiplicação: ela dividia um pão de cinquenta gramas com os filhos e todos comiam, conformados com a pequena quantidade. Uma dona de casa, no caso, minha genitora e outras mães, improvisavam uma merenda para seus filhinhos, na base de um cuscuz com leite ou até uma jacuba, que se consistia num prato contendo farinha, rapadura raspada e água. Havia a criatividade na alimentação.

Utensílios de cozinha eram panelas de ferro, pratos esmaltados, tachos de cobre, complementados pelas panelas de barro, potes de barro ou moringa para água de beber, colheres de pau, cuias de cabaça ou de coité utilizada como tigela ou outro vasilhame, peneiras ou apás feitos de talas de taquara e empregados na separação de impurezas dos cereais como arroz, feijão e milho, jacás fabricados também de tiras de taquaras usados na colheita das espigas de milho, na lavoura. Tais peças ainda existem com as mesmas finalidades nas regiões rurais. Nas cidades são comercializadas nas lojas de artesanatos como objetos exóticos.

Na venda da Dona Dofinha tinha uma geladeira – uma velha Gelomática a querosene, para esfriar a cervejinha dos apreciadores. Naquele estabelecimento comercial tinha também uma Vitrola que

tocava os discos de vinil 78 rotações. Depois apareceram os famosos “LPs” (Long Plays). Só modão. Ainda recordo do repertório: Pedro Bento e Zé da Estrada, Tião Carreiro e Pardino, Tonico e Tinoco, Zé Fortuna e Pitangueira, Caçula e Marinheiro, Nenete e Dorinho, Silveira e Barrinha, Praião e Prainha, Léo Canhoto e Robertinho, Cascatinha e Inhana, Zilo e Zalo, Liu e Léu, Duo Glacial, Os Filhos de Goiás, e outros. Portanto, a venda era mesmo o POINT. Naquele local paravam os caminhoneiros pois na época a rodovia para Aruanã passava ali, e também próximo ao Distrito de São João. Não existia a cidade de Matrinchã. A estrada já passava lá, para chegar ao Araguaia. A movimentação de caminhões era intensa. Transportavam garimpeiros para Cascalheira, no Estado de Mato Grosso; levavam carregamentos de latas de querosene, sal, açúcar, tecidos, remédios, e outros haveres. No retorno eram carregados de peles de jacarés, de animais silvestres, arroz, peixe-seco e madeiras. O transporte de pessoas se dava em caminhões, não existia linha regular de ônibus, para a Barra. Linha de ônibus era só de Goiânia a Jussara. Referindo-se ao transporte de peixe salgado, peles de animais silvestres e madeiras, era a coisa mais natural, pois não se conhecia a cultura preservacionista do meio ambiente. As pessoas ostentavam, com naturalidade, suas armas na cintura, ou a tira-colo, bem como nas boleias dos caminhões. Os moradores da Barra, de outros lugares da região rural portavam armas de fogo, como um complemento de suas vestes; tanto a pé, ou a cavalo, ou de automóvel. Geralmente nos fins de semana, ou seja, aos domingos, pessoas que migravam das fazendas para o Povoado da Barra, após beberem suas cachaças, no final da tarde, ou à noite, saíam montados, dando tiros para o ar.

Na época das chuvas, as dificuldades aumentavam para as famílias: a pescaria se tornava impossível, porque os rios permaneciam transbordando por semanas e meses. As pontes eram danificadas. Os recursos encurtavam em todas as circunstâncias. As donas de casa passavam privações em vários setores. Contentavam-se com alguns franguinhos. Recorriam-se às cambuquiras (guias das aboboreiras), berduegas, matakumpadi, ambas eram raminhos nativos dos quintais; quibebe de casca de melancia, quibebe de mandioca e de mamão

verde. Eram, portanto, algumas alternativas para amenizar as necessidades nas panelas. Todavia, a partir de março, abril, a fartura chegava. Iniciavam-se as colheitas de arroz, feijão, milho e amendoim. No Povoado, não existia sequer uma máquina para beneficiar arroz, portanto, se pilava o cereal no “pilão”. Tinham, então, a tarefa árdua de socar arroz no pilão. Quanto sacrifício!

Com os rios retornando à normalidade de seus leitos, a abundância de pescados atendia a todos. Realizadas as colheitas da safra agrícola, os produtores comercializavam seus produtos, tendo, então, dinheiro para comprar roupas e outras coisas. Era tudo limitado. Não existia o benefício do Bolsa Família, Bolsa Escola, oriundo do Governo Federal ou Estadual. Meio de locomoção não era fácil. Para a Cidade de Goiás, pegava-se um ônibus depois de percorrer dez quilômetros a pé. Faziam a linha Jussara - Goiânia as velhas “jardineiras” da Viação Jussara - cujo proprietário era o popular Alemão. Depois mudou para Viação Souza, que melhorou o aspecto da frota de ônibus, isso ainda na década de sessenta, tendo perdurado até o início dos anos oitenta, quando a Empresa Moreira comprou os veículos, tendo o domínio de todas as linhas da região, continuando o monopólio concernente ao transporte de passageiros.

Ainda no começo dos anos sessenta, ficou pronta a rodovia para Aruanã, via Itapirapuã. Com isso a Barra caiu no ostracismo. O ruído de um veículo automotor, ali, era motivo de admiração. Mas apesar de tudo a Barra continuou viva.

Quanto às festas religiosas, aconteciam duas vezes por ano: em janeiro - São Sebastião; em setembro, de Nossa Senhora do Rosário. Tinha novena com reza do terço e ladainha, seguida de leilão e forró, animados pelos moradores do local e alguns romeiros que vinham da região rural. A festa de setembro era a mais concorrida, tinha mais gente. Nos quintais das casas da Barra, arranchavam-se muitas pessoas, famílias inteiras debaixo das centenárias mangueiras, com seus troncos de dois metros de diâmetro. A viagem era feita em carros-de-boi conduzindo todo o suprimento. Tinha fartura de alimentos. Muitos ficavam ali desde o início da novena até terminar a festa. O

Padre chegava no sábado à tarde, atendia às confissões, fazia uma celebração e, no domingo de manhã, celebrava-se a missa solene que se seguia de batizados e casamentos. Narro aqui um episódio que presenciei na Barra, no início dos anos sessenta: em uma festa de São Sebastião, em um chuvoso janeiro, um bêbado aproximou-se do padre, tumultuando o ambiente. A chuva tinha dado uma estiada na parte da manhã, iam-se começar os batizados, quando o bêbado todo enlameado deixou a marca das mãos espalmadas na alva batina do Frei Jacinto. Irritado com a ação do ébrio, o religioso laçou o cabo de um guarda-chuva ao pescoço do mesmo, conduzindo-o por cerca de um quilômetro, no rumo da fazenda onde o indivíduo morava.

Ao amanhecer o dia do domingo festivo, um grupo de pessoas com sanfona, viola, violão e pandeiro tocava e cantava de porta em porta, convidando para o café da alvorada, que era oferecido pelo festeiro. E era aquela fartura de quitandas, café e leite. Havia também a presença da Banda de Música da Polícia Militar, que fazia retretas e tocava nas procissões. A Banda chegava no sábado com o Padre, em um caminhão, inclusive, os Policiais Militares que eram escalados para policiar a festa. Quase não havia automóveis. Viajar na carroceria do caminhão do Neli era uma coisa muito normal. Consta que uma tragédia acontecera em cima da carroceria de um caminhão, seguindo de Goiás para Buenolândia, para a festa de setembro, na década de 1950. Havia um policial truculento que ameaçava de meter o cassetete no lombo do povão naquela noite. Já chegando ao Povoado, à tarde, ele sentado com o colo cheio de bombas, acendeu-as no cigarro e arremessou-as, foi quando uma brasa do cigarro caiu sobre elas e todas se explodiram. Então, era uma vez o valente Cabo Babau.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO DO PRIMÁRIO

No começo dos anos sessenta já passou a ter o que se comentar. Em 1963, foi bastante noticiada a trágica morte do Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos. Naquela época eram distribuídas ao povo da Barra, bem como de outros lugares, umas latas de banha (dizia-se vegetal) para cozinha, com a inscrição “ALIANÇA PARA O PROGRESSO”, também embalagens de caixa de papelão com leite em pó. Diziam que eram originárias dos Estados Unidos da América do Norte. Tinha as zombarias, aquelas gozações de que aquilo era gordura de cachorros que os americanos mandavam para os brasileiros.

Nós na Buenolândia nada sabíamos sobre política, tanto do governo Federal, como do Governo do Estado de Goiás. Porém, em 31 de março de 1964, com a eclosão da famosa “Revolução de 64”, aí ficamos sabendo, (até as crianças), que o Presidente João Goulart tinha sido deposto. A partir dali, quem assumia a Presidência da República era o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Não demorou, e no mesmo ano, em novembro, também caíra o Governador de Goiás - o Dr. Mauro Borges Teixeira. Em seu lugar ficou o Interventor Meira Matos, que era um Oficial do Exército Brasileiro.

Em 1965, parecia que o progresso se aproximava de Buenolândia. Eis que de repente, já no meio do ano, chegaram ali os funcionários da SUPLAN (era um órgão de execução de obras do Governo Estadual), que em ritmo acelerado construíram o tão almejado Grupo Escolar de Buenolândia, com apenas duas salas. Para quê mais salas? Era o suficiente para atender a população.



Grupo Escolar de Buenolândia

A obra foi concluída no final do ano. Nem teve solenidade de inauguração. Fez-se a escola, mas cadê a bendita Professora? Em 1966, ano de Copa do Mundo de Futebol. Empolgação. Porém, decepção. O Brasil perdeu. Na Barra já tinha mais aparelhos de rádios. Então se ouviam os jogos. Naquele ano de Copa do Mundo surgiu a Bicicleta Monark barra circular, denominada REI PELÉ. Poucas pessoas possuíam aquele veículo. O custo dele era muito elevado, por isso poucos compravam. Era comum, quem a possuía, transformá-la em uma verdadeira árvore de Natal. A magrela ficava toda enfeitada. Naquela época, os rapazes costumavam usar um espelhinho de bolso, tipo oval, estampado no verso algum time de futebol nacional bastante conhecido, ou foto de uma bonita mulher seminua. Era mais que popular o uso da brilhantina, ou óleo glostora, cheirosos, nos cabelos. Iniciava também a era da calça jeans. Como era a explosão da “Jovem Guarda”, a moda dos cabelos compridos dos rapazes chegava com toda força.

Aquele sessenta e seis para mim foi inesquecível. Estreando a nova Escola, me matriculei na terceira série primária. Com um mês de aulas, a Profª Benigna Gonçalves Noronha me colocou na quarta série. Quanta alegria! Portanto, no ano de inauguração do novo estabelecimento de ensino, eu finalizava o Primário. Eu era o único aluno naquela série. A educadora, que era única também, certamente

estava cheia de motivação, pois estreava o Grupo Escolar, construído no ano anterior. Pertencia à rede Estadual. Eram duas salas, mas só se ocupava uma. Todas as séries juntas. Em novembro concluí a quarta série. Ainda no mesmo mês deixei a Buenolândia e parti para a preparação do famoso Exame de Admissão, na Escola particular da Profª Dolci Caiado de Castro, na Cidade de Goiás.

Aquele êxodo do filho do pescador Felipe para a cidade, com o objetivo de estudar, foi motivo de muitas chacotas por parte de alguns dos moradores da Barra. Tamanha era a audácia, a falta de respeito, que com todas as letras falavam, para o meu pai, que um rapaz naquela fase tinha mais era que trabalhar na roça, pois filho de pobre não dava conta de estudar. Porém, com toda humildade e cheio de orgulho do filho, ele respondeu que não se arrependia daquele ato e que futuramente veriam o resultado. No entanto, em março de 1967, iniciei a primeira série ginásial, no Colégio Estadual Mauro Borges Teixeira, que depois passou a se chamar Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé.

Afinal, em Buenolândia, dos sete aos dezesseis anos, tive as seguintes Professoras: dona Laci, dona Ilma Guimarães, dona Geni; seu Higino Jardim; dona Dirce, dona Bárbara e finalmente dona Benigna.

CAPÍTULO VII

CASA DE BARTOLOMEU BUENO

No Distrito de Buenolândia, até o início da década de 1960, existiam cinco casas centenárias, no estilo antigo, aqueles casarões altos, com grandes cômodos, enormes portas e janelas de aroeira, cobertas de telhas comuns, pesando aproximadamente quatro quilos cada, paredes em adobes, de oito a dez quilos cada peça, ou de pau-a-pique, ou ainda de taipas, pintadas de branco a cal, piso em chão batido. Todo o madeiramento era em aroeira lavrada, em grande espessura. Não se sabe qual o mecanismo usado para colocar aquelas cumeeiras no lugar, devido ao peso da madeira em relação à altura. Porém, a falta de manutenção e a falta de preocupação em preservar o patrimônio contribuíram, sobremaneira, para que todas se transformassem em ruínas. Com isso, surgiram, nos lugares daquelas imóveis, outras edificações convencionais, modestas, características dos humildes moradores da localidade. Aqueles casarões foram construídos pelos escravos, no tempo dos senhores de engenhos, ou mesmo mineradores que exploravam as minas auríferas. No entanto, por cerca de meio século, a casa que diziam ter sido propriedade de Bartolomeu Bueno ainda resistiu às intempéries, tornando, portanto, a última a desaparecer por completo.



Casa de Bartolomeu Bueno

Com relação a afirmação de que aquela casa tenha sido do Ban-deirante, um depoimento de minha genitora - a octogenária Maria dos Santos Ferreira, relata o seguinte, conforme se ouvia desde criança: no início do século XIX, sem uma data precisa, aquele imóvel pertenceu por muitos anos ao Coronel Constâncio. Ele possuía muitos escravos. As conjecturas se dão devido a negra escrava daquela casa ter dado à luz uma menina que se chamou Maria Rita, que mais tarde se casou com José Bruno. Daquela união, em 1901, nasceu Luiz Ferreira dos Reis, que casou com Nazareth Francisca dos Santos, irmã da minha mãe. Luiz faleceu em outubro de 1988, com oitenta e sete anos. Naquela casa, continua o relato de minha mãe, tinha um grande cômodo, em cujo centro havia um tronco fincado, ou seja, um mourão de aroeira, com um orifício por onde passavam-se cordas ou correntes que atavam os escravos para serem açoitados. Consta, portanto, que aquela engenharia de suplício existiu ali até a década de 1950. E o cidadão que ali residiu, naquela época, escavou o piso de chão batido, à procura de tesouros, enterros ou guardados de ouro. Revirou vários cômodos e nada encontrou. Inclusive, arrancou o referido tronco de madeira.

Naquela casa, durante décadas, funcionou o Cartório de Registro Civil do Distrito. Teve como titular o Sr. Virgílio Theodoro Guimarães, que o havia herdado de seu pai Cesário Theodoro Guimarães. Virgílio era um autodidata, que conforme consta, não possuía nem curso primário completo. Todavia, era uma pessoa esforçada, que lia bastante e exercia uma forte liderança naquela Comunidade da Barra. Ele se manteve no posto, como titular do Cartório, da década de trinta até o ano de 1965, quando faleceu. Sua sobrinha, Maria Guimarães Dutra, deu continuidade ao trabalho. Atualmente ela reside no Distrito de São João. Aquele Cartório, que ainda existe, é utilizado, basicamente, como um local de retirada de segunda via de certidões de nascimento e/ou casamento.

Por derradeiro, no ano de 2009, o Casarão de Bartolomeu Bueno foi demolido, literalmente.

CAPÍTULO VIII

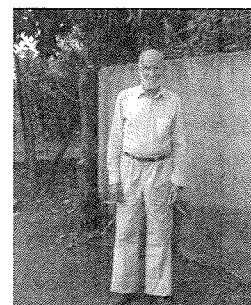
DE BUENOLÂNDIA PARA GOIÁS

A partir dos quinze anos, comecei a vender peixe na Cidade de Goiás. Meu pai era pescador profissional. O rio Vermelho era piscoso na região da Barra. Era utilizada a tarrafa, pois não era proibida. Algumas pessoas compravam dele o pescado, para revender na cidade. Principalmente dois camaradas que moravam ali próximo ao Povoado: eram o Firmino e o Vicente Ferreira Ponte. Conduziam o varal com as cambadas de quilos cada uma, geralmente a pé até chegarem à estrada que liga Goiás a Colônia de Uvã. Aquele varal poderia ter de dez a mais de vinte quilos, mas era carregado nos ombros. Caminhavam, com aquele peso, dez quilômetros, sempre no entardecer.

Passei também a praticar aquele comércio, de vez em quando. Muitas vezes eu saía a pé, ombreando o varal de dez ou mais quilos, na expectativa otimista de conseguir uma carona, mas acabava percorrendo o trecho sem nada de condução. Caso a conseguisse, poderia chegar à cidade depois das oito da noite, e às vezes até lá pelas onze horas da noite. Aí peregrinando nos bares, pensões e similares, eram vendidos os peixes ainda fresquinhos. O trecho da rodovia onde se esperava a condução tem um nome exótico: “Cacete Armado”, distante dez quilômetros da Barra. Desde criança ouvia muitas histórias dos adultos falando da existência de assombração em certos lugares, inclusive naquele itinerário em que eu passava, já como adolescente. Diziam que nas proximidades de taperas (casas abandonadas e arruinadas), travessias de córregos, margens de matas densas, apareciam certas visões: mulher de branco, cavaleiros que surgiam do nada e no nada desapareciam, cachorro ou outros animais que de repente não eram mais vistos, que se via isso, que se via aquilo. Em minhas viagens, que foram várias, ao passar em alguns lugares, sozinho, com meu varal de peixes no ombro, me lembrava daquelas conversas dos mais velhos, e não é que via mesmo algo sinistro? Parecia que os cabelos queriam lançar o chapeuzinho de

palha fora da cabeça... tamanho era o arrepio, mas rezava, rezava... sem parar de caminhar, já estava escurecendo; quando chegava bem perto, percebia que se tratava de vaca deitada, um tronco de árvore caída, uma ramagem de folhas grandes, uma ave ou pássaro como curiango, coruja, gavião, jacu ou mesmo um vaga-lume. No fundo, aquilo tudo não passava de mera ilusão de ótica. Mas era um pesadelo, mesmo depois de desvendado. O pior é que o episódio sempre se repetia em outras viagens. O objetivo ou meta era chegar ao destino, vender os peixes, pernoitar na casa dos tios Luiz e Nazareth e, no dia seguinte, comprar algo de primeira necessidade do lar, conforme era encomendado, ombrear a carga rumo ao Setor João Francisco, esperar uma condução para retornar.

Vendo aquela situação, sabendo que eu já estava terminando o primário, meus tios Luiz e Nazareth, bem como a filha deles, Maria dos Reis - minha prima, a qual já exercia o magistério, precisamente no final de outubro de 1966, me convidaram para morar com eles e poder continuar os estudos. Para mim foi uma enorme surpresa, pois não imaginava receber uma oferta daquela.



Luiz Ferreira dos Reis



Brasil entre os tios Luiz e Nazareth

Fiquei atônito, mas disse que conversaria com meus pais. Aquele assunto não saiu mais da minha mente. Chegando em casa narrei a notícia, e meus pais não se opuseram.

O nove de novembro de 1966, foi um exaustivo dia de trabalho na lavoura, sob uma forte canícula, que no dito popular significava “o sol estava torrando!” - Era uma limpeza do milharal, onde eu

ajudava meu pai a capinar; por volta das três horas da tarde, encerramos a labuta, e meu pai, dentro de poucas horas, pescou mais de dez quilos de peixes: jiripocas, pacus e piaus-açus. Naquela tarde estava ali uma pessoa de Goiás, o Sr Joaquim Peixoto, em uma caminhonete, que me deu carona. Já saí de mala e cuia. Vendi os peixes no início da noite. Em seguida fui para a casa do meu tio, na Carioca, onde passei a morar. No dia seguinte já comecei a frequentar a Escola da Tia Dolci. Era o início da preparação para o curso de Admissão. Não era fácil ser aprovado, parecia um cursinho intensivo, principalmente para um aluno egresso da roça. Aos poucos fui me ambientando. Em janeiro enfrentei o “bicho-papão” - o Exame de Admissão ao Ginásio. Ser aprovado naquele Admissão era a sensação de passar num Vestibular da Universidade Federal. “Passei no Admissão, graças a Deus, quanta alegria!” Compartilharam desse regozijo meus tios, meus primos, meus pais e irmãos na Barra.

CAPÍTULO IX

INÍCIO DO GINÁSIO

Iniciei o ano de 1967, como estudante da primeira série ginásial, no Colégio Estadual “Mauro Borges”, que no ano seguinte passou a se chamar “Colégio Estadual Prof Alcide Jubé”. Estudei ali os quatro anos, sempre no período matutino. Em todos os anos era turma “A”. Praticamente os mesmos que começaram a primeira série conseguiram concluir a quarta série. Era uma turma muito coesa, bem comportada, disciplinada, com bom aproveitamento. Vale lembrar que o fato de estudar de manhã não era por vaidade. Era porque não conseguia um emprego. Pois, para estudar à noite tinha que apresentar atestado de trabalho, emitido pelo empregador. Como eu não possuía “Q. I.” (quem indica), não conseguia emprego, porque não possuía qualificação nem para servente de pedreiro. Porém, face à necessidade, honradamente, me virava vendendo nas ruas picolés, frutas como caju, manga, nas respectivas temporadas, peixes de vez em quando. Como foi bom ter estudado só de manhã! ... o rendimento foi melhor do que se fosse à noite. Constantemente faltava energia elétrica e, conseqüentemente, não havia aulas.

Naquele ano, marcou-me para sempre a primeira vez que fui à Goiânia. Como já era costume meu tio ir com a família em romaria para a festa da Trindade, e eu morando com eles, participava também da viagem. Era uma lotação em um caminhão, desde o início da novena. Tinha gente de todas as idades. Como sobrava tempo, em companhia de meu primo Tomás, fomos passear na Capital, uma maravilha conhecer a cidade de Goiânia. Realizava-se um sonho. Muitas ruas no centro daquela metrópole ainda não eram asfaltadas. O transporte coletivo era precário, poucos ônibus. O ponto final era no extremo leste da Rua Três, centro, com o asfalto ali impregnado de óleo dos veículos. Também, né?, a cidade era pequena em relação a hoje. Tinha apenas trinta e quatro anos.

Com relação aos estudos naquela época, décadas de sessenta e setenta, há que se lembrar: não eram duzentos dias letivos; o período de férias era maior, o ano letivo terminava mais cedo e parece que o aluno aprendia com mais aproveitamento. Não havia greve. Ser aprovado por média, era o aluno ter notas, no mínimo sete. Com isso eu era beneficiado. Em meados de novembro já me achava livre para iniciar minhas férias na Barra. Só retornava no início de março. Foi muito emocionante concluir aquela primeira série ginásial, que anos depois passou a ser quinta série do primeiro grau e que hoje se chama sexto ano. Quanto ao uniforme, a partir da primeira série do Ginásio era calça cáqui (cor bege), com uma faixa branca nas costuras laterais, de ambos os lados, com um centímetro de largura. De igual forma eram as saias das meninas. Aquela cor era só para os uniformes dos ginásianos. Para os alunos do segundo grau, ou seja, Científico, Técnico de Contabilidade ou Comércio e o Normal, eram calça e/ou saia de cor preta e a camisa e/ou blusa branca e calçados pretos. Aquelas cores dos referidos uniformes perduraram até os anos setenta. Vale lembrar que os nomes dos referidos cursos, com a reforma promovida pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), foram substituídos por outras nomenclaturas. Técnico de Contabilidade ou Comércio, era profissionalizante. Quem o concluía já montava seu escritório e começava a trabalhar. O Normal, que depois passou a ser chamado de Magistério, era a plena habilitação para se lecionar. Praticamente noventa por cento da preferência era feminina. Ser uma normalista era uma condição de elite. Quem fazia Científico, geralmente, almejava fazer um exame vestibular para medicina, odontologia, farmácia, direito e engenharia.

Nas décadas de sessenta a oitenta, quem terminava o segundo grau ainda tinha chance de se incluir no mercado de trabalho, tinha mais oportunidade. Atualmente, para ser um policial militar, um bombeiro militar ou um policial civil, o candidato tem que ser bacharel em algum curso superior.

CAPÍTULO X

A FERROADA DE ARRAIA

Em 1968, eu cursava a segunda série ginásial. Já com dezoito anos, desempregado, o apelo era mesmo ir na sexta-feira à tarde para a casa dos meus pais, em Buenolândia, onde pescava e retornava no domingo à tarde para Goiás, conduzindo alguns pescados que logo eram vendidos. Às vezes dava sorte de ter alguma condução, alguém que ia de automóvel ou caminhão, passear pelas beiras dos rios da Barra, e eu pegava uma carona. Embora carona fosse coisa rara. Quase todos os condutores de veículos automotores costumavam cobrar passagem. Mas mesmo se cobrassem, ainda estava bom. Se não cobravam, aquele dinheirinho era precioso para os lanches da semana, na Cantina do Tião Boleiro, ali no Colégio. Foi naquele ano que tive o infortúnio de ser acometido de uma ferroada de “arraia”, no mês de maio, quando regressava de uma pescaria de anzol, ao transpor um vau no rio Vermelho. Passei maus pedaços, tamanha era a dor. Tinha que percorrer cerca de três quilômetros a pé. Teve momento em que a perna se travava, impedindo-me de caminhar. Ao chegar em casa, fui medicado; só então tive a dor amenizada. Todavia, a consequência veio depois de alguns dias, estendendo-se por cerca de três meses. O pé atingido ficou necrosado. Era uma tremenda dificuldade realizar o deslocamento matinal para o Colégio, a pé, diariamente. Felizmente não perdi aula.

Naquele ano me alistei no Exército Brasileiro, mas fui dispensado, por excesso de contingente. Fiquei feliz. Não estava interessado em servir, talvez por ignorância.

Naquela época a nação vivia o auge da repressão imprimida pelo Governo dos Generais, estava em pleno vigor o temido AI - 5 (Ato Institucional nº 5), embora eu pouco soubesse do que estava acontecendo. Até achava tudo normal. Não havia eleições diretas para cargos do Poder Executivo (Federal, Estaduais e Municipais em alguns

Municípios). Nas Capitais e Municípios onde existia estância hidro-mineral como Caldas Novas, Cidade de Goiás devido ao Distrito de Águas de São João, os prefeitos eram “nomeados”. Quanto aos Partidos Políticos era o bi-partidarismo: PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional). Depois estas siglas foram substituídas por outra nomenclatura: MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Em seguida, passou a ser PDS (Partido Democrático Social) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o qual era oposição. A partir do início dos anos oitenta instituiu-se o pluripartidarismo.

Aconteciam prisões de pessoas supostamente militantes ou simpatizantes do regime Comunista, em todas as partes. Eram taxadas de subversivas. A liberdade de expressão era restrita. A Cidade de Goiás não ficou de fora da estatística de prisões. Homens e mulheres tinham suas vidas bisbilhotadas, principalmente as pessoas dotadas de uma certa cultura. Muitos foram presos e torturados, e outros, para não acontecer o mesmo com eles, fugiram sem deixar endereço. Só para ilustrar, cito os nomes do Dr. Orlei Gavião Gonzaga de Castro - Magistrado e ex-Diretor do Colégio Estadual; o dominicano Frei Jacinto, da Igreja do Rosário da Cidade de Goiás; Maria Elina - ex-Diretora da Rádio 13 de Maio AM, da Cidade de Goiás, que foram presos e, segundo informação, sofreram torturas. O jovem estudante Adircélio de Moraes Ferreira, bem como outros, para não serem aprisionados, fugiram para outros Estados e até para o exterior. Adircélio percorreu Minas Gerais, São Paulo e foi parar em Pernambuco.

O sessenta e oito se encerrava, e com ele, o ano letivo, e eu aprovado para a terceira série ginásial, deixava a Goiás querida em novembro e ia curtir a pacata Buenolândia, por mais de cem dias de férias.

CAPÍTULO XI

CIVISMO E PATRIOTISMO

Todo entusiasmado, iniciava o mês de março de 1969, na casa de meus queridos tios, na Carioca, na Cidade de Goiás, já cursando a 3ª série ginásial. Era considerada a série mais difícil do Ginásio. Começava a estudar História Geral e Geografia Geral.

Era uma plêiade de excelentes educadores, tal como Maria Antônia de Oliveira. Ela falava muito de atualidades da época, como a queda de Salvador Allende do Governo do Chile e a ditadura que o General Augusto Pinochet imprimia naquela região latino-americana; Prof.^a Mires Rocha Lima, também com seu vasto conhecimento da História Universal; Wander de Sousa, excelente professor de Inglês; Eduardo Pacheco Santana ministrava Ciências Biológicas, matéria de difícil assimilação; Matemática com os competentes Prof.^a Dolci Caiado de Castro e Prof. Ney Berquó; Geografia com o Dr. Amaury Caiado de Castro - Promotor de Justiça; Aymoré de Velasco dominava a Literatura; com a Prof.^a Goiandira Ayres de Couto, em Etiqueta Social, aprendemos que um casal, em escalando os degraus de uma escadaria, o cavalheiro segue um pouco à frente, e a dama um pouco atrás e amparada; para descer, inverte-se a situação, ele fica um pouco atrás; na disciplina de Português, me marcou muito uma dupla dinâmica: José Ferreira da Silva e Eula de Amorim; o Odontólogo José dos Passos Borges Viana - o popular Fio dos Passos, aquele fanático esmeraldino (Goiás Esporte Clube), lecionava Ciências; Prof.^a Elci Tavares Godinho - a dona Ezinha e a Prof.^a Heloísa Helena Coutinho lecionavam desenho; Dona Anésia Mendes ministrava Canto; Prof. Artur da Costa Ferreira, Educação Física; Prof.^a Lizete Ferreira da Silva, com competência, ministrava as difíceis matérias Química e Física; Inglês era com a qualificada Prof.^a Brasilete Ramos Caiado, recém chegada do Rio de Janeiro, no início dos anos setenta. Fui aluno dela em 1972. Depois fomos nos reencontrar em 1999, fazendo parte do Movimento Pró-Cidade de Goiás, do qual

ela era a Presidenta. Infelizmente, ela faleceu em 20 de setembro de 2003, em um acidente automobilístico. Foi incalculável a sua perda para a educação e cultura da Cidade de Goiás. Cito ainda vários nomes de ótimos professores e professoras daquela época, no Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé: Eduardo Távora, Benito Camargo, Márcia Camargo Calixtrato, Maria Vânia Rios, Terezina Berquó, Cunha Moraes, Padre Cirilo, Milza Barros e Vidal Severiano. O reconhecimento aos bons serviços prestados por esses profissionais de educação são extensivos ao pessoal administrativo, como Filerinda Marinho, dona Olga Saddi, dona Durvalina Jubé, Dona Haidê Berquó Peleja, dona Lourdes Magalhães, todas na Secretaria do Colégio. Em igualdade a esse elenco, há que se valorizar a importância dos Bedéis, tais como César Brito, Joaquim Teixeira da Costa, João Damasceno, Lúcia Helena Santana, Luíza de Oliveira, José Lacerda, José Gomes de Souza - (Zé Prego) e Hamur Curado.

Não havia constantes rotatividades na Direção. Em 1967, quando comecei a estudar naquele Colégio, o Diretor era o advogado Wilson Ferreira da Silva, vilaboense posteriormente substituído pelo também vilaboense Prof. Ney Berquó, que ultrapassou o ano de 1973, quando, ao concluir o curso Científico, deixei aquele estabelecimento de ensino. Também marcante naquela escola e que ainda existe é a sirene. Outrora, ela era acionada, e seu potente sinal sonoro era ouvido em toda a cidade, a partir das seis e trinta horas. O funcionário encarregado executava os toques até nos intervalos de uma aula para outra. Inesquecível também a Cantina do saudoso Tião Boleiro, ali dentro. Era toda enfeitada com flâmulas e bandeirolas multicores; muito sortida, com uma grande variedade de refrigerantes, sucos, doces e quitandas. Possuía uma grande freguesia.

Enfim, o Colégio Prof. Alcide Jubé é uma referência e um destaque na história goiana. É deveras renomado. Muitos homens e mulheres que ocupam ou ocuparam posição de relevância no cenário político e outros segmentos do nosso Estado ou mesmo na esfera Federal, passaram por aquela instituição de ensino ao longo de sua existência. O período de minha vivência naquela escola coincide

com a era dos Generais no poder. Portanto, o patriotismo do 7 de setembro, do 21 de abril, do 15 e 19 de novembro (Dia da Bandeira), era deveras cultuado com esmerado civismo. As paradas cívicas das datas comemorativas se assemelhavam a uma religiosidade. Todos os alunos tinham que participar dos desfiles. O Hino Nacional Brasileiro, bem como outros hinos cívicos, eram entoados com patriotismo.

Aquele 1969 marcou profundamente como o ano em que o ser humano, fantásticamente, pisou na lua pela primeira vez. Isso aconteceu no dia dezanove de julho. Foi, portanto, uma das mais interessantes façanhas realizadas pelo homem. Naquele dia, a televisão de todo o mundo mostrava os astronautas caminhando na superfície da Lua.

CAPÍTULO XII

FORMATURA DO GINÁSIO

Em 1970, houve um concurso público do Estado para a Educação. Inscrevi-me, fiz a prova e fui aprovado. Só que estudando o último ano do Ginásio, com todo entusiasmo, contando os dias para a tão almejada formatura, não pensava em interromper os estudos. Existia formatura com festas, solenidade de colação de grau, viagem e o famoso “baile”.



Final da 4ª série ginásial

Na época, já estava com vinte anos e era ciente de que só com o curso ginásial ou mesmo o ginásio incompleto, não seria fácil conseguir algum emprego. Na oportunidade de tomar posse do cargo na Educação, eis um grande entrave: só havia vaga para o cargo de professor na Borduna. Povoado da região de Faina, que ainda era Distrito de Goiás-GO. Como a minha meta prioritária era concluir o curso ginásial, desisti. Àquela altura já se passavam mais de dois anos de procura por emprego, e nada. Acontecia de chegar em alguma casa comercial, pedindo a desejada ocupação e a resposta básica era: “Não tem vaga”. Às vezes um ou dois dias, ou uma semana depois, já se via ali um novato no emprego, e quase sempre era um menos necessitado, mas certamente possuía padrinho, tinha “Q. I.” (Quem Indica). E como eu não tinha, era sempre preterido. Recusado no emprego que inviabilizaria a continuidade de meus estudos, após conversar

pessoalmente com a ilustre Delegada de Ensino (hoje Sub-Secretária de Educação), a qual não ofereceu nenhuma alternativa, encarei com firmeza e otimismo a reta final da quarta série ginásial. A esperança era de que, concluído o falado primeiro ciclo, alguma porta pudesse me abrir e eu conseguiria algum emprego. Então, continuei indo a Buenolândia, nos fins de semana, de onde conduzia os peixes para serem vendidos na Cidade de Goiás, oportunidade em que apurava um dinheirinho. E assim, ao findar o ano, eu terminava o famoso curso ginásial.

CAPÍTULO XIII

RECRUTAS

Em março de 1971, eu chegava das férias e começava uma outra etapa. Era o segundo grau ou o Colegial. Iniciava o primeiro ano do Científico. O sonho era o da grande maioria dos estudantes: cursar o Científico e fazer o vestibular para Medicina. Mas como? Sem dinheiro, como faria um cursinho? Só se falava em cursinhos do Carlos Chagas e do Objetivo, em Goiânia. No meio do ano surgia a ímpar oportunidade de ingresso no serviço público estadual. Abertas as inscrições para admissão de Soldados na Polícia Militar, fiz minha inscrição e não demorou: lá estava eu ostentando aquela linda farda.



Alunos Soldados

A princípio, parecia que eu não tinha vocação para a carreira militar. Não pensava em entrar para a Polícia. Um certo dia, no mês de junho daquele ano, na sala de aula do Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, à noite, um colega que já tinha um ano de Corporação - o José Caetano de Brito, fez-me a seguinte indagação: "Você está desempregado?" Respondi que sim. Ele me disse: "Estão abertas as inscrições

para soldado; a prova de seleção será daqui um mês. Se você quiser, tem que ir ao Quartel e conversar, levando os documentos. Eu estou lá e estou gostando. Está previsto que um soldado ganhará Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), até o fim do ano. Atualmente eu recebo Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros)". Aí eu respondi: "Darei-lhe a resposta até a próxima semana." Só que vinte e quatro horas depois daquele diálogo, eu o procurei e disse que queria. O incentivo do colega Caetano me impulsionou, e no dia seguinte, peguei meus documentos e fui, pela primeira vez, ao Quartel da PM da Cidade de Goiás. Chegando ali, me marcou a boa receptividade que tive. Quem me recebera, gentilmente, foi o então Aspirante Pires (Antônio Pires da Silva), hoje Coronel da Reserva. Poucos dias depois, fiz a prova de seleção e fui aprovado. A inclusão da turma se deu em 31 de agosto de 1971. Passei por maus pedaços, pois me faltava o CDI (Certificado de Dispensa de Incorporação) ou Certificado de Reservista, cujo documento era indispensável para a consumação da inclusão na Polícia Militar. Fiquei frequentando o CFSd (curso de formação de soldados), com os demais recrutas, porém, com ameaças constantes de ser desligado do curso, isto é, seria compelido a ir embora, por não satisfazer às exigências documentais. Todavia, com muita persistência, grande sacrifício como viagens a Goiânia, peregrinando na 7ª CSM (7ª Circunscrição do Serviço Militar), consegui receber o tão desejado documento, já em dez de novembro. Só aí pôde consumir-se a minha inclusão, inclusive, com data retroativa a 31 de agosto 1971. Que alívio! Graças a Deus! Pois quando comecei, não tive problema de adaptação. Já entrei adaptado.

Quatro décadas passadas ainda recordo de vários nomes de policiais militares antigos que nos receberam na caserna. Com os quais tivemos longa convivência, até se transferirem para a inatividade. Como tratava-se de curso de formação de soldados, havia então o corpo docente. Oficiais e sargentos ministravam as aulas teóricas e práticas. Eram oito aulas por dia, de segunda a sexta-feira. O referido curso perdurou de agosto de 1971 a fevereiro de 1972. Começo pelos oficiais e sargentos instrutores e monitores respectivamente: tenentes Antônio Pires da Silva, Protásio Araújo Fernandes, Geraldino Alves

de Paula, Henrique Chagas de Oliveira, Jorge Francisco da Paixão, José Granja e Cícero Aires Filho. Monitores: sargentos Augusto do Rosário Tôrres, Isaac do Espírito Santo, Ilídio de Abreu, Israel Rodrigues de Sousa, Divino Alberto da Silva, Pedro Vieira de Araújo, Nicácio Pereira Dias e Joãozimar Pereira Rodrigues. Da Banda de Música: Maestro Cap. Liberalino Vitalino Nunes, Contra-Mestre Ten. João Teles dos Santos, Sargentos: Luiz Rodrigues do Nascimento (Chimbinha), Antônio Bezerra Dias, José Rezende de Oliveira, José Pereira dos Santos (Turi), Antônio Holanda Arruda, Antônio Seixo de Brito Neto, Valfredo Viana e Milton Rêgo de Paula. Cabos Felipe Andrade, José Luiz da Silva, Sebastião Maurício de Castro, Neil Divino de Brito, Rivaldo Antônio Barboza, Domingos Antônio dos Santos, Benedito Joaquim da Silva, Conceição Gonçalves de Oliveira, José Monteiro dos Santos, José Mauro da Silva e Jurandir Rezende de Oliveira. Ainda integrantes da tropa: Sargentos Brasil Ferreira, Davi Fernandes Mourão, Sebastião Peixoto de Arruda, Arcilon Severino Botelho (rádiotelegrafista), Romário Alves de Oliveira, Joaquim Campos de Oliveira, Mário Rodrigues da Silva e Sebastião Ferreira dos Santos. Cabos: Humberto Freitas Oliveira, Crispim Mendes Rezende, João Messias Mendes, Basílio José Leite, Sebastião Pereira de Santana e Orlando de Camargo. Soldados: Aguiel Rodrigues da Silva, Evaristo da Maia Chaves, Sebastião Aguielo da Costa Chaves, Neli Gonçalves Noronha, Sebastião das Dores Moraes Preto, Gerson Caetano de Brito, Lourenço Domingos de Souza, João Batista Lucas, Agostinho Lemes, Lázaro Bruno dos Reis, Oreste Sampaio Ferreira, Sebastião Augusto Ferreira, Antônio Francisco dos Santos (Toim Pepé), Antônio dos Santos Camargo, Odílio de Camargo, Valdeci Garcia, Gervásio Alves Rosa, Luiz Francisco dos Santos, Benedito Pontes de Oliveira, Geraldo Bernardo Fausto (radiotelegrafista) e outros.

Paralelo ao curso na PM, terminei o primeiro ano do Científico. No início de fevereiro do ano seguinte, realizou-se a nossa mobilização. Daí em diante já não éramos mais recrutas. Éramos realmente Soldados mobilizados da gloriosa Polícia Militar do Estado de Goiás a serviço da Comunidade. Eis então a relação nominal da turma: Antônio Silva do Nascimento, Brasil Vicente Ferreira, Carlos Augusto

Teixeira de Castro, Célio Godinho Nicolau, Darcy Rodrigues Pereira, Divino Alves de Carvalho, Djamil Gonçalves de Moura, Edmundo Resende de Moraes, Elcio Bento da Silva, Enoch Rodrigues Pereira, Eurípedes Barreto da Silva, Geni Pereira Dias, Gilberto Gonzaga do Nascimento, Isnaldo Ramos Vieira, Jairton Teixeira da Silva, João Pires dos Reis, Joaquim Pereira Nunes, Joaquim Pereira da Silva, José Carlos de Jesus, José Dolores da Silva, José Eliziário Pereira, José Humberto de Souza, José Marques de Brito, José Nascimento dos Santos, José Rosa Marques, José Rozi Coelho dos Reis, Lucimar Rosa de Andrade, Marmo Pereira Lima, Onésio Rodrigues de Oliveira, Osmar Pereira da Costa, Paulo Roberto de Souza, Pedro Fernandes Filho, Roberto de Brito, Rosemar Miranda de Sá, Sebastião Carlos Botelho Godinho, Sebastião Nunes da Silva, Sebastião Pereira Lima, Silvestre Lopes de Andrade, Tênisson Pereira da Silva, Valdeci Crisóstomo, Valdez Alves Nunes, Vital Martins da Costa e Waldivino Gonçalves.

No dia cinco de maio seguinte, nossa Unidade deixava de ser a 1ª CIPM (1ª Companhia Independente de Polícia Militar) - a Cia Araguaia, para se tornar 6º BPM (6º Batalhão de Polícia Militar) - o Batalhão Vila Boa, nome que ainda prevalece, para orgulho dos vilaboenses.

CAPÍTULO XIV

SOLDADO ENFERMEIRO

Durante o ano de 1972, fiz o segundo ano do Científico, sem me preocupar em fazer algum curso na Corporação. O objetivo principal era terminar os estudos no Colégio. Porém, mesmo assim, tentei, no fim do ano, a prova para o CFS (Curso de Formação de Sargentos), no então C F A (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), mas, como não fiz uma preparação, não obtive êxito. Como Soldado raso, estava plenamente satisfeito. No final do ano, fui escalado para compor o Destacamento da cidade de Cachoeira de Goiás. Foi o meu primeiro Destacamento. Saí da Cidade de Goiás em uma manhã, de ônibus, rumo a Goiânia, conduzindo minha mochila e um fuzil. De lá tomei outro ônibus até Aurilândia, via São Luiz dos Montes Belos. Depois peguei uma carona e no final da tarde consegui chegar em Cachoeira. Fiquei ali poucos meses e retornei para Goiás, para cursar o terceiro ano do Científico. Foi uma boa experiência. Em 1973, terminei uma jornada de sete anos ininterruptos, no Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé. Concluí, então, o terceiro Científico, desvencilhando-me do Colegial e tornando-me apto a enfrentar os cursos na Polícia Militar. Tentei novamente o CFS e, pela primeira vez, o CFO (Curso de Formação de Oficiais). Obtive aprovação apenas para o CFS (Curso de Formação de Sargentos).

Ainda no mês de outubro, fui convidado pelo Major Jerônimo de Carvalho Bueno - médico da PM, no 6º BPM, para fazer um estágio, ou seja, aprender algumas noções básicas de saúde, no Hospital Brasil Caiado, onde ele era sócio. Através daquela instituição de saúde, recebendo os ensinamentos específicos, eu estaria habilitado a desempenhar as atividades de Soldado Enfermeiro do Quartel. Só que no início de 1974, em março, segui para Goiânia, com a finalidade de fazer o curso de Sargento, interrompendo, portanto, a carreira na área da saúde. Fiquei pouco mais de quatro meses naquele Hospital, mas valeu a pena. Em dezembro, terminei o curso, retornando para Goiás, já como Terceiro Sargento. Porém, iniciei as atividades, no 6º BPM, só a partir de janeiro do ano seguinte.

CAPÍTULO XV

LARANJEIRA

Em 1975, comecei o mês de janeiro estreando a nova graduação no Batalhão Vila Boa. Era, literalmente, um “laranjeira”. É o termo empregado para o militar que é alojado e arranchado no Quartel. Arranchar era tomar as refeições ali mesmo. O Quartel oferecia alimentação e cama. Existia até a brincadeira entre os militares dizendo que “P M” significava “Pai e Mãe”.

Naquele tempo, não havia disponibilidade de viatura para o policiamento motorizado. O SPO (Serviço de Policiamento Ostensivo) era executado a pé, em toda a cidade. Como terceiro Sargento, eu era empregado em seção administrativa e concorria às escalas de Sargento Adjunto ao Oficial de Dia (significava auxiliar o Tenente Oficial de Dia ao Quartel), e também às escalas de Patrulhamento noturno e a pé.



3º Sgt PM Brasil

Aquela equipe de patrulheiros era constituída de um Sargento ou um Cabo Comandante, mais dois ou três Soldados. Armas, em situação normal era apenas o revólver cal 38. Se se tratasse de uma diligência de enfrentar alguma suposta situação de perigo, se conduziam fuzil e metralhadora. Portava-se também o cassetete de borracha. Quando se efetuava a detenção de algum arruaceiro ou contraventor,

ou mesmo algum criminoso, usava-se o táxi, e quem pagava a corrida para a Cadeia era o infeliz do preso. Isso ocorria quase sempre na ZBM (Zona do Baixo Meretrício), nos bordéis.

Havia também uma função peculiar do Sargento: a função de Monitor, em cursos de Formação de Cabos ou Soldados, no Quartel. Sargento é monitor, e Oficial é instrutor. Porém, tudo se resumia em ministrar aulas. Além das escalas de serviços retromencionadas, eu desempenhava na época a função de monitor do Curso de Soldados. Fiquei o ano inteiro na sede do Batalhão. Passei um ano na Cidade de Goiás, como “laranjeira”.

CAPÍTULO XVI

DESTACAMENTO DE MONTES CLAROS DE GOIÁS

Em 10 de janeiro de 1976, fui designado para comandar o DPM (Destacamento Policial Militar) da cidade de Montes Claros de Goiás. Fui para lá em situação não muito boa. Meu antecessor era o 3º Sargento José Caetano de Brito, que fora para ali em estado de emergência, permaneceu na função por menos de um mês. Ele tinha ido substituir o 2º Sgt. Romário Alves de Oliveira, em um clima muito hostil. Romário tinha praticado uma série de arbitrariedades e truculências, e deixou aquela Comunidade com temor e rancor de “P M”. As pessoas do local não olhavam com bons olhos o profissional de segurança pública.

Ali cheguei, encontrei dois Soldados, me alojei nas instalações da Delegacia de Polícia e Cadeia e tomava refeições em uma Pensão. Desembarquei ali em um fim de tarde, quando estava sendo sepultada uma vítima de homicídio ocorrido na cidade. O criminoso havia aplicado várias facadas no tórax e uma machadada na cabeça da indefesa vítima. Ao escurecer chegou a notícia de que o homicida se encontrava em uma fazenda próxima da cidade. Utilizando um veículo particular, nos deslocamos para o local e prendemos o autor do crime em flagrante delito. Como as pessoas não “procuravam conversa” com os policiais, eu fiquei na minha. Cumpria minhas obrigações fazendo o policiamento fardado, em todo o perímetro urbano, a pé, da Delegacia para o restaurante e vice-versa, sempre fardado com mais dois policiais.

Nos fins de semana a igreja católica era aberta, tinha celebração com a Comunidade, pois não tinha padre. Logo passei a frequentá-la. Com isso, as pessoas que nos olhavam com uma certa indiferença mudaram seus conceitos e se aproximaram de nós, os PMs. Uns quarenta dias depois que ali nos encontrávamos, o clima começou a mudar: os moradores procuraram fazer amizade com o Sargento

Brasil. De repente já fui convidado a fazer parte do Grupo de Jovens da Igreja. Aquela Comunidade fazia parte da então Prelazia de São Luiz dos Montes Belos. Atendendo ao apelo do Prefeito Getúlio Pinto de Oliveira, passei a lecionar a Disciplina História do Brasil, no Colégio Estadual da cidade, isso devido à carência de professores. Acreditavam que por ser Sargento PM, eu estaria habilitado a exercer o magistério. Felizmente deu certo. Permaneci no cargo até dezembro. Meu salário na Corporação era cerca de Cr\$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos cruzeiros), que não atingiam dois salários mínimos. Da Prefeitura eu recebia Cr\$ 800,00 (Oitocentos cruzeiros), como pró-labore. Com aquela atividade de magistério somada à participação efetiva na igreja católica, eu tinha uma convivência de muita integração com a população da cidade.

Naquela cidade, quando eclodiu a Revolução de 64, teve algum foco de resistência. Havia ali simpatizantes do Camponês e Deputado Estadual José Porfírio, um homem que para as autoridades governistas era considerado um subversivo. Lembro-me de meu pai contar que em viagem da Barra para Goiás, ele ficou assustado com o comboio de caminhões lotados de Soldados, armados de fuzil e metralhadora, passando na estrada rumo a Jussara, ficou sabendo que estavam se deslocando mais especificamente para Salobinha, nome anterior a Montes Claros. Decorridos mais de dez anos, tive a oportunidade de constatar os vestígios do episódio: eram várias trincheiras feitas às margens de uma estrada, nas proximidades da cidade. Felizmente, não houve qualquer confronto, segundo informação de antigos moradores que revelavam também terem ficado atônitos com a grande quantidade de Policiais Militares naquele lugarejo.

CAPÍTULO XVII

CADETE

Em 1977, iniciei o ano fazendo as provas para o Curso de Formação de Oficiais. Fui transferido do Destacamento de Montes Claros para o de Aruanã. Como 3º Sargento, fiquei ali por um curto período, apenas dois meses. Não fiquei conhecendo ninguém, pois com o andamento das provas, exames médicos, TAF (Teste de Aptidão Física) para o referido curso, eu pouco parava naquela cidade ribeirinha.

Comecei o mês de março já na condição de Cadete. Ao chegarmos para a aula inaugural, ainda no momento da chamada matinal, quando os Cadetes do terceiro ano, o famoso curso-líder, apresentava a tropa ao Comandante, no pátio do CFA, o então Ten. Cel. Uzimael com sua calma, determinou que ajudassem os Oficiais a darem as boas-vindas aos “calouros”, que compreendiam os Cursos de Oficiais, de Sargentos e de Cabos. Eram, portanto, mais de duzentos calouros. Os fundos do Quartel era só carrapichos, que atingiam um metro de altura. Era aquela macega encharcada, visto que estava na época das famosas “águas de março”. Como chovia! A área não era pequena e não existiam as edificações: Ginásio de Esportes, a piscina e a igreja. Aí então foram uns quarenta minutos de um super “rala”. Por uns dez dias, minha musculatura ficou moída. Tinha dificuldade para levantar os braços; as coxas ficaram tão doloridas que não era fácil descer as escadarias. Após trinta anos desse fato, encontrei o Tenente Carmo (da Reserva), que à época era aluno-Cabo. Relembramos a bendita recepção. Ele ainda tem, nas mãos, cravos devido aos espinhos do carrapicho. Diz ele que não quis extraí-los; guarda de recordação.

Foi uma grande transformação na minha vida profissional. Éramos vinte alunos do CFO (Curso de Formação de Oficiais), cheios de empolgação naquele CFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento).



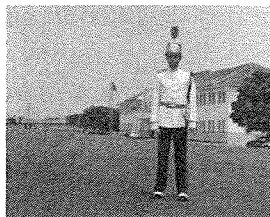
Cadete Brasil

Exatamente a metade da turma era constituída de Sargentos. Eis a relação nominal dos Cadetes: Antônio Carlos Cardoso, Aroldo Morais Lima, Brasil Vicente Ferreira, Francisco Xavier Evangelista, Gaspar Américo Pereira, João Batista Galvão de Oliveira, João Batista da Silva I, Jonh Costa Leite, José Eliziário Pereira, José Euzéia da Silva, Jerômimo dos Santos Ferreira, Lourenides Alves de Souza, Luiz Juvêncio de Oliveira, Marques Dias da Fonseca, Mariano Cirqueira dos Santos, Nilton Arão Gomes, Osvaldo Monteiro dos Santos, Ribamar Avelino de Jesus, Sirivaldo Sales de Lima e Vilmones Messias de Araújo.

Quando chegou o final do ano, teve um elevado índice de reprovação. Para o segundo ano, em 1978, ficou a turma reduzida a nove Cadetes. Dos que eram civis, a reprovação foi cem por cento. No primeiro ano, em 1977, o Comandante Geral da PMGO era o Major do Exército, comissionado Coronel - Nelson Ivan Pientzenauer Pacheco. Ele comandou a Corporação de 13 de dezembro de 1975 a 31 de julho de 1978. Era paraquedista do Exército. Tamanha era sua atuação, que pelo menos uma vez por semana, no pátio do QCG (Quartel do Comando Geral), no desfile matinal em continência à autoridade, na testa da tropa estava o grupo de CORONÉIS, que não ultrapassava meia dúzia. Tinha que marchar mesmo. A Polícia Militar era subordinada à IGPM (Inspetoria Geral das Polícias Militares), um segmento do Exército, para aquela finalidade. Tanto que, periodicamente, os Quartéis na Capital e no Interior recebiam co-

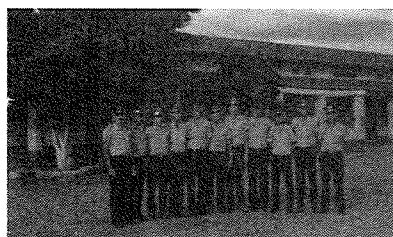
missões de Oficiais oriundos de Brasília que realizavam inspeções nos âmbitos operacional e administrativo. Era aquele corre-corre: preparar a tropa na ordem unida para marchar bonito para as autoridades inspecionantes, preparar as papeladas das seções, limpeza geral do Quartel, lavar e encerar viaturas, pintar a cal os meios-fios de calçadas, enfim, era aquela inquietação. Sob o comando do Cel. Nelson Ivan, a PMGO passou por grandes transformações. Comandante austero, exigente, enérgico, muito bom para com os praças e boçal para com os oficiais. Revolucionou a Corporação em vários aspectos tais como policiamento motorizado, realização de blitz a noite toda e em qualquer hora do dia nos bairros e centro de Goiânia, bem como nas cidades do interior, alimentação para a tropa e outros. Foi distribuída uma frota de Viaturas em todo o Estado. Eram Veraneios para RP e também Fuscas. Todas na cor “cinza”, cor característica na época. Essas Viaturas vieram por meio do Exército. O Rancho que deixou de existir em 1999, não tendo uma data precisa de sua criação, em 1975, deixava a desejar. Mas com a assunção daquele enérgico Comandante, a alimentação melhorou o padrão em todas as nuances. Mantiveram-se as separações dos três Refeitórios (Oficiais; Sub-Tenentes e Sargentos; e dos Cabos e Soldados), mas a alimentação foi unificada. A comida servida ao Coronel era a mesma servida ao Soldado. Para os Praças foi uma grande vitória. A partir de 1º de agosto de 1978 até 1º de março de 1983, o Comandante Geral foi o Cel. Ex. Aníbal de Carvalho Coutinho. Ele tinha um carinho especial com nossa turma do CFO. Foi um ótimo Comandante Geral. Dentre as realizações naquela gestão, destacaram: a recriação da Cavalaria; a mudança da cor do fardamento marron e bege para a cor azul, inclusive as viaturas; e a reativação da Banda PM Show, que na década de sessenta animou muitos Bailes na Capital e Interior, com o jocoso nome “Conjunto - Os Espaciais”. Naquela época não se falava Banda. Coronel Aníbal Coutinho foi o último Comandante Geral, oriundo do Exército Brasileiro, a comandar a PMGO. A partir de março de 1983, nossa secular Corporação passou a ser comandada por Coronéis da própria instituição.

Em 21 de setembro de 1979, fomos declarados Aspirantes a Oficiais.



Formatura do CFO

A turma fez o estágio de aspirantado, em todas as OPM (Organizações Policiais Militares) do Estado, Capital e Interior, cumprindo uma Diretriz do Comandante Geral. Começamos pelo 3º BPM - Araguaína, 5º BPM - Gurupi, 4º BPM - Anápolis, 6º BPM - Goiás, 2º BPM - Rio Verde e 3ª CIPM - Pires do Rio. Eram poucos os Quartéis no interior. Era uma semana em cada cidade, iniciando em janeiro de 1980 e se estendendo até abril, com as Unidades da Capital.



Aspirantes Oficiais em Araguaína

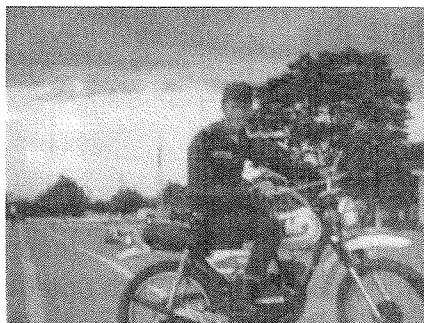
No dia 21 de abril de 1980, fomos promovidos ao primeiro posto - Segundo Tenente: Vilmones Messias de Araújo, Marques Dias da Fonseca, Lourenides Alves de Souza, Osvaldo Monteiro dos Santos, Gaspar Américo Pereira, José Euzéia da Silva, José Elizário Pereira, Sirivaldo Sales de Lima, Brasil Vicente Ferreira e Pércio Maurício de Andrade. Este último passou a integrar a turma no último ano do curso. Em seguida, no mês de junho, ainda em cumprimento a uma agenda de estágio, realizamos uma viagem de estudos à Polícia Militar de São Paulo, onde passamos uma semana na Capital e em Santos. Só em julho, todos os dez tenentes foram distribuídos para as Unidades do interior.

CAPÍTULO XVIII

UM MILAGRE

Em 14 de julho de 1980, cheguei à cidade de Araguaína, sede do 3º BPM, distante quase um mil e duzentos quilômetros da Capital. Após quase vinte horas de viagem, em um ônibus da Transbrasiliana, me estreava como um Oficial daquele Quartel tão distante de casa, onde não havia parente, sequer conhecidos. Para telefonar para Goiás, tinha que se deslocar até o Posto da então Telegoiás e pedir para completar a ligação, e tinha que ter paciência. Demorava-se a nos atender, pois o fluxo de usuários era grande. Considerava tão longa a distância, que eu me comparava a um degredado. Para prover o Batalhão de oficiais, o Comando Geral tinha de escalá-los, pois não aparecia voluntário. Não havia atrativo para que alguém se voluntariasse em servir naquele “mundão de meu Deus”, exceto os raros casos em que um filho daquela terra terminasse o Curso de Oficial em Goiânia. A essas alturas, ele ia para lá, para o seu hábitat natural, e de lá nunca mais queria voltar para a Capital. Cito aqui alguns nomes: Francisco de Assis Sales, Paulo Isidório da Rocha, Luzimar de Oliveira Costa, Wanderlan Gomes de Araújo e Raimundo Nonato Rodrigues Martins, que lá chegaram como Tenentes e de lá nunca mais saíram. Alguns assinaram suas demissões da Corporação, mas para Goiânia não voltaram.

Fui lotado naquela OPM, de julho de 1980 a julho de 1984, tendo prestado serviços nas cidades de Araguatins, Tocantinópolis e Pedro Afonso, como Comandante de Pelotão. Na sede do Batalhão, em Araguaína, exerci as funções de Almojarife, Aproveisionador, Tesoureiro e Relações Públicas. No Pelotão de Araguatins, onde permaneci mais tempo, cerca de dezoito meses, havia dez Municípios sob a minha responsabilidade, concernente ao policiamento. Aquela região, conhecida como “Bico do Papagaio”, em épocas de chuvas, suas rodovias se tornavam intransitáveis. A supervisão da tropa destacada eu fazia montado em uma Motocicleta de minha propriedade.



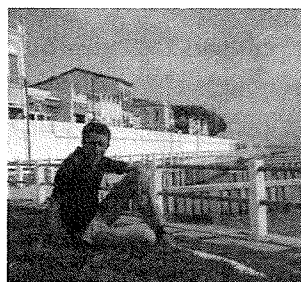
Tenente Brasil em Araguaínas

Em automóvel era impossível. Durante aquele tempo na região Norte, tive o privilégio de conhecer várias cidades da região, bem como algumas do Estado do Maranhão: Imperatriz, Porto Franco, Estreito e a histórica Carolina. No Estado do Pará, conheci Marabá, Tucuruí, Cametá e Belém, em objeto de serviço, porém em um motivo inusitado. Precisamente, em 12 de outubro de 1982, foi um dia sinistro na cidade de Araguaína. Durante o dia em atividade de lazer, no Lago Corujão, uma canoa naufragou e morreram seis crianças afogadas de uma mesma família de evangélicos que comemoravam o Dia das Crianças. Ao anoitecer, um taxista da cidade, em seu carro zerinho, um Fiat Panorama branco, atendeu o chamado de dois passageiros que, ainda no perímetro urbano, na Rodovia Belém - Brasília, anunciaram voz de assalto, já disparando uma arma de fogo, atingindo-o fatalmente. Abandonaram o corpo na beira da estrada e em alta velocidade empreenderam fuga. Porém, ao passarem no Posto da Polícia Rodoviária Federal, despertaram suspeita pelo excesso de velocidade. Perseguido aquele carro em fuga, logo à frente, poucos quilômetros, os bandidos abandonaram o veículo, embrenhando-se no mato. O pessoal da PRE, imediatamente, pediu ajuda ao Batalhão da PM, e na mesma noite, ambos foram capturados e conduzidos à presença da autoridade Policial competente, para autuação em flagrante delito. Inclusive, por medida de segurança, temendo um linchamento, após ouvidos, foram recolhidos a um xadrez do Quartel. O titular da Delegacia de Polícia Civil, um Delegado nomeado, (aqueles vulgarmente conhecidos por Delegado Calça-Curta), se encontrava via-

jando. Uns dez dias depois, eis que chegava aquela autoridade. Imediatamente, ele determinou a seus agentes que recambiasse os dois presos do Quartel da PM para a Cadeia Pública, anexa à Delegacia. Lá pelas oito horas da noite, o Delegado e dois agentes conduziram os dois presos para as proximidades onde foram capturados na noite do flagrante. Era próximo ao Ribeirão Bandeira. A intenção certamente era uma execução sumária, com o subterfúgio de uma “reconstituição”. Deram uma rajada de metralhadora em um dos presos - o autor do latrocínio, que tinha chumbo do couro cabeludo (crânio) à sola dos pés. Parecia uma tábua de pirulitos. O outro, que era tio do autor, e coautor, porque estavam juntos, algemados um ao outro, foi atingido por outra rajada. Mas acreditem, um chumbo o atingiu de raspão nas costas, outro em um dedo da mão, também de raspão, e o último raspou também um calcanhar. “E agora?”, certamente confabularam. Tiraram as algemas e regressaram para a cidade, cerca de vinte e cinco quilômetros, para pegar os caixões. Instantes depois retornaram ao local, encontrando somente um defunto. Procuraram, procuraram e nada do outro.

No outro dia à tarde, aquele sobrevivente saiu na rodovia e tomou um ônibus para a cidade de Guaraí. Como não tinha dinheiro, suplicou uma caridade, e alguém de bom coração pagou sua passagem. Em Araguaína ele não quis descer do veículo. Ao chegar no destino, se dirigiu aos primeiros policiais fardados que visualizou, e os militares o conduziram à presença do Comandante do Pelotão - 1º Tenente Joaquim Antônio Sobrinho (hoje Coronel da Reserva). Impressionado e comovido com o relato daquela pessoa, o Tenente comunicou com o Comandante do Batalhão em Araguaína, pedindo autorização para conduzi-la até ali. Antes, porém, levou aquele homem ao Hospital, onde os profissionais de saúde procederam aos curativos respectivos, inclusive, extraindo dos ferimentos uma grande quantidade de larvas, mais conhecidas por “bichos”. Aquele indivíduo, ao chegar ao Quartel, passou a ser o centro das atenções. O Comandante, em acordo com o representante do Ministério Público e o Juiz de Direito, providenciou as medidas legais. Tomados de compaixão, o que é peculiar do então Capitão Jorge Francisco da Paixão (era o Sub-

Comandante) e sua esposa - Dr^a Valmira Guedes da Paixão - Advogada, se encarregaram dos trabalhos jurídicos atinentes ao caso. Por mais de dois meses aquele sujeito permaneceu no Quartel. Depois de uma certa demora, a Advogada conseguiu o Alvará de Soltura, pois era nítida sua inocência no crime de que era acusado. Ele tinha, na verdade, um jeito de meio mentecapto. Lá pela metade do mês de janeiro de 1983, aquele indivíduo de que não me recordo o nome, após quase três meses no Quartel, tinha que voltar para sua casa, em Cameté, Estado do Pará. Havia, no entanto, um pormenor: sua saída sozinho era um perigo para a sua integridade física. Eis que o Cap. Paixão pergunta ao 2º Ten. Brasil: “Você tem coragem de levar este homem para a terra dele?” Respondi que sim. E que não precisava nem de diárias. O cara morria de medo, pediu até pelo amor de Deus, que alguém o acompanhasse. Os familiares dele mandaram o dinheiro, então fomos. Comprei as passagens para o ônibus que partia de Araguaína, à meia-noite, com destino a Marabá - PA. Colocamos o sujeito e sua bagagem, (uma mochila) no camburão da RP e, depois de passar o Posto da Polícia Rodoviária Federal, nos embarcamos no ônibus. Amanheceu o dia, ainda não tínhamos chegado em Marabá. Muita chuva, muitos atoleiros, mas fomos aos trancos e barrancos. Só no outro dia chegamos em Tucuruí, à tardezinha. Mais um pernoite no itinerário.



Tenente Brasil em Cameté-PA

No dia seguinte, sobre uma carroceria de caminhão, por volta das dez horas da manhã, saímos de Tucuruí, com destino a Cameté, onde chegamos às dezessete horas. Aí, para descansar da estressante viagem, fiquei mais dois dias naquela histórica cidade paraense, na

margem esquerda do majestoso Rio Tocantins, onde tem, todos os dias, o fenômeno da maré. A beleza da histórica cidade e a acolhida das pessoas, compensaram tudo. Para regressar, tomei uma barca de Cameté a Belém, saindo às dezenove horas, só desembarcando na Capital do Pará, às seis horas da manhã seguinte. Naquele barco havia mais de duzentas pessoas. Parecia um festival de redes, balançando a noite inteira, todas as cores e modelos, quase tocando uma a outra, nas transposições de cachoeiras. O retorno para Araguaína foi de ônibus, saindo de Belém, passando por Paragominas, outras cidades e Imperatriz-MA, até chegar. Cap. Paixão e a esposa já estavam preocupados comigo. Mas valeu. Foi maravilhosa a viagem.

CAPÍTULO XIX

INCÊNDIO NO FORUM

Na condição de Tenente, desempenhei a função inerente ao posto - Comandante de Pelotão, em vários lugares, mas somente na região Norte. Comecei o oficialato no 3º BPM (3º Batalhão de Polícia Militar), sediado na cidade de Araguaína, em 1980. Em 1982, os brasileiros estavam sedentos por eleições diretas para governadores. Nosso Estado estava sob a administração do Governador Ary Ribeiro Valadão, do antigo e extinto PDS. O Sr Íris Rezende Machado era o candidato da esperança pelo partido oposicionista - o PMDB. O povo goiano visualizava naquele cidadão recém-anistiado, o Governador de que o Estado de Goiás estava necessitando, e os nortistas da região do Bico do Papagaio não eram diferentes. As carreatas, os comícios eram aquela unânime euforia na cidade de Araguaína, onde me encontrava na época. Mas aquela voz era uníssona em todas as partes. Já próximo das eleições, um incêndio supostamente criminoso deixou parte do Fórum da cidade de Tocantinópolis em cinzas. Será que estava faltando Polícia naquela cidade? Dos poucos Oficiais Subalternos (Tenentes) do Batalhão, fui o sorteado para se deslocar com um Pelotão de Praças, para a cidade do sinistro, distante de Araguaína cento e vinte e cinco quilômetros. Permanecemos naquela cidade ribeirinha por uns quarenta dias, antes e depois das eleições. Era uma semelhança de estado de sítio, com a grande quantidade de Policiais Militares portando fuzis e/ou metralhadoras em quase todas as ruas da velha Tocantinópolis. Estava, verdadeiramente, um clima bastante hostil. Todavia, sob as graças de Deus, não houve qualquer incidente; a população se comportou muito bem, a Polícia Militar cumpriu seu papel constitucional de ostensividade e, felizmente, deu tudo certo. Para os dias de realização do pleito eleitoral, o Tribunal de Justiça enviou um juiz para auxiliar o titular.

Certo dia, véspera da eleição, tudo calmo, éramos três pessoas, conversando descontraidamente, após o almoço, na sala de recepção do Fórum, um fato curioso marcou aquele momento: os três não

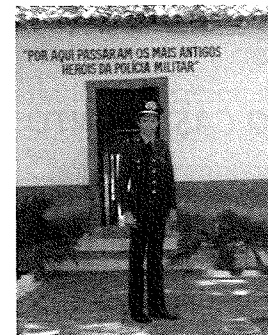
eram conhecidos, eram todos nascidos na Cidade de Goiás, estávamos todos a serviço da Justiça Eleitoral, os três com o sobrenome FERREIRA, e nenhum parentesco entre nós. Eis os nomes: Noé Gonçalves Ferreira - Juiz de Direito, Brasil Vicente Ferreira - Tenente PM, e Domingos Aécio Ferreira - Serventuário da Justiça.

Naquela urbe permaneci por vários meses. Com o lindo Rio Tocantins lavando a cidade, era maravilhoso nadar todos dias à tarde para amenizar o calor, apreciar um peixinho da hora no Bar Flutuante. Inesquecível também o Balneário do Ribeirão Grande, distante da cidade seis quilômetros, local romântico e aconchegante, ecologicamente correto. No ano seguinte, início de 1983, fui designado para Comandar o Pelotão da cidade de Araguatins, às margens do imponente rio Araguaia. Uma antiga e pequena cidade com a pecha de violenta. Fiquei ali cerca de dezoito meses, e houve somente um homicídio. Porém, na região rural ocorreram vários. A movimentação de garimpeiros para as jazidas de ouro de Serra Pelada, no Pará, distante quatrocentos quilômetros dali, era intensa. O fluxo de transportes dos garimpeiros era assustador durante o dia, porque à noite, a balsa no rio Araguaia não funcionava. Eram normais as caminhonetes D-10 e C-10 conduzirem uma lotação de até dezesseis pessoas naquele itinerário. Eram verdadeiros aventureiros que iam tentar a sorte na mineração. Saíam dos Estados do Maranhão, do Piauí, bem como de outros Estados, percorriam cerca de quase dois mil quilômetros, com o desconforto e perigo das caminhonetes passando por Araguatins. Como aquele povão apenas passava ali, e todos estavam focados no ouro com que sonhavam, não acarretavam nenhum problema de ordem pública na nossa localidade. Em 1984 - o ano do Movimento Político chamado "Diretas Já", requeri Licença Especial. Foi a maneira encontrada para me transferir do 3º BPM. O desejo era voltar para Goiânia ou Goiás. Do Araguatins era pesaroso deixar de contemplar a beleza do pôr-do-sol na Praça central, às margens do Araguaia. Concedido-me o benefício requerido, comecei a usufruir dele em agosto daquele ano, quando conheci o meu amor, na Cidade de Goiás, precisamente na Choparia da Praça do Coreto - a jovem Frances, hoje minha esposa. Quando quase findada a Licença, solicitei do Comando Geral e me foi concedida a transferência do 3º Batalhão - Araguaína para o 6º Batalhão - Goiás.

CAPÍTULO XX

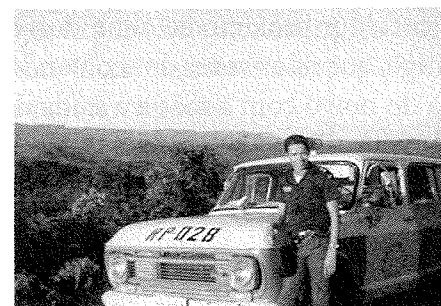
CHEGADA AO BATALHÃO VILA BOA

Depois de quatro anos no Batalhão de Araguaína, passado por algumas cidades da região, na condição de Comandante de Pelotão, eu sentia a imperativa necessidade de ser transferido, se não para Goiás, pelo menos para Goiânia ou proximidades da Capital. Todas as vezes em que manifestava aquele desejo em alguma conversa informal, a voz do Comandante era que me liberaria se fosse por meio de permuta. Mas qual o Oficial que, servindo na Capital, ou Anápolis, ou Goiás, ou Rio Verde, se prontificaria a servir naquele nortão? Foi aí que usei do sagrado direito de requerer a concessão da Licença Especial, (seis meses de folga). O benefício foi concedido a partir de julho de 1984. Destarte, foi a oportunidade de ficar um semestre curtindo a família na antiga Vila Boa. Era também tempo suficiente para articular a transferência do Norte. Quase findada a licença, após uma maravilhosa viagem aos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, recorri-me ao Comando Geral, pedindo minha transferência do 3º BPM - Araguaína, para o 6º Batalhão, na Cidade de Goiás. Fui bem sucedido, meu pleito fora atendido. Eu já era Primeiro Tenente. Só que o Comando do Policiamento da Capital me reteve, liberando-me para apresentar no Quartel de Goiás, após o Carnaval de 1985. Todavia, o que me interessava era que estava retornando para a casa paterna. Estava realmente regressando à OPM de origem. Quando me apresentei, fui muito bem recebido pelo Comandante do 6º BPM – Ten. Cel. Rui Carlos da Silva e a equipe de Oficiais da Unidade. Estava, pois, naquele momento, chegando como Oficial ao Quartel, onde havia iniciado como Soldado, no tempo da Cia Araguaia, em 1971.



Tenente Brasil no 6º BPM

Comandante bom é algo marcante na carreira. Em Araguaína, havia deixado o Ten. Cel. Renato Carlos da Silva, excelente pessoa, ótimo Comandante. Ao chegar em Goiás, quem encontrei? Seu irmão - o Ten. Cel. Rui Carlos da Silva - Grande líder! Cheguei com o pé direito. Também pudera, estava em casa! Era solteiro, porém, namorado da Profª Frances Maria Pires, que conheci em agosto do ano anterior. Em dezembro de 1985, nos tornamos noivos. Aquele foi um ano de muito sucesso! VALEU!



Patrulha na Cidade de Goiás

CAPÍTULO XXI

O CASAMENTO

No dia 08 de fevereiro de 1986, já computando trinta e cinco primaveras, contraímos nossas núpcias. A igreja de Nossa Senhora do Rosário estava repleta de gente. A noiva, detentora de um grande círculo de amizade; como professora ela possuía muitas colegas, amigas e amigos, e todos compartilhavam alegremente daquele evento festivo. Da parte do noivo era praticamente igual, haja vista a grande quantidade de Policiais Militares de todos os postos e graduações, muitos parentes, enfim, muitos convidados. Foi uma linda celebração, conduzida pelo dileto amigo dos noivos - o emblemático Frei Marcos Lacerda de Camargo, dominicano que à época era o Pároco da cidade.

Teve cerimônia de Cúpula de Aço. Para quem não sabe, consiste no noivo estar de farda de gala, com espada, um grupo de Oficiais portando “espadas”, e dez Cadetes com os “espadins”. Esses militares se posicionam no corredor próximo ao altar, dois a dois, sob o Comando do mais antigo, que dá as vozes dos comandos alusivos ao ato, quando da entrada do noivo com a mãe e a saída do casal depois da celebração do casamento. Tanto na entrada como na saída, os militares batem as espadas e os espadins acima da cabeça do noivo e dos demais passantes.

Para conseguir o deslocamento dos Cadetes de Goiânia para Goiás, para aquele evento, não foi fácil. Era época de Carnaval (primeira noite da festa momesca), todas as OPM da Capital empenhadas naquele mega policiamento, inclusive a Academia com seus Cadetes. Porém, graças a boa vontade do então Cadete Aimar Pereira dos Anjos em servir, que arregimentaram-se os nove colegas. Também inesquecível foi o gesto bondoso do então Ten. Cel. José Silveira Lima - Comandante do 7º BPM, que gentilmente nos cedeu uma Kombi para transportar os Cadetes. Assim, foi possível aquela

relevante participação na realização do casamento. Depois da celebração na igreja, foi aquele banquete na casa da noiva, já com o novo sobrenome: Frances Maria Pires Ferreira, na Rua Rosa Gomes, vinte e seis. A Antártica geladina naquela tarde calorenta ainda é lembrada por vários Oficiais, hoje meus amigos, que naquele dia eram os Cadetes em referência.

O saudoso Divininho Isaac tocou o Órgão e cantou divinamente bem. Ele era amigo da noiva. Foi o último casamento em que ele cantou. Infelizmente, ele faleceu dezoito anos mais tarde.

No final do ano, em dezembro, recebi a promoção ao Posto de Capitão. Como Oficial Intermediário, permaneci no 6º Batalhão, na Cidade de Goiás, até março de 1990, quando fui para Goiânia, fazer o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), na APM (Academia de Polícia Militar). Na conclusão do curso, realizamos uma inesquecível Viagem de Estudos. Foram vinte e seis dias que ficaram marcados positivamente. Éramos vinte Oficiais componentes da delegação. Passamos por Roma, Firenze, Piza e Milão, na Itália; Frankfurt, na Alemanha; Paris, na França; Madri, na Espanha; Genebra, na Suíça; Lisboa, Nazaré, Batalha, Fátima, Cascalhos e Estoril em Portugal. Foi realmente uma experiência fantástica no nosso aprimoramento profissional. Foram várias palestras e exposições em quase todas as Polícias daqueles países visitados.



Capitães Euzéia e Brasil em Paris

Ao finalizar o Curso no mês de dezembro, consegui retornar para Goiás, ficando lotado no 6º BPM. Ainda Capitão, iniciei o mês de janeiro de 1991, respondendo pelo Sub-Comando do Batalhão. Em 21 de abril, fui promovido a Major, assumindo legitimamente a função de Sub-Comandante. A responsabilidade logo aumentou. Eu era então, de fato e de direito, o chefe da disciplina, função inerente ao cargo, e às vezes antipático, principalmente para aqueles que pouco cultuam a disciplina. Mas parece que saí bem, pelo menos no meu entender, parecia uma boa aceitação no seio da tropa, ou será que foi ilusão? Permaneci, portanto, naquele cargo, até final de dezembro de 1995, quando fui transferido para a Capital, Goiânia.

CAPÍTULO XXII

O FATÍDICO GARIMPO

Dos anos 1987 a 1989, a região da Bacia do Rio Vermelho, desde acima da Cidade de Goiás, até as proximidades do Distrito de São João, na região do Município de Itapirapuã, ou seja, a totalidade do Município de Goiás, foi infestada por uma horda de inescrupulosos garimpeiros de ouro, oriundos de todos os quadrantes deste país. As adjacências da Cidade de Goiás, tais como Ferreiro e Ouro Fino, passaram a ser a maior cobiça dos garimpeiros. O romântico Rio Vermelho que nasce naquela região, cerca de dez quilômetros da área urbana, dava tristeza vê-lo como estava. Era um rio de lama passando pela cidade. Em tempos de estiagem era aquele filete de águas barrentas que inviabilizavam os costumeiros e históricos banhos, conforme o costume dos moradores. O Distrito de Buenolândia teve a população multiplicada ao ponto de ter que provê-lo de Destacamento de Policiais Militares. O que muito contribuiu para o desenvolvimento daquela atividade destruidora do meio ambiente foi a conivência dos fazendeiros, dos proprietários rurais de pequeno, médio e grande porte, que lucravam recebendo a porcentagem da produção aurífera.

Acabara a paz. Todas as modalidades de crimes predominavam: homicídios, furtos, roubos, estelionatos, estupros, crimes contra a economia popular e outros. Na Cidade de Goiás e nos Distritos, o comércio ficou superinflacionado, inclusive o mercado imobiliário. Quadriplicou-se a quantidade de açougues na cidade, visto que o garimpeiro consumia muita carne bovina. Enfim, tudo se modificou.

Face ao clamor das pessoas de bom senso, das entidades preservacionistas como uma obra Divina, surgiu o saudoso Promotor de Justiça – Dr. Sullivan Silvestre de Oliveira, que tomou as providências cabíveis, para pôr fim ao garimpo. Ele protocolou uma Ação Civil Pública, e felizmente o Poder Judiciário acatou. Então, com o devido

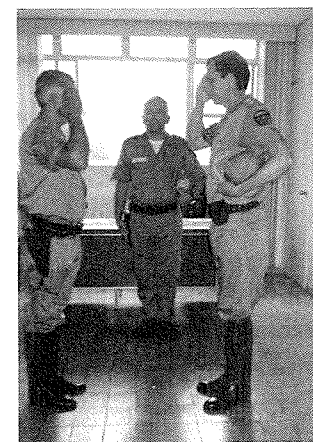
apoio da Polícia Militar - mormente o 6º BPM da Cidade de Goiás, foi possível extirpar aquela ação danosa ao sagrado meio ambiente, em toda a Bacia do rio Vermelho, inclusive nos Municípios vizinhos como Faina, Itaberaí, Heitorá, Mossâmedes, Buriti de Goiás, Itapirapuã e Matrinchã. Como Capitão integrante do Batalhão, assumi aquela tarefa com o apoio dos valorosos Soldados, Sargentos e Cabos. Cumprimos a missão a contento. Era uma tropa que vestiu a camisa, ou melhor, a farda em defesa da natureza. Trabalhávamos em sintonia com os Delegados de Polícia Civil, com os Representantes do Ministério Público e Juizes das Comarcas da região. Foram apreendidos quase um mil motores estacionários, utilizados naquela atividade predadora. Eram verdadeiras máquinas potentes que destruíam os barrancos e as matas ciliares dos rios. Decorridos mais de vinte anos, infelizmente, ainda se têm as sequelas dos danos ecológicos, tais como as matas ciliares devastadas que não foram reflorestadas. Árvores centenárias dos barrancos desapareceram, e os mananciais tornaram-se, literalmente, assoreados. Principalmente no rio Vermelho, lugares que eram grandes poços com até mais de três metros de profundidade, hoje não passam de um metro de fundura. Felizmente, a epidemia do fatídico garimpo fora erradicada.

CAPÍTULO XXIII

CAVALARIA

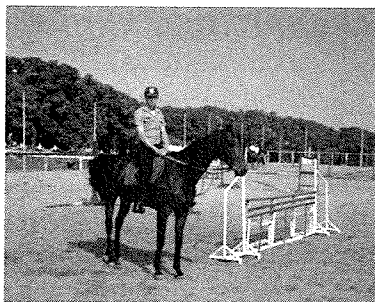
Antes de ser transferido do 6º BPM para Goiânia, no final do ano de 1995, passei por uma intervenção cirúrgica no mês de janeiro de 1996. Fiquei em convalescença e iniciei minhas atividades policiais militares em março, quando ao me apresentar, fui lotado no HPM (Hospital da Polícia Militar), onde fiquei empregado como Sub-Diretor de Saúde, ainda Major.

Em razão da promoção a Tenente-Coronel, em vinte e um de abril, fui designado para comandar a Cavalaria, uma Unidade de elite, onde me identifiquei com todo o efetivo, com as instalações físicas e com o plantel equestre. Momentos vividos, passeando pelas “baias”, vendo e afagando os animais, eram verdadeiramente uma higiene mental fora do expediente administrativo, pois aquela caserna era minha morada, ali eu era alojado.



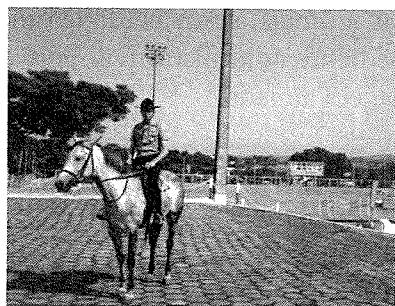
Recebendo o Comando da Cavalaria

De vez em quando eu montava, sempre escolhendo os pangarés mais dóceis somente na área do Quartel e aproveitava para registrar em fotografias. Foram apenas seis meses, mas valeu a pena.



Ten. Cel. Brasil na Cavalaria

Naquele período, promovi uma reforma nas pinturas dos pavilhões. Foram feitos vários desenhos nas paredes, alusivos à Cavalaria. Foram revitalizadas, durante aquele Comando, as galerias de fotografias dos ex-Comandantes e dos troféus no Gabinete do Comandante.



Ten. Cel. Brasil em montaria

Minha permanência naquele Comando foi de apenas um semestre, mas foi o tempo suficiente para que se indenizassem três proprietários de automóveis, sinistrados por cavalos nas ruas. As Patrulhas Montadas saíam para os bairros periféricos da Capital, e o animal se assustava com alguma coisa e jogava o PM Cavalariano no chão, tomando imediatamente o rumo do Quartel, atropelando tudo à sua frente e assim danificava algum automóvel. Quando chegava no Portão das Armas, a Sentinela abria o portão e ele ia parar na porta de sua “baia”.

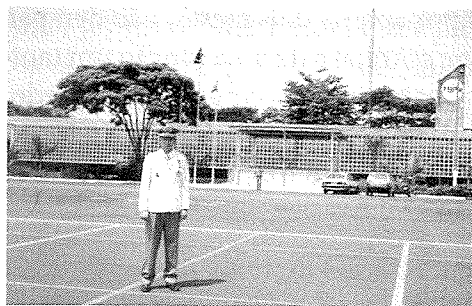
Ao sair daquele Comando, fui convidado pelo meu amigo Coronel Miguel Eustáquio de Almeida - Diretor de Pessoal, para ser o seu auxiliar, como Sub-Diretor, no Quartel da Ajudância Geral. Um local de trabalho em que me senti útil, prestando relevantes serviços, atendendo aos inúmeros policiais militares da ativa e inativos que recorriam ao segmento. Foram dez meses de serviço com satisfação. Dali fui convidado pelo também amigo Coronel Joaquim Nogueira Ramos Neto - Diretor de Apoio Logístico, o qual em acordo com o Cel. Almeida, conseguiu que eu me tornasse o seu Sub-Diretor. Era a função inerente às Licitações, cujo Sub-Diretor era o Presidente. Como perdurou por apenas dois meses, não deu para sentir o gosto. Mas verifiquei que se tratava de uma função um tanto espinhosa, dados os interesses financeiros das empresas fornecedoras ao Estado, as quais participavam dos certames. A DAL (Diretoria de Apoio Logístico) comprava de tudo, com frequência, inclusive frotas de viaturas para a Corporação.

De repente, em outubro de 1997, fui convocado a assumir o Comando do 7º BPM, em Goiânia.

CAPÍTULO XXIV

7º BPM - BATALHÃO TRIUNFO

Com a saída do Ten. Cel. Marizil de Oliveira para o Gabinete Militar, a vacância daquele Comando foi por mim ocupada, no mês de outubro de 1997, conforme determinação do Comandante Geral - Coronel Eurípedes José Marques.



Ten. Cel. Brasil Comandante 7º BPM

Aquele Batalhão que possuía uma área de abrangência bastante grande compreendia a região sudoeste, desde o Parque Amazônia, Jardim América, Garavelo, Novo Horizonte, Bairro Goiá, até os bairros da margem esquerda da Av. Anhanguera, indo até à Praça "A"; era a área coberta pelo Rádio-Patrolhamento Motorizado. O efetivo era razoável, portanto, atendia às necessidades. As instalações físicas do mega Quartel abrigavam uma Unidade do Centro de Internação Provisória de menores infratores, um problema constante. Eram cerca de trinta menores de ambos os sexos, que por haverem praticado atos infracionais, ficavam internados temporariamente. Durante os quatorze meses de minha gestão, houve várias tentativas de motins ou rebeliões ali, mas sempre eram sufocadas pela tropa da PM, que estava sempre alerta e atuante. Era um considerável efetivo, desvirtuado da atividade fim, à disposição daquele segmento. Com isso, o efetivo de policiamento externo era prejudicado. Mas fazer o quê? Só

restava cumprir as determinações emanadas das autoridades competentes. Pois existe o dito popular "Ordem, dá quem pode, e obedece quem tem juízo". Como se não bastassem aqueles menores, o Quartel era, na verdade, um depósito de presos, oriundos do CEPAIGO. Era quase uma dezena de reeducandos para dar trabalho ao Batalhão. Mas por que essas missões tão adversas? Fácil o entendimento: o Governador Maguito Vilela delegava poder ao Secretário da Segurança Pública, o Coronel Joneval, e aí se desaguava tudo no 7º BPM. Inclusive, o Diretor do CEPAIGO era também um militar. Era o Coronel Vilmones. Com isso, o preso ameaçado de morte naquele Centro Penitenciário, o Diretor, na melhor das intenções, solicitava o apoio do Secretário da Segurança, era atendido, e o reeducando ameaçado era transferido para o Quartel da PM.

Naquele período de meu Comando, não se registrou nenhum homicídio contra PM e nem de PM contra civis. Considero, portanto, uma bênção de Deus.

Durante a minha administração, o auditório do Quartel foi provido de aparelhos de ar condicionado, e a garagem foi ampliada, quando passou a abrigar o ônibus que antes ficava entregue às intempéries. Teve a transferência de alguns membros da Unidade para a reserva remunerada. Então foi realizada a festa de despedida deles, com as presenças dos respectivos familiares. Ficaram deveras satisfeitos. Consegui realizar as festas de confraternização de fim de ano, nos anos de noventa e sete e noventa e oito, no pátio do Quartel, com muitos atrativos, num clima de muita fraternidade. Não poderia passar por ali sem plantar uma árvore. Por isso finquei dois pés de manga rosa, deixando uma prova de plena sintonia com a mãe natureza.

Deixei, pois, o Comando do 7º BPM - Batalhão Triunfo, com a consciência do dever cumprido, de cabeça erguida, muito satisfeito. Saí triunfante de um Comando para comandar um Batalhão onde havia iniciado a carreira como recruta - o 6º BPM, na Cidade de Goiás.

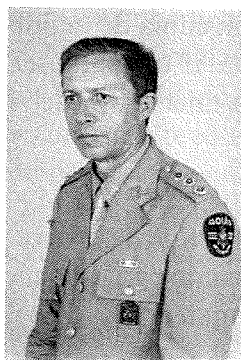
CAPÍTULO XXV

COMANDANTE DO 6º BPM

A partir de 1º de janeiro de 1999, o Estado de Goiás passou por uma grande transformação. Era a queda da Ditadura Peemedebista, que perdurou por dezesseis anos. Com o advento do Tempo Novo - slogan do novo Governo, vieram as várias mudanças nas esferas administrativas. Foi a vitória de Marconi Perillo sobre a derrota de Íris Rezende, no Governo do Estado de Goiás.

O Comandante Geral da Polícia Militar - Cel. Eurípedes José Marques, foi substituído pelo Cel. Leopoldo da Silva Freire. Consequentemente, todas as OPM (Organizações Policiais Militares) tiveram seus Comandantes substituídos.

No dia quinze de janeiro, assumi o Comando do 6º BPM - Batalhão Vila Boa, no lugar do Ten. Cel. Antônio da Silva Mendes. Estava eu naquela solenidade, transbordando de satisfação em tornar-me Comandante do Quartel onde havia começado como Soldado no ano de 1971. Naquele momento estava sendo cumprida uma profecia do meu saudoso pai, que dois anos antes do seu passamento, quando fui promovido ao posto de Capitão, disse que eu ainda seria o Comandante do Quartel da Cidade de Goiás.



Ten. Cel. Brasil Comandante do 6º BPM

Era uma manhã ensolarada do veranico de janeiro, sendo que o ato solene de transferência do cargo contava com o pátio lotado de gente. O público presente se constituía de pessoas de todas as idades, sem distinção de classe social, política e religiosa. Para terminar, foi servido um coquetel.

Foram dois anos e sete meses à frente daquele Comando, com um efetivo um pouco a desejar, mas que fazia o S P O (Serviço de Policiamento Ostensivo) no centro e em todos os bairros, com alternância na Cidade de Goiás. Eram vinte e dois Municípios e vários Distritos, em um quadrante que compreendia as cidades de Mozarlândia, Jussara, Sanclerlândia, Taquaral, Itaguaru e Morro Agudo, as quais formavam o círculo de circunscrição do 6º Batalhão. As cidades de menor porte contavam com uma Viatura caracterizada. As mais populosas tinham duas. Na sede da Unidade, por se tratar de cidade histórica e turística que tem grandes eventos durante o ano, tais como Carnaval, Semana-Santa, Festival de Cinema e transferência da Capital Simbólica, deveria ter uma frota representativa; todavia, naquela época era totalmente desprovida. Em cada festividade, tinha-se que requisitar dos Destacamentos. Com isso, lá ficavam a pé. Motocicletas o Batalhão não possuía. Contudo, havia a eficácia do policiamento a pé. Tinha o privilégio do efetivo ser considerável. Portanto, tive sorte na empreitada a mim confiada. Não houve óbito de PM, e nenhum profissional de segurança pública abateu qualquer vida humana.

Durante o tempo de Comandante do Batalhão Vila Boa, tive o prazer de realizar o seguinte: reforma da Galeria de Fotografias dos ex-Comandantes; festas alusivas às datas de Dia das Mães, Dia da Mulher, Aniversário do Batalhão (5 de maio) e Natal.

As comemorações eram marcadas por casa cheia. Era grande a presença do público externo. Sempre era servido um coquetel. No final da gestão, ficou afixada na parede, na entrada do Pavilhão interno, uma placa alusiva ao ato, com o título "6º BPM - Batalhão Vila Boa - orgulho dos goianos.

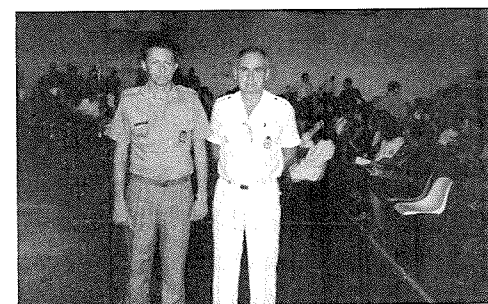
Naquela época havia sido criada uma lei, apelidada de “Lei Detefon”. Consistia-se no seguinte: o policial militar que completava trinta anos de efetivo serviço era transferido para a inatividade, compulsoriamente. Quem estivesse aguardando uma promoção e ela não viesse, certamente estaria fadado a uma amarga frustração. Os mais atingidos eram os Oficiais Superiores (Tenentes-Coronéis e Majores). Muitos chegavam a Coronel, tomavam gosto, se esquivavam nos oito anos que a lei anterior facultava de permanecer na ativa no último posto e não desocupavam a vaga. Com a vigência da famosa “Detefon”, aquele que completava o tempo de serviço teria que sair, desocupando a vaga. Para aquele que não queria dependurar a farda, não era nada bom. Enfim, esse era o artifício para se livrar dos teimosos e insistentes em continuar ostentando a farda. No final de julho de 2001, eu recebi a promoção ao último posto e, no final de agosto, completava o tempo de serviço. Caso eu quisesse continuar na ativa, não poderia, porque a Lei vigorava. E se eu não tivesse sido promovido, não teria tido o prazer da promoção a Coronel.

Ao ser promovido, fui dispensado do Comando do 6º B P M, oportunidade em que transmiti o cargo ao Ten. Cel. Ozanir Gonçalves Itacarambi. O Sub-Comandante era o Major Sebastião da Silva Moura. Concomitantemente, fui designado para Comandar o 5º CRPM, sediado na Cidade de Goiás. Como completei o tempo de serviço em 31 de agosto de 2001, no início de setembro cumpri o ritual de assinar o pedido de reserva. Mas, como sempre existem os entraves burocráticos devido às interpretações de leis, o processo foi devolvido ao Diretor de Pessoal pela Procuradoria Geral do Estado, para alguma correção. Isso já no fim do ano. Eu não estava apressado em ir para a reserva, então continuava no cargo, aguardando. Aquela devolução do processo passou a ser do meu interesse, pois alguns meses adiante, a gratificação seria incorporada. O certo é que minha transferência para Reserva consumou-se exatamente um ano e meio depois de formulado o pedido.

CAPÍTULO XXVI

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Para ilustrar com feitos de comemorações de datas importantes, quando Comandante do 6º BPM, reproduzo uma mostra de celebrações daquelas datas: o Dia da Mulher. Este texto foi elaborado pelo meu amigo, o competente auxiliar - Dr. Luiz Xavier de Araújo Godinho - Ten. Cel. Médico do 6º BPM, naquela época. Vale lembrar que Coronel Luiz Godinho não cuidava apenas da saúde da tropa. Ele substituíva o Chefe de Comunicação Social, bem como o Mestre de Cerimônia. Eis a homenagem às Mulheres:



Ten. Cel. Brasil e Ten. Cel. Luiz Xavier

ALOCUÇÃO DO COMANDO

Queremos, nesse dia dedicado à Mulher, homenagear a “MULHER VILABOENSE”, e nessa homenagem, estender nosso apreço, admiração e respeito a todas as mulheres espalhadas pelos mais longínquos rincões do nosso planeta.

MULHER VILABOENSE! MULHER “CORA CORALINA”, escritora e poetisa questionada, contradizente com sua época, levantando a bandeira da independência feminina, numa conjuntura desfavorável e submetedora. CORA! Que mesclando coragem e ternu-

ra, conseguiu com seus versos e contos, tocar no âmago de todas as mulheres de nosso Brasil, num exemplo vibrante da potencialidade feminina reforçando o alicerce das conquistas alcançadas pela mulher no contexto social brasileiro.

MULHER VILABOENSE! MULHER “GOIANDIRA DO COUTO”, que com seus dedos mágicos, teleguiados pela alma de artista e por imensa sensibilidade, salpica, como por encanto, fragmentos de areia da Serra Dourada, lançados ao léu, que o inexplicável pendor da arte converte em harmônicas reproduções das mais belas paisagens de Vila Boa, numa inexplicável incongruência artística: PINTAR GOIÁS COM PEDAÇOS DE GOIÁS!

MULHER VILABOENSE! MULHER “DONA SÍLVIA CURADO”, a artista dos Alfenins. Que com os dedos da alma, na suave e espontânea atividade, massageia, acariciando a matéria-prima branca e doce, fazendo surgir do disforme, figuras pitorescas da fauna brasileira, que desestimulam nossa gula, ao ponto de querermos perpetuar e proteger as formas adocicadas e belas, ao invés de degustá-las, como seria o normal.

MULHER VILABOENSE! MULHER “DONA ÉDILA PACHECO”, escritora competente, filha devotada e amante extremada de sua cidade-mãe: “Vila Boa de Goiás, um Goiás de tradição, poesia e grandes vultos, condições que ostentava e defendia com orgulho. Dotada de um vigor invejável e uma vitalidade contagiante, de tal forma que, ao partir para a vida eterna, o fez ativamente, como se encenasse em público seu último ato, perpetuando, assim, suas lições de vida!

MULHER VILABOENSE! MULHER “IRMÃ ASPÁSIA”, exemplo de desprendimento e bondade, rosto amigo e confortador, gravado firmemente nas mentes puras e desprovidas de maldade dos internos do ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, da Cidade de Goiás. Mulher dotada de alma tão generosa, que acreditamos, consegue com seus braços, ampliados de forma mágica pelo amor, abraçar de uma só vez, as centenas de excluídos sob sua guarda, pois consciência ela é, que a mente restrita confere à alma, sede de ternura e afeto.

MULHER VILABOENSE! MULHER “POLICIAL MILITAR FEMININA”, que garbosamente ostenta a imponente farda e emoldura com sorrisos e ternura, tão próprios da feminilidade, a árdua e muitas vezes incompreendida tarefa afeta ao militar, brindando a sociedade com suave colorido, imposto pela leveza da mulher, atenuando de forma salutar o então carrancudo estigma policial.

MULHER VILABOENSE! MULHER “LAVADEIRA”, que em tempos idos, tendo os pés desnudados, acariciados pelas águas do Rio Vermelho, as longas vestes aconchegadas por entre as pernas, batia a roupa nas pedras, no afã de retirar as sujeiras mais persistentes, transformando a surda pancada em suave e harmônica melodia, fazendo do agudo golpe, afago e carícia como se as pedras sublimando a imobilidade e inércia, fizessem parte desse trabalho compactuado com ela, e ajudando-a a dali retirar o sustento para sua numerosa prole.

MULHER VILABOENSE! MULHER “DA ZONA RURAL”, “MULHER DA ROÇA”, que traz no corpo, incrustadas, as marcas dos anos de duro trabalho, numa precoce senilidade, destoante com sua idade biológica. Contudo, traz na expressão o sorriso franco e sincero do dever cumprido. Nas mãos calejadas pelo assemelhado labor masculino, a terna capacidade de acariciar seus filhos, transformando a rudeza na mais fina das estruturas. No útero paridor a fonte de bonitos, fortes e robustos rebentos, que serão, indubitavelmente, a continuidade tão necessária e importante dessa facção social, sofrida e incompreendida até os tempos de agora.

MULHER VILABOENSE! MULHER “BRASILETE CAIADO”, MULHER “NICE MONTEIRO”, MULHER “ANTOLINDA BORGES”, MULHER “MARLENE VELASCO”, e tantos outros expoentes femininos de Vila Boa, exemplos vivos da incontestável importância da mulher no cenário social goiano, e, por que não dizer, no brasileiro.

MULHER VILABOENSE! MULHER “MÃE”, MULHER “ESPOSA”, MULHER “FILHA”, MULHER “AMIGA”, MULHER “AMANTE”, recebam do 6º Batalhão as mais sinceras homenagens

pelo tão merecido dia. Vocês são fontes de vida, de amor, de fertilidade. Chama ardente e benéfica em prol de uma sociedade melhor.

MULHER VILABOENSE! MULHER que conforta, que ama, que empolga, que desperta paixão, que chora e acalenta nos momentos difíceis.

MULHER VILABOENSE! Simplesmente, MULHER! MULHER! MULHER!

Quartel do 6º BPM, em Goiás-GO, 08 de março de 1999.

BRASIL VICENTE FERREIRA – Ten. Cel. PM

Comandante do 6º B P M

CAPÍTULO XXVII

COMANDO REGIONAL

Comando Regional é um segmento da Corporação, privativo do último posto - o posto de Coronel. Trata-se de uma área territorial que abrange várias Unidades: Batalhões e/ou Companhias. Muitos Municípios.

Outrora, na década de 1960, ao início dos anos setenta, havia na Polícia Militar, o DPMI (Departamento de Policiamento Militar do Interior). Para melhor se situar, existiam poucos Batalhões e Companhias, distribuídos neste grande território goiano. Era o 3º BPM com sede na cidade de Araguaína, que tinha abrangência num raio de quase quinhentos quilômetros. A 1ª CIPM (1ª Companhia Independente de Polícia Militar), sediada na Cidade de Goiás, tinha sob sua responsabilidade o policiamento de várias cidades no vale do Araguaia. A cidade de Rio Verde sediava o 2º BPM, o qual era responsável pelo policiamento de parte da região sudoeste. Então, o que sobrava dessas três Unidades era coordenado pelo DPMI, sediado na Secretaria de Segurança Pública, na Capital, cujo Comandante era um Coronel, diga se de passagem, não saía de seu Gabinete enquanto não surgia algum problema em que exigia sua presença.

Em 1972, foi extinto o DPMI e criado o CPI (Comando de Policiamento do Interior) e o CPC (Comando de Policiamento da Capital). Ambos chamavam-se Grandes Comandos. Com o advento desse CPI, criaram-se várias OPM (Organizações Policiais Militares), tais como a 1ª CIPM em Anápolis, a 3ª CIPM em Pires do Rio e uma Companhia em Gurupi; e na Cidade de Goiás, o 6º BPM. Dessa forma, as Unidades novatas absorveram as áreas que eram do extinto DPMI.

Todavia, no ano de 2001, houve a mudança na nomenclatura dos Grandes Comandos. O CPC e o CPI passaram a ser Comandos Regionais. O 1º CRPM ou CPM (1º Comando Regional de Polícia Militar) também (Comando de Policiamento Metropolitano) - CPM.

Assim, foi majorado o efetivo de Coronéis. A princípio, eram sete CRPM, distribuídos em todos os quadrantes do Estado.

Destarte, o 5º CRPM fora distribuído para a Cidade de Goiás. Seu primeiro Comandante foi o Coronel Marciano Basílio de Queiroz, que cumpria sua tarefa sem sair da Capital, só se deslocando para o interior quando uma imperativa necessidade assim o exigisse, idêntico como ocorria no tempo do CPI e até mesmo o antigo DPMI.

Com a minha promoção a Coronel, no final de julho de 2001, me foi confiado aquele Comando, com sua sede na Cidade de Goiás, justamente o local de minha residência. Era uma mega área, mormente a região norte de Goiás, a qual tinha que ser percorrida. As OPM de Goiás, Goianésia, Uruaçu, Porangatu e São Miguel do Araguaia integravam aquele Grande Comando. As distâncias das cidades em relação à sede do Regional eram enormes. Minaçu, Colinas do Sul e outras, por exemplo, quase seiscentos quilômetros.

Em um remanejamento feito pelo Comandante Geral, no início de 2002, o 5º CRPM foi transferido de Goiás para Ceres, quando passei o Comando ao colega Cel. Willer Monteiro de Souza. Em seguida assumi o Comando do 6º CRPM, sediado na Cidade de Goiás, conseqüentemente, minha residência não sofreu qualquer alteração. Com a tal modificação, a área foi reduzida, pois Ceres abocanhou o nortão que compreendia Goianésia, Uruaçu, Porangatu e São Miguel do Araguaia. Portanto, eu fui o segundo Comandante do 5º CRPM e o primeiro do 6º CRPM, na Cidade de Goiás.

Em seguida, já em fevereiro de 2003, ao consumir a minha passagem para a Reserva, transferei o Comando do 6º CRPM ao amigo Ten. Cel. Miguel Silvestre de Araújo, o qual era o Sub-Comandante daquele Grande Comando, tendo sido promovido no mesmo ano. Oportuno, então, é ressaltar que ele foi um auxiliar exemplar, fiel amigo que muito contribuiu para o meu sucesso.

Portanto, entrei para a história da milícia goiana como o filho da terra, que como tenente-coronel, foi o primeiro Comandante do 6º BPM, e como coronel, o primeiro Comandante Regional sediado na Cidade de Goiás.

Durante minha gestão no Comando Regional, satisfazendo um antigo desejo, fixei uma placa metálica no corredor interno do centenário Quartel da Cidade de Goiás, referente a formatura da Terceira Turma de Soldados de 1971/1972, da qual eu era integrante. Assim, pendurei a minha farda sem qualquer frustração ou mágoa.



Coronel Brasil Comandante Regional

CAPÍTULO XXVIII

BATALHÃO VILA BOA

Este Batalhão está instalado em uma edificação muito antiga, na Rua Prof. Alcide Jubé, na Cidade de Goiás, área periférica, porém, muito próxima do centro da cidade. Há comentário de que ali, nos idos do início do século XIX, funcionava um convento, pois a igreja Católica predominava. O clero era detentor de grande parte de bens imóveis da Província. Em 1858, quando foi fundada a Polícia Militar, o Governo Imperial comprou aquele prédio, com a finalidade de acantonar a tropa que compunha a Força Policial.

O Quartel, que atualmente abriga o 6º BPM, é verdadeiramente a célula máter da sesquicentenária e gloriosa Polícia Militar. Dali eram distribuídos soldados para todos os quadrantes do Estado de Goiás, quando eram escalados para compor um Destacamento. Era uma enorme extensão territorial, de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados. Compreendia das margens do Rio Paranaíba, divisa com o Estado de Minas Gerais, margeando o rio Araguaia, divisa com os Estados do Mato Grosso e Pará. Tangenciando o rio Tocantins, se separava do Estado do Maranhão e ainda confrontando com o território baiano.

Hoje, o nosso Estado está deveras reduzido da sua imensidão territorial, devido a criação do Distrito Federal e do Estado do Tocantins.

Naqueles remotos tempos, início do século XIX, o Soldado que era escalado para compor o Destacamento de Pedro Afonso, Tocantinópolis, Natividade, no Norte, ou outras localidades também distantes, apoderava-se de sua mochila e seu fuzil e partia a pé, ou por lombo de animal, ou até de canoa. Após meses de jornada chegava ao seu destino. De fato, a história da Polícia Militar teve início na histórica Cidade de Goiás.

Foram várias as nomenclaturas, ou denominações da Polícia Militar, no decorrer de mais de cem anos:

- 1858 – Força Policial de Goyaz;
- 1879 – Companhia Policial de Goyaz;
- 1884 – Contingente Policial de Goyaz;
- 1892 – Companhia de Polícia de Goyaz;
- 1893 – Corpo de Polícia de Goyaz;
- 1896 – Força Pública do Estado de Goyaz;
- 1910 – Batalhão de Polícia de Goyaz;
- 1930 – Força Pública Militar de Goyaz;
- 1935 – Polícia Militar de Goiás;
- 1940 – Força Policial de Goiás;
- 1946 – Polícia Militar do Estado de Goiás;
- 1988 – Polícia Militar de Goiás.

Sobre o Quartel da PM, na Cidade de Goiás, transcrevo um relato que ouvi de um ex-Soldado, chamado Domingos Santiago de Souza, com oitenta e três anos, em janeiro de 1993. Disse ele que serviu de 1924 a 1927. Como não havia aposentadoria ou reforma, terminava o tempo de três anos do contrato, o Soldado era excluído. Segundo ele, em um certo dia, quando estava servindo, presenciou uma tragédia no interior do Quartel: no Comando do Major Oscar Alvéolos, em um determinado dia, um contingente de cerca de vinte homens aguardava a hora para se deslocar para uma diligência na região de Jaraguá, com o objetivo de prender uma líder fanática religiosa, cognominada “Santa Dica”. Ela era acusada de mobilizar voluntários, com o cunho revolucionário, no intuito de invadir o Palácio do Governo, na Cidade de Goiás, que era a Capital, cujo Presidente do Estado era o Coronel Miguel da Rocha Lima. Aconteceu que em um momento de “surto”, o Soldado Sizino, o qual também compunha a diligência, inexplicavelmente, do saguão interno do Quartel, disparou um tiro de fuzil, atingindo propositada e fatalmente o Capitão

Benedito Avelino de Souza, que era o Sub-Comandante. O criminoso foi preso em flagrante delito. Ele se alimentava a pão e água durante os primeiros quinze dias, além de ser açoitado, diariamente, por seus verdugos, que utilizavam como instrumento de tortura um “combrém” (longo facão). Posteriormente passou a receber uma alimentação diária, a pedido dos familiares da vítima, que tinham senso humanitário e religioso, inclusive, pediram ao Comandante para cessar a tortura contra aquele preso.

Atualmente, essa instituição de Segurança Pública está pulverizada em todos os cantos deste torrão goiano. Até mesmo nos pequenos Povoados, quase sempre, existe um destacamento de policiais, geralmente, um Cabo e dois Soldados, para proporcionar segurança àquela Comunidade. São eles os representantes da Segurança Pública, constituindo assim, a presença do Estado nos rincões mais distantes da sede do Poder.

Hoje a sesquicentenária Polícia Militar, com um efetivo de cerca de quatorze mil homens e mulheres na ativa, proporciona segurança pública em todos os Municípios e Distritos goianos. Diz-se “mulheres” porque, no ano de 1986, criou-se a figura feminina na tropa. Algumas que naquele ano se iniciaram como Soldados, hoje são oficiais. É o caso da Tenente-Coronel Helena Aparecida Damásio, filha do estimado Coronel Romualdo Vitalino Damásio, vilaboense admirado por toda a população da Cidade de Goiás.

Há de se ressaltar a criação da Polícia Comunitária nesses últimos anos. Pelo visto, parece que veio para ficar. Está muito boa a sua aceitação pelas Comunidades. Há décadas, já se ouvia falar desse segmento, porém, bem longe daqui. Lá no Japão. A instituição promove um gesto de solidariedade muito interessante: ao ocorrer um episódio desagradável, como roubo, homicídio ou outras modalidades de crimes, um membro da Corporação, (oficial ou praça), acompanhado de um sacerdote ou um pastor evangélico, ou membro de algum Conselho, ou membro de alguma Pastoral Católica, faz a visita solidária àquela vítima ou familiares.

É bom lembrar que a população da Cidade de Goiás muito se orgulha da existência do Quartel onde começou a Polícia Militar Goiana.

CAPÍTULO XXIX

A CASERNA DE OUTRORA

A partir daqui passo a destrinçar fatos que vivenciei na caserna, nas décadas de setenta e oitenta, e que a geração atual de Soldados não conhece, pois, ao permanecer na ativa durante seis lustros, pude observar que a cada cinco anos, geralmente, a Corporação passava por significativas transformações.

Começo, então, pela “corneta” ou “clarim”. Trata-se de um instrumento musical, metálico, tocado por um profissional praça: Soldado, ou Cabo, ou Sargento. A denominação daquela escala de serviço, no Quartel, era PIQUETE e não Corneteiro. Muito grande era a quantidade de “toques”. Normalmente, a tropa assimilava só os mais básicos. Pois não era fácil aprender. Artista mesmo pode-se dizer do Piquete que aprendeu todos, sabe executá-los para todos os eventos e/ou situações.

Os toques mais comuns eram: alvorada às seis horas; rancho (café-da-manhã ou outras refeições); formatura geral (chamada matinal ou vespertina, ou a qualquer hora, mediante ordem do Comandante), inícios e fins de expedientes; às vinte e uma horas, pernoite (revista do recolher), momento das preleções feitas pelo Sargento Adjunto ou Oficial de Dia, em seguida o café (lanche); às vinte e duas horas, o toque do silêncio. A corneta podia ser acionada em qualquer horário do dia ou da noite, bem como pode, onde ainda existe, na hipótese de uma emergência, ou seja, alarme indicando a necessidade da tropa alerta. Nas saídas e entradas do Comandante, no Quartel, no período do expediente, o Piquete deve executar o respectivo toque.

O praça, se Soldado, por meio de concurso chega a Cabo. Se Cabo, chega a Terceiro Sargento. É um quadro de Especialistas. Todavia, os Quartéis, com exceção da Academia de Polícia Militar (APM), perderam o costume dos toques da corneta. Uma pena, pois aquele instrumento na mão e na boca do profissional habilitado faz a diferença. Aquele som, realmente, alegrava o Quartel.

Tem uma história em que o recém-chegado na Corporação, seja soldado ou cadete, talvez nem acredite. O policial militar solteiro que quisesse contrair núpcias, tinha que formalizar um requerimento ao Comandante Geral, via Comando de sua Unidade, pedindo permissão para se casar. Nunca era indeferido. Porém, se não requeresse e se casasse aleatoriamente, sofreria a devida punição com prisão. Tudo era publicado em Boletim Geral e depois transcrito em Boletim Interno. Esse ato existiu até o final dos anos setenta.

RANCHO – uma dependência do Quartel onde eram preparadas e servidas as refeições: café da manhã; almoço às onze e trinta horas; jantar às dezoito horas, e o café do pernoite às vinte e uma horas. Nos momentos do almoço e do jantar, havia o ritual do praça auxiliar da cozinha: levar à apreciação do Tenente Oficial de Dia, uma bandeja daquelas de muitos compartimentos e que eram utilizadas para servir as refeições, contendo uma pequena porção dos alimentos, para o Oficial experimentar. Se estivesse a contento, o Piquete executava o toque respectivo. Na hipótese daquela comida não estar boa, a ordem era fazer outra. Todavia, jamais presenciei tal episódio. Às vezes não estava tão saborosa, mas ia assim mesmo.

ARMAZÉM REEMBOLSÁVEL (AR) – uma espécie de supermercado existente no interior do Quartel da Cidade de Goiás, que perdurou até meados da década de setenta. Aquela repartição tinha como chefe um oficial subalterno (Tenente), auxiliado por dois praças, (geralmente um cabo e um soldado). Era uma seção administrativa que constava no organograma da Unidade. Era suprido de gêneros alimentícios, calçados, cosméticos, alguns remédios, cigarros e outros.

Os policiais militares compravam dentro de uma determinada cota, cujo valor era descontado na respectiva folha de pagamento, através da Tesouraria da OPM. Era comum haver atraso no pagamento da Corporação. Logo o socorro era mesmo o bendito AR. Não se vendia bebidas alcoólicas. Havia caso de policiais com pouco controle econômico que praticavam um ato não muito coerente: retiravam a mercadoria e trocavam no comércio fora do quartel, por outros

produtos ou dinheiro, com percentuais consideráveis de perdas dos valores. Aquela negociação tinha o pejorativo apelido de “macaco”.

GUIA DE TRÂNSITO – um documento expedido pelo Comandante de Companhia, ou Chefe da P/1, ou mesmo o Comandante de Pelotão, para o Praça conduzir consigo quando se realizava uma viagem de caráter particular a outra cidade ou outro Município, ou a outros Estados da Federação. Aquele documento comprovava a autorização para a viagem. Chegando ao destino, o PM tinha a obrigação de apresentar-se no Quartel ou Destacamento onde a autoridade policial militar dava um visto, ou seja, assinava, e quando o PM regressava, aquela Guia era devolvida. Geralmente, acontecia quando da concessão de férias ou dispensa. Esse ritual caiu no esquecimento a partir do início dos anos noventa.

ELEIÇÕES – com a entrada em vigor da Constituição de 1988, os Cabos e os Soldados granjearam o direito de votarem e serem votados nas eleições de nossa Pátria, em qualquer cargo eletivo. Atualmente, é comum a existência de Policiais Militares de todos os postos e graduações (de Coronel a Soldado) nas Corporações de todas as Unidades da Federação, ocupando cargos eletivos, tais como Prefeitos, Vereadores, Deputados Federal e Estadual. Podem candidatar-se até a Presidente da República, se quiserem.

BARBEARIA – É outra que caiu na extinção. Até os primeiros anos da década de setenta, o Soldado e o Cabo, por imposição regulamentar, tinham o corte de cabelos diferenciado. Era na máquina ZERO, três dedos acima das orelhas. Os Sargentos e os Oficiais tinham os cabelos aparados baixo. Portanto, cortavam-se cabelos semanalmente. A Barbearia era no interior do Quartel, e o profissional do ofício era um militar.

ORDEM UNIDA – Era enfatizada em todos os Quartéis. O policial marchava pelo menos nos desfiles matinais, no início do expediente. Havia treinamentos constantes até o final dos anos noventa. Atualmente, parece que só existe em Unidade-Escola. Pelo visto, somente na Academia da PM, na Capital. Conjectura minha, cer-

tamente, pela deficiência de efetivo e a prioridade de manutenção do policiamento ostensivo, a prática da Ordem Unida, nos Quartéis, caiu em desuso. Logo, os desfiles, nas chamadas matinais, se limitaram somente à Academia. Portanto, acontece que o aluno vivencia aquelas práticas de outrora, apenas na vigência do Curso.

SOLENIIDADES – todas as solenidades militares eram realizadas nos pátios dos Quartéis. Ali era a tropa em forma, com o uniforme característico para o evento, em atitude marcial, armada de fuzis e metralhadoras, o contingente em pelotões atrás da Banda de Música. Os movimentos de Ordem Unida a tropa executava de acordo com o toque da corneta ou do clarim, que o exímio piquete fazia cumprindo a ordem do Oficial que comandava. Geralmente, tinha a presença de um grande público prestigiando, principalmente, na Cidade de Goiás. Infelizmente, tais solenidades quase não existem mais. Algumas poucas que acontecem são realizadas em auditórios, sem aquele brilho especial de outrora. Os antigos, como no meu caso, não se conformam com o desprezo à Ordem Unida. O entendimento, portanto, é de que ela é a base da disciplina. Havendo disciplina, existe a observância da hierarquia.

BOLETIM INTERNO – a tropa entrava em forma para ouvir a leitura do Boletim Interno, o famoso “BI”, geralmente, no término do expediente. Ele era feito e lido diariamente, quando todos tomavam conhecimento das novidades. Era dividido em quatro partes. Primeira Parte – Serviços Diários. Nessa todos tomavam conhecimento das escalas nas várias modalidades dos serviços. Segunda Parte – Instrução e Ensino. Era mais pertinente quando havia algum curso em andamento na Unidade. Se não tivesse escola, geralmente era lida a clássica frase “Sem alteração”. Terceira Parte – Assuntos Gerais e Administrativos. Essa sempre continha algo a ser lido. E por último, a Quarta Parte – Justiça e Disciplina. Muitas vezes era lida sem alteração, porque não tinha matéria específica. Quando havia elogio ou punição, eram lidos. O elogio era gratificante para o elogiado, bem como para todos. Porém, quando se referia à punição, se tornava algo mui desagradável; era muito humilhante, era deveras constrangedor.

A maioria dos integrantes da tropa não gostava de ouvir, mas fazer o quê? O problema é que muitos profissionais agiam como criança: sabiam perfeitamente que um “deslize” ou uma “pisada na bola” que se constituísse em uma transgressão disciplinar, era motivo para a aplicação da punição, e que todos os colegas tomariam conhecimento por meio daquela leitura.

PUNIÇÕES – eram três modalidades de corretivos disciplinares: 1) Repreensão – falta leve, se aplicada, não privava da liberdade, era do tipo advertência, mas era consignada na ficha individual do transgressor; 2) Detenção – a falta cometida era de natureza média, cujos dias de privação da liberdade variavam de um a trinta, sem poder sair do Quartel; 3) Prisão – para o PM que cometesse uma transgressão de natureza grave, a punição ao transgressor seria de um a trinta dias recolhido ao Xadrez. Penoso, não acha? E ainda mais: com a punição de detenção ou de prisão, o PM punido, além de não poder ausentar-se do Quartel, era punido pecuniariamente também. Era lido no final do corretivo, no Boletim: “Arrancha-se por conta própria”. Significava, então, que ele pagaria as refeições, mesmo que não as comesse. Era descontado no seu pagamento o equivalente às refeições de cada dia. Todas essas punições estavam amparadas pelo RDPMEGO (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás).

SENTINELA – outra que restou no saudosismo foi a Sentinela da Hora, no Portão das Armas. O Soldado permanecia em pé, equipado com os apetrechos pertinentes: o fuzil municiado, baioneta, cinto de guarnição e capacete durante duas horas. Ali, no seu posto, ele era inviolável, intocável. E ai de quem ousasse desobedecê-lo ou agredi-lo. Abater o inimigo naquela circunstância era excludente de criminalidade. Era legítimo cumprimento do dever legal. Para o “pracinha”, cumprir aquela missão de sentinela não era muito fácil. Seu maior tormento era o “sono” nas altas madrugadas, principalmente da meia-noite às duas e das duas às quatro horas. Era contínua a fiscalização por parte do Sargento Comandante da Guarda, ou do Cabo Auxiliar. O rigor era tamanho, ao ponto de quando termina-

vam suas duas horas, deitava-se na cama sem tirar os coturnos dos pés. Retirava-se apenas o capacete. Isso para que, se fosse acionado para qualquer eventualidade, não perdesse tempo em amarrar os cadarços dos coturnos. Já com uma considerável flexibilidade, nos anos oitenta, alguns Soldados começaram a colocar zíper na lateral interna dos calçados. Assim, tornava-se favorável e rápido calçá-los. Concernente a esse relato, eu os vivenciei por quatro anos.

XADREZ – em poucos Quartéis ainda perduram os fatídicos espaços. No Batalhão Vila Boa, na Cidade de Goiás, o Xadrez – local de cumprimento das punições de prisões impostas aos praças transgressores da disciplina, transformou-se em um Museu. Existe ali um rico acervo de objetos militares. Foi uma atitude louvável do Comandante Geral da época – Cel. Marciano Basílio de Queiroz, em 2003, e consumada sua instalação na gestão do Cel. Edson Costa Araújo – Comandante Geral, em 2005. Pode-se considerar um presente para a Cidade de Goiás. Somou-se então mais um Museu para o deleite dos ilustres turistas.

Quando me ingressei na PM, em 1971, ouvi alguns Policiais da Reserva ou Reformados dizerem como era a instituição Polícia Militar no passado. O Soldado incluía-se com um modelo de contrato por um determinado tempo, na Corporação, e ao final era demitido sem qualquer indenização. Não tinha reforma ou aposentadoria. No que tange à disciplina, para hoje seria um absurdo. O transgressor, se Sargento ou Cabo, era rebaixado por um período estipulado pelo Comandante. Havia casos de o elemento sofrer tortura física. No arquivo do 6º BPM, na Cidade de Goiás, existe exemplar de Boletim Interno que contém punições como: “Condene o graduado ‘fulano de tal’ (Sargento ou Cabo) a ser rebaixado por tantos dias”. Ou “condene o ‘fulano’ a tantas chibatadas”; ou a “pão e água”, por tantos dias. Diziam que o graduado, ao ser rebaixado, suas insígnias de Sargento ou Cabo eram afixadas no tronco das mangueiras do pátio do Quartel. Inclusive, havia casos em que o sujeito era açoitado. Se a falta era grave e o infrator tinha que ser excluído, o mesmo era colocado perante a tropa formada no pátio do Quartel. Com a Banda de Música,

então procedia-se ao ritual do “Toque de Caixa”, momento em que a farda (gandola ou camisa) do condenado era rasgada em seu corpo. Em seguida ele era entregue à prisão comum, na condição de civil.

Alguns rigores, já na década de setenta, ainda testemunhei. Cito o caso da farda de brim cáqui devidamente engomada (coitadas das esposas ou mães dos policiais. Só sobrava para elas). As inspeções procedidas por Oficiais ou Sargentos, na tropa, eram rigorosas e se os Cabos e Soldados não estivessem a contento, era motivo de punições em Boletim ou mesmo verbal. Verificavam se a farda estava engomada, se a fivela do cinto estava brilhando (frente e fundo), se os bolsos, que eram tantos, não estavam desabotados, se o calçado estava devidamente engraxado, se os cabelos estavam cortados no padrão, se estavam barbeados; se fardados, nem pensar em usar guarda-chuva ou sombrinha.

Outro rigor era a continência, saudação militar. Qualquer civil sabe disso. Ela é obrigatória e tem de partir do subordinado. É obrigação também o superior corresponder. Infelizmente já existiram Oficiais e Sargentos que não costumavam responder à continência de um subordinado. A continência é prevista no regulamento, para se proceder da seguinte forma: se feita a pé firme, ou seja, o subordinado se dirige ao seu superior, a uma distância de dois passos e presta a devida continência. Se aquele superior estender a mão, haverá então o aperto de mãos. Soldado nunca estende a mão para o cabo ou a qualquer graduação ou posto. De igual forma o capitão não estende a mão ao Major ou Coronel. Logo, a disciplina é a base da hierarquia.

Até o início dos anos noventa, não era exigido comprovante de escolaridade, nem mesmo nível fundamental, para se ingressar na Polícia Militar de Goiás como Soldado. A exigência era o primeiro grau, com comprovante de conclusão do curso, para o CFS (Curso de Formação de Sargentos) e segundo grau para o CFO (Curso de Formação de Oficiais). Atualmente, a exigência para a inclusão de Soldado, na Corporação, tem que ser o candidato formado em um Curso Superior, tem que ter graduação. Para o Curso de Oficial, o candidato, seja civil ou militar, tem que ser bacharel em Direito. De

acordo com o atual plano de carreira, só chega a Cabo se for Soldado; só vai a Sargento se for Cabo. Antes, no início da década de 2000, ainda era possível, era muito comum a entrada de civis como Cabo e Sargento.

Até o final da década de setenta, a Polícia Militar de Goiás era única nas atividades operacionais. Para não dizer que não existia Unidade especializada, já tinha o BPMRv (Batalhão de Polícia Militar Rodoviária), que atuava nas rodovias do Estado. A partir do início dos anos oitenta, começaram a surgir as Unidades Especializadas tais como ROTAM (Ronda Ostensiva Tático- Metropolitana), BPMAmb (Batalhão de Polícia Militar Ambiental); a Cavalaria estava desativada, não tinha GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), GOE (Grupo de Operações Especiais) GPT (Grupo de Patrulhamento Tático), TOR (Tático Operacional Rodoviário) e o GIRO (Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva), que é o grupo das motocicletas. A Cavalaria que existiu foi recriada no final dos anos setenta. Todos esses segmentos têm seus fardamentos diferenciados na cor. Utiliza-se armamento pesado, acompanhado de equipamentos específicos. Outrora, quer dizer, até os anos setenta, no patrulhamento normal do cotidiano, o armamento utilizado pela tropa era o revólver calibre 38; usava-se o capacete de fibra e o cassetete de borracha. Se a diligência fosse de algo previsível de perigo, conduziam-se então fuzis e metralhadoras. Viaturas eram muito escassas.

Atualmente a Corporação está repleta de frota de viaturas; a tropa está cem por cento treinada, em conformidade com o POP (Programa Operacional Padrão), e cada policial militar conduz sua pistola ponto quarenta. O poder de compra do pracinha melhorou, ao ponto de que quase todos possuem suas moradias devidamente mobiliadas e o respectivo automóvel. Logo, o policial militar, (de Soldado a Coronel) onde reside, é detentor de reconhecimento e prestígio por parte da sociedade civil. Portanto, muitas coisas mudaram, e mudaram para melhor.

CAPÍTULO XXX

SAUDOSISMO E EVOLUÇÃO

Minha mãe, uma senhora octogenária, tem, na ponta da língua, respostas rechaçadoras aos saudosistas que enchem a boca com o passado, dizendo que “naquele tempo era melhor”. Ela que nasceu, cresceu, casou-se em Buenolândia, onde criou seus nove filhos, viveu uma série de dificuldades. O Povoado era desprovido de energia elétrica e água encanada. Nas décadas de cinquenta e sessenta, não se conhecia fogão a gás, geladeira, liquidificador, tanquinho ou máquina de lavar, ferro de passar, forno elétrico ou microondas, aliás, forno ela possuía, mas construído de barro e pedra, no quintal. Fazer quitandas é o seu hobby. Passar roupas era com aquele pesado ferro a brasa. Na Barra não havia máquina para beneficiar arroz. Conseqüentemente, tinha que fazer uso do pilão. Tinha que encher as mãos de calos por socar o arroz no pilão.

Ela não suporta, em silêncio, os saudosistas se lastimarem que “naquele tempo é que era bom”, por isso ou por aquilo. As rodovias eram precárias. Quase não existiam automóveis e caminhões. Basta dizer que pessoas acometidas de graves enfermidades eram conduzidas em rede tecidas de algodão no varal que dois homens fortes carregavam nos ombros, ou banguês, (uma espécie de padiola, ou seja, uma grande maca, conduzida por quatro homens) para a Cidade de Goiás, à procura de tratamento da saúde, ou mesmo conduzindo defunto da região rural para ser sepultado no cemitério da Barra. Quanto sofrimento!

Diz ela ainda, que em épocas de crises econômicas, até o comércio da cidade atendia os consumidores em sistema de racionamento. As vendas eram limitadas a pequenas quantidades conforme o produto. Um exemplo para ilustrar: para se comprar um quilo de sal, pessoas tinham de enfrentar enormes filas no Mercado Municipal, onde havia severa vigilância. Naquela época aconteceu com um primo da

minha genitora, conta ela: ele entrou na fila e comprou a cota do sal (um quilo); como ele morava na roça, um dia inteiro de viagem a cavalo, pretendia levar pelo menos dois quilos. Foi então à pensão onde estava hospedado, trocou de roupa, trocou de chapéu e voltou para a fila com o intuito de adquirir mais um quilo de sal. Quando chegou sua vez, teve o dissabor de ouvir do coordenador do comércio: “Você trocou de roupa, trocou de chapéu, mas não trocou de cara, pode sair”. E não conseguiu mesmo comprar o produto desejado.

Bem mais recente, ainda me lembro, nas décadas de sessenta e setenta e início dos anos oitenta, na Buenolândia não existia transporte escolar, não existia merenda nas escolas, alunos não recebiam materiais didáticos, não existiam a bolsa-escola e a bolsa-família.

O rádio a pilhas era o único meio para se informar sobre os acontecimentos externos, na voz do saudoso “Repórter Esso”, ou a “Voz do Brasil”. Nem se pensava em TV. Não era fácil adquirir um aparelho de rádio. Era considerado um bem de alto custo que não estava à altura das posses de muitas pessoas. Porém, naquele Distrito de Buenolândia, dos poucos aparelhos existentes, entre vizinhos se ouviam os modões pelas emissoras AM de Goiânia, tais como a Anhanguera, Brasil Central e Difusora; dentre vários apresentadores destacavam-se o saudoso Moraes César (Rádio Brasil Central) e o Claudino da Silveira que há quase meio século continua na Rádio Difusora. À noite, os rádios eram sintonizados nas Rádios Record, Globo e Tupi de São Paulo e Rio de Janeiro. Não se ouvia falar em FM. Todas as rádios eram em AM. Além das músicas que eram ouvidas, as moças e senhoras apreciavam as novelas (rádio-novelas).

Com relação à saúde, se hoje não está bom, naquelas décadas já citadas era pior. Hoje se conta com o SUS (Sistema Único de Saúde). Homens e mulheres, nas regiões rurais, trabalhavam a vida inteira e não conseguiam uma aposentadoria ou pensão.

Minha mãe elenca várias dificuldades que ela passou como dona de casa, em Buenolândia, de que me recordo nitidamente. Para se beber o cafezinho de cada dia, ela se valia da fava de fedegoso (uma

ramagem do quintal), que depois de debulhada era torrada no fogão a lenha, socada (triturada) no pilão até transformar-se em pó, substituto do negro café, que para ser adoçado, era por meio da rapadura produzida em casa, ou nos sítios ou fazendas da região. A garapa ou caldo de cana, produzida também em casa, era autêntica substituta do açúcar no preparo do café de fedegoso, pois nos grandes quintais das casas da Barra sempre havia um canavial.

A iluminação das casas, na Barra, era feita a candeeiro, que consistia em uma peça exótica de ferro em que se colocava um pavio artesanal, feito de algodão cru, embebido em azeite de mamona. Depois essa engenhoca foi substituída pela lamparina a querosene. Poucas casas possuíam um lampião a querosene, porque a gás ninguém tinha.

Sobre a higienização das roupas, o sabão era feito em casa, com o emprego das seguintes matérias-primas: sebo (gordura animal, mormente bovino), ou frituras de subprodutos de porco com “decoada”, ao invés de soda cáustica industrializada. A decoada era produzida a partir da cinza de tronco de árvores queimadas, acalcadas em cestos de taquara ou em tambor onde se colocava água durante semanas para destilar lentamente. De pingo em pingo se produziam vários litros do líquido que podiam ser armazenados. Estava, portanto, produzida a soda cáustica natural. Na lavagem das roupas, usava-se também como bucha as ramagens de São Caetano. Não havia as escovas de plástico. Enfim, as donas de casa penavam para a sobrevivência de suas numerosas proles.

CAPÍTULO XXXI

HOMENAGEM AOS COMANDANTES GERAIS

Durante a minha permanência em atividade, na querida Sesqui-centenária Polícia Militar, de 31 de agosto de 1971 a 20 de fevereiro de 2003, em ordem cronológica, foram Comandantes os seguintes:

01) Cel. Ex. Israel Cópio Filho – 31 de janeiro de 1970 a 20 de dezembro de 1972. Austero, exigente, cara feia, dificilmente soltava um sorriso. Em solenidades, ele usava a farda de gala do Exército, a verde-oliva.

02) Cel. Ex. José Ernesto Jucá – 21 de dezembro de 1972 a 12 de dezembro de 1975, um Comandante comunicativo, comedido, alegre, estimado por toda a tropa.

03) Cel. PM (Major do Exército, comissionado Cel. PM) Nelson Ivan Pientzenauer Pacheco – 13 de dezembro de 1975 a 31 de julho de 1978. Comandante austero, exigente, enérgico, muito bom para com os praças e não tanto para com os oficiais.

04) Cel. Ex. Aníbal de Carvalho Coutinho – 1º de agosto de 1978 a 1º de março de 1983. Bom Comandante, boa pessoa, embora um pouco nervosinho. Foi o último Comandante vindo do Exército para Comandar a PMGO.

05) Cel. PM José de Souza e Silva – 1º a 15 de março de 1983. Ótima pessoa. Estimado pela tropa. Pena que foi como um relâmpago, era período de transição. Ele era estreado de uma nova fase. Começava a era dos Comandantes produzidos pela própria Corporação.

06) Cel. PM Álvaro Alves Júnior – 15 de março de 1983 a 15 de março de 1987. Bom Comandante, porém, hostilizado por alguns devido a sua maneira exigente de comandar.

07) Cel. PM Waltervan Luiz Vieira – 15 de março de 1987 a 29 de junho de 1989. Sua gestão marcou positivamente pela aquisição

de uma nova frota de viaturas: GM D-20, GM-Caravan, bem como vários ônibus, micro-ônibus e caminhões para transportes de mudanças e outras cargas. Também foi feita a restauração do túmulo do primeiro Comandante da Corporação – o Cap João Fleury Alves de Amorim, filho desta terra anhanguerina, nascido em 1831 e falecido em 12 de janeiro de 1897, sepultado no Cemitério São Miguel na Cidade de Goiás.

08) Cel. PM Cícero de Camargo Prado – 29 de junho de 1989 a 13 de julho de 1990. Excelente pessoa. Muito querido da tropa, no geral. Muito cortejado pelos nortistas, seus conterrâneos de Gurupi e de Araguaína.

09) Cel. PM Luiz Carlos Valadares Veras – 13 de julho de 1990 a 15 de março de 1991. Cópia do seu antecessor. Também nortista, muito querido dos PM de Araguaína e Gurupi. Depois de ser transferido para a Reserva, foi convocado para comandar a Polícia Militar do Tocantins, ocasião em que veio a falecer em acidente automobilístico, perto de Gurupi.

10) Cel. PM Joneval Gomes de Carvalho – de 15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995. Foi o primeiro Comandante Geral da geração de Aspirantes formados na Corporação Anhanguerina – Turma 1970. Muito exigente, mas detentor de senso humanitário. Cheio de prestígio com o Governador Maguito Vilela, acabou sendo alçado à Secretário da Segurança Pública, onde permaneceu de janeiro de 1995 a dezembro de 1998.

11) Cel. PM José Jorge Vieira – 1º de janeiro de 1995 a 17 de abril de 1997. Como pessoa humana, muito bom. Na sua administração foi trocada a cor do fardamento e das viaturas. Do azul desde 1978, voltou-se à cor marron, em 1997. Ótimo Comandante.

12) Cel. PM Henrique de Souza Lima – 17 de abril a 23 de setembro de 1997. Comando efêmero, marcado por extremismos, como visitas inopinadas a Quartéis, em altas madrugadas. Convocava um Comandante de um Quartel dentro do expediente, não lhe dava tempo nem para pegar uma roupa e a escova dental. Após umas quaren-

ta horas, deixava-o em alguma cidade, à noite, distante de sua OPM, às vezes mais de cem quilômetros. Sua chegada em uma Unidade, ao invés de amistosa, parecia hostil. Suas atitudes deixavam os contingentes atônitos, pois, não sabiam como agradá-lo. Foram apenas 5 meses e alguns dias no cargo mais elevado da Corporação, e não deixou a marca da camaradagem. Por outro ângulo, é bom lembrar que era um Comandante preocupado com o bem-estar da tropa. Alimentação era da melhor qualidade, dizia ele que o PM tinha que comer bem. Não tinha dó de gastar com comida. Se dependesse apenas dele, as viaturas seriam só carrões possantes e de luxo completo. Cel. Henrique, realmente, deixou sua marca.

13) Cel. PM Eurípedes José Marques – 23 de setembro de 1997 a 1º de janeiro de 1999. Bom Comandante. Carismático para com os Soldados, Cabos e Sargentos. Todavia, carrasco para com os Oficiais. Criou a figura midiática do “Quartel na Praça”. Consistia em deslocar um considerável contingente com estrutura montada: tendas, lanche, escrituração, Banda de Música, geralmente na sexta-feira à noite, em uma praça principal de um bairro da Capital. Ele cultivava o cumprimento com o abraço, coração com coração em relação aos praças.

14) Cel. PM Leopoldo Silva Freire – 1º de janeiro de 1999 a 04 de agosto de 2000. Bom Comandante. Nutria boa amizade com os Oficiais e Praças. Não houve registro de relevância, a não ser a mudança da insígnia do cargo, que a partir daquela data não se confundia com os demais coronéis. Por sinal ficou muito bonita.

15) Cel. PM Paulo Alves Vieira – 04 de agosto de 2000 a 1º de janeiro de 2002. Bom Comandante. Hipotecou integral apoio às atividades operacionais contra o banditismo. Sua chegada ao cargo foi por convocação, depois de alguns anos já na reserva.

16) Cel. PM Divino Efigênio de Almeida – 1º de janeiro de 2002 a 02 de janeiro de 2003. Bom Comandante. Era sintonizado com o Secretário da Segurança Pública. Também era integrado com toda a tropa. Dotado de pendor político. Ao concluir sua missão, transferiu-se para a reserva e candidatou-se a Deputado Estadual.

17) Cel. PM Domingos Aragão Lira – 02 a 07 de janeiro de 2003. Esse foi o Comandante do tipo fogo etílico. Sua passagem por ali foi um relâmpago. Foi um Comando tampão, em um período de transição.

18) Cel. PM Marciano Basílio de Queiroz – 07 de janeiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2006. Ótimo Comandante. Foi o Comandante Geral que mais promoveu praças. Enorme a quantidade de Soldados que alcançaram a graduação de Cabo e de Cabos que galgaram a graduação de Sargentos. Como prova desse reconhecimento, em 2006, foi eleito Deputado Estadual, para representar a gloriosa Polícia Militar na Assembléia Legislativa. Coronel Queiroz foi meu colega de curso de Sargento, em 1974, no antigo CFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), em Goiânia. Em 1977, concluiu o Curso de Oficiais. Portanto, meu contemporâneo como Cadete. Ele terminava o Curso e eu iniciava. Foi o ALUNO ZERO UM (1º lugar) em ambos os cursos. Foi o último Comandante que tive antes de me transferir para a Reserva.

CAPÍTULO XXXII

HOMENAGEM AOS COMANDANTES DE OPM

OPM (Organizações Policiais Militares), onde fui lotado desde a inclusão em 31 de agosto de 1971 a outubro de 1997. Eis os Comandantes e localidades, respectivamente:

01) Maj. Eurípedes Fernandes de Moura – 1ª CIPM (Cia Araguaia), Cidade de Goiás, 31 Agosto de 1971 a 31 Outubro de 1972.

02) Maj. Walter Bittencourt de Souza – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Soldado, Outubro de 1972 a Fevereiro de 1974.

03) Cel. Euwaldo Vaz – CFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), Goiânia, como Aluno-Sargento, de Março a Dezembro de 1974.

04) Ten. Cel. José Chaves de Matos – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como 3º Sargento, Janeiro a Junho de 1975.

05) Maj. João Estevão de Souza Rocha – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como 3º Sargento, Junho de 1975 a Fevereiro de 1976.

06) Ten. Cel. Sebastião Ferreira dos Santos – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como 3º Sargento, Fevereiro de 1976 a Março de 1977.

07) Ten. Cel. Uzimael Gonçalves Pereira – CFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), Goiânia, como Cadete do 1º ano, de março a setembro de 1977.

08) Ten. Cel. Sebastião de Oliveira e Souza – CFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento), Goiânia, como Cadete do 1º ao 3º ano. De setembro de 1977 a setembro de 1979. Foi um ótimo Comandante daquela Unidade-Escola. Muito enérgico e exigente, porém justo.

Devotado à Ordem Unida. Como ele era afeiçoado pela marcha do “passo de ganso”!, aquela em que se marcha elevando a perna retesada até a horizontal. A marcha do Exército russo. Não era fácil executá-la, pois doíam as pernas. Foi, portanto, um Comandante que tinha a minha admiração. Tenho um grande apreço por ele.

09) Maj. Waltervan Luiz Vieira – 3º BPM (Batalhão Tocantins), Araguaína, como 2º Tenente, de julho de 1980 a abril de 1981.

10) Maj. João Batista de Oliveira – 3º BPM (Batalhão Tocantins), Araguaína, como 2º Tenente, de abril de 1981 a janeiro de 1982.

11) Maj. Lourival Francisco Azeredo – 3º BPM (Batalhão Tocantins), Araguaína, como 2º Tenente, de janeiro a setembro de 1982.

12) Ten. Cel. Renato Carlos da Silva – 3º BPM (Batalhão Tocantins), Araguaína, como 2º Tenente, de setembro de 1982 a julho de 1984, tendo sido promovido a 1º Tenente em dezembro de 1983. Coronel Renato foi um excelente Comandante.

13) Ten. Cel. Rui Carlos da Silva – 6º BPM (Batalhão Vila Boa) Cidade de Goiás, como 1º Tenente, de fevereiro de 1985 a janeiro de 1987. Excelente Comandante. Irmão do anterior, (Cel Renato).

14) Ten. Cel. Protásio Araújo Fernandes – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Capitão, de janeiro de 1987 a janeiro de 1989. Excelente Comandante.

15) Ten. Cel. Artur Gomes de Sousa – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Capitão, de janeiro a julho de 1989. Excelente Comandante. Sua curta passagem no comando do histórico Batalhão da antiga Vila Boa marcou por um Baile de gala promovido por ele, no Hotel Vila Boa, em maio, animado pela Banda PM Show. Foi uma festa maravilhosa!

16) Ten. Cel. Jorge Francisco da Paixão – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Capitão, de julho de 1989 a março de 1990, quando saí da Unidade para cursar o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), na APM (Academia de Polícia Militar), em

Goiânia. Cel. Paixão também deixou sua marca: construiu uma quadra de esportes nos fundos do Batalhão, à beira do Córrego Manuel Gomes. Comandante melhor do que Coronel Paixão não tive.

17) Ten. Cel. Protásio Araújo Fernandes – APM (Academia de Polícia Militar), Goiânia, como Oficial-Aluno do CAO, de março a dezembro de 1990.

18) Ten. Cel. Hercílio Alves Dias – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Capitão, de janeiro a abril de 1991, (respondia pelo Sub-Comando), quando fui promovido a Major. Excelente Comandante.

19) Ten. Cel. Elias Nunes da Silva – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Major, de abril de 1991 a fevereiro de 1995. Assumi efetivamente o cargo de Sub-Comandante da OPM. Comandante excelente.

20) Ten. Cel. Carlos Alberto Oliveira do Nascimento – 6º BPM (Batalhão Vila Boa), Cidade de Goiás, como Major Sub-Comandante, de fevereiro de 1995 a março de 1996. Foi um excelente Comandante. Sua administração ficou marcada por um passeio que ele promoveu por uma semana no Rio Araguaia, de que todos os Oficiais com as respectivas famílias participaram, em agosto de 1995.

21) Cel. João Rodrigues da Silva Júnior – HPM/Diretoria de Saúde, Goiânia, como Major Sub-Diretor de Saúde, março e abril de 1996, quando fui promovido a Tenente-Coronel e fui designado para comandar a Cavalaria.

22) Cel. Miguel Eustáquio de Almeida – QAG/Diretoria de Pessoal, Goiânia, como Tenente-Coronel / Sub-Diretor de Pessoal, de outubro de 1996 a agosto de 1997.

23) Cel. Joaquim Nogueira Ramos Neto – DAL (Diretora de Apoio Logístico), Goiânia, como Tenente-Coronel, ocupando o cargo de Sub-Diretor, de agosto a outubro de 1997, quando fui designado para comandar o 7º BPM (Batalhão Triunfo) onde permaneci até janeiro de 1999.

CAPÍTULO XXXIII

NOMES DE PESSOAS COM DESTAQUE EM VILA BOA

Dr. José Netto de Campos Carneiro – o popular Dr. Netto, nascido em Catalão-GO, em 27 de fevereiro de 1855. Filho de João Netto Cerqueira Leão e Maria Netto Cerqueira. Estudou no Seminário Santa Cruz, na Cidade de Goiás; depois, em Salvador-BA, onde se diplomou em Medicina; e foi especializar-se na Europa. Retornando ao Brasil, fixou residência na Cidade de Goiás, então Capital do Estado, onde montou sua clínica e aí permanecendo até o fim da vida, em 24 de novembro de 1921. Não foi político, mas era a pessoa mais importante do seu tempo, na localidade e região, devido à sua mega generosidade no sacerdócio da medicina. Tratava do rico e do pobre com a mesma naturalidade, e mais: sem cobrar um tostão. De manhã, na sua porta, aquela fila de doentes, e ele pacientemente atendia a todos. Com isso, tornou-se adorado pela população, que festejava a data do seu aniversário como se fosse feriado nacional, com direito a Banda de Música, bailes e outras manifestações. Morreu solteiro, deixando seus bens em testamento para o Orfanato São José – atual Lar São José. (Dados extraídos do livro de Crônicas de Goiás, do notável escritor goiano – José Mendonça Teles).

Dr. Tasso de Camargo – na entrada da Rua do Horto, com o sacerdócio da medicina caritativa. Dr. Tasso nasceu na Cidade de Goiás, em 12 de outubro de 1898. Fez seus estudos iniciais na Escola da Mestra Nhola, lembrando que não era ainda o Grupo Escolar Mestre Nhola, depois no Lyceu de Goyaz e posteriormente foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, diplomando-se em 10 de abril de 1926. Médico humanitário, caridoso, sempre com uma palavra amiga e confortadora para com seus pacientes, que além da consulta, ainda favorecia aos mais necessitados com o precioso remédio e exames laboratoriais gratuitos. Vale lembrar que ele mesmo realizava os exames. Eram, pois, consultório e laboratório na própria residência. O namoro e noivado com a don-

zela Maria Augusta Rocha Lima, igualmente vilaboense, dizem que durou um quarto de século, ou seja, vinte e cinco anos. Ele passou pela dor da viuvez em 06 de agosto de 1987. Sua cara-metade faleceu aos oitenta e três anos. Finalmente, em 05 de maio de 1990, para tristeza de seus admiradores, veio a falecer, aos noventa e um anos, deixando Vila Boa de luto e uma lacuna que jamais será preenchida.

Dr. Aderson Cavalcante Coelho – é o paladino da saúde na Cidade de Goiás. É dotado de todas as virtudes necessárias a um ser humano. É um médico caridoso que não se cansa de trabalhar. Já quase octogenário, todos os dias é encontrado em seu consultório. Sua clientela é enorme. Há mais de meio século cuidando da saúde do povo vilaboense. “Doutor Aderson é o cara”.

Dr. Jerônimo de Carvalho Bueno – nascido em 10 de setembro de 1930, na histórica Cidade de Goiás. Filho de Virgílio Bueno da Fonseca e Rosa de Carvalho Bueno. Descendente direto, pela quarta geração, do histórico Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, cognominado o Anhanguera. Iniciou seus estudos na Cidade de Goiás. Em seguida foi cursar Medicina no Rio de Janeiro. Regressou à sua terra natal, onde prestou os mais relevantes serviços em prol dos seus conterrâneos. Além de exercer o sacerdócio da medicina, foi também Prefeito. Tratava a todos com equidade. Atendia com urbanidade aos que o procuravam. Era querido em todas as classes sociais. Clinicava com devotamento. Tamanho era seu gesto caritativo, que muitos pacientes, além da consulta, ainda levavam o dinheiro necessário à aquisição do medicamento na farmácia. Na honrada Polícia Militar goiana, iniciou como 1º Tenente e chegou ao último posto: Coronel. Era queridíssimo dos Oficiais e dos Praças. Infelizmente, Dr. Jerônimo faleceu em 2002.

Dr. Brasília Ramos Caiado - nasceu na Cidade de Goiás, em 08 de agosto de 1929. Além de renomado médico, foi um ícone da política vilaboense. Do início dos anos 1960, até quando faleceu em 23 de setembro de 2006, sempre se sobressaiu nos aspectos políticos. Era muito influente. Foi Prefeito da Cidade de Goiás, Deputado Estadual, Deputado Federal e sempre foi líder político em Goiás e

região. Como médico, foi muito respeitado e admirado. Da virada deste milênio em diante, já aposentado, sua residência, em todas as manhãs, sempre estava cheia de gente, principalmente de pessoas humildes, oriundas da região rural. Ali eram clinicadas e recebiam as “amostras grátis” de remédios para seus alívios. Atendia também pacientes em domicílios. Se outro profissional fizesse o devido encaminhamento de um enfermo para Goiânia, e o Dr. Brasília visse o doente, seu prognóstico não falhava. Se dissesse que o mesmo iria a óbito antes de chegar, poderia escrever. Dr. Brasília era bom de papo. Tinha repertório, narrava casos a noite toda, em velórios. O homem contava histórias e mais histórias, relativas a fatos políticos na Cidade de Goiás e região. Dizia que seu pai – Dr. Brasil, era um homem de bom coração, que não guardava rancor. Dentre várias passagens, uma chamou-me a atenção: nos idos da década de 1920, os Caiado eram muito perseguidos politicamente. Havia um cidadão muito culto, que escrevia para um jornal, naquela época, só que ele era “pau mandado” dos adversários contra Caiado. O cara era simplesmente um “testa-de-ferro”. Seus artigos esmagavam o caiadismo. Mas veja a ironia do destino: sua esposa em trabalho de parto. O médico que cuidava dela estava com dificuldade no desempenho do ofício e resolveu recorrer ao colega, Dr. Brasil, para que o ajudasse. Aí foi questionado: “Mas o marido dela é inimigo político do médico!” Mesmo assim, o profissional de saúde retrucou: “Deixa comigo, vou chamá-lo”. Dr. Brasil então veio e ajudou seu colega; e o trabalho transcorreu com sucesso. Passados alguns dias, o pai da criança “calçou a cara” e dirigiu-se ao referido médico para saber quanto em dinheiro teria que desembolsar. Dr. Brasil, então, ouviu-lhe pacientemente e, com toda serenidade, respondeu-lhe: “Seus artigos do jornal já pagaram tudo, você não me deve nada, pode continuar escrevendo”.

Dr. João Batista Valin – médico caridoso, sempre alegre com todos, vem atuando na Cidade de Goiás desde o início dos anos setenta. Quando aqui chegou, começou a trabalhar no Hospital Brasil Caiado, onde atualmente é o CEP (Centro de Educação Profissional). Logo depois, foi construído o Hospital Bom Pastor, do qual passou a ser sócio. Com isso, ficaram fechadas as portas do Hospital Brasil

Caiado, que veio ser reaberto com a construção das novas instalações na Av. Federal com a Rua Santo Amaro, no começo dos anos oitenta. Dr. Valin, que é capixaba e se identificou com Goiás. Hoje é um honrado cidadão vilaboense. Quando aqui chegou, era solteiro e morava no local de trabalho. Tinha um fusca azul e, como o serviço de telefonia era deficiente, saía de Goiás para ir telefonar em Goiânia, para a noiva Julieta Richa, que morava no Rio de Janeiro. Pelo menos era a fofoca das funcionárias do Hospital naquela época. Dr. Valin é verdadeiramente o profissional que cumpre fielmente o que preconiza o juramento. Tamanha a sua popularidade, que acabou sendo eleito Prefeito de Goiás no final dos anos oitenta. A distância entre Goiás e Rio de Janeiro não foi obstáculo para o amor de Valin e Julieta. Ainda na década de setenta se casaram. Tiveram um casal de filhos que hoje são médicos também. Infelizmente, esse grande homem, recentemente, veio sofrer a dor da viuvez.

Seu Zitão. Muitos não sabem que se trata de João de Araújo Godinho. Vim conhecê-lo quando eu vendia-lhe peixe, ainda menino. Homem correto, sistemático, simples, dotado de uma honestidade a toda prova. É o pai do meu grande amigo, meu irmão de arma – Coronel Luiz Xavier de Araújo Godinho – médico da Polícia Militar; e também do Tim – Dr. Francisco Godinho – devotado Médico Veterinário da Cavalaria da P M em Goiânia. A máquina de beneficiar arroz e o açougue de suínos do Zitão faziam a diferença. Eram os pontos de uma grande freguesia. Produzia os derivados do arroz, tais como o farelo para alimentar as criações domésticas e o fubá que produz o inigualável “bolo de arroz” da Cidade de Goiás. A costelinha e a suã eram caprichadas. Toucinho era da melhor qualidade. Só não era bom para fazer torresmo, porque era muito gordo. Zitão, natural da Cidade de Goiás, nasceu em 27 de julho de 1915 e faleceu em 06 de fevereiro de 2000, portanto, com oitenta e cinco anos de idade. Seu desaparego material ficou comprovado pela vida simples que levava. Investiu nos estudos dos filhos. Não deixou patrimônio astronômico cuja origem alguém pudesse vir a questionar. Foi um cidadão que prestou relevante contribuição ao desenvolvimento da Cidade de Goiás. Viveu com dignidade, servindo de exemplo para muitos.

Manoel Heleno de Oliveira – o popular Manoel Fogueteiro, morador da Rua do Fogo, proporcionou muitas alegrias pirotécnicas. Fabricava fogos de artifícios que abasteciam os comércios da cidade e região. Ele nasceu em 22 de maio de 1889 e faleceu em 15 de outubro de 1978. Seu ofício fora transferido para o filho Roberto, que se tornou conhecido como Roberto Fogueteiro. Betinho, como era chamado, animava com sua arte as festividades vilaboenses religiosas e políticas. Por muitos anos foi o promotor da queima do Judas no domingo da ressurreição. Betinho fabricava o boneco que sempre satirizava personalidades envolvidas na política do momento. A autoria do testamento geralmente era desconhecida. Era divertida a leitura daquele testamento, datilografado com inúmeros erros ortográficos, distribuindo sua fortuna às pessoas da cidade; era uma escrita apócrifa, distribuída, digo, jogadas pelas ruas. Roberto Fogueteiro, era vilaboense. Nasceu em 27 de março de 1939 e faleceu em 21 de abril de 2001.

Antenor Bezerra – o popular Nozinho, também vilaboense, transformou-se no substituto de Betinho Fogueteiro desde o seu falecimento. A organização da queima do “Judas” na manhã do Domingo da Ressurreição, à margem do rio Vermelho, ao lado da ponte do Carmo, ficou sob seus cuidados. Por sinal substituiu à altura o seu antecessor. Ele é também um expoente na organização do desfile da Escola de Samba – Mocidade Independente do João Francisco. É um grande carnavalesco da Cidade de Goiás.

João Maria Berquó – carinhosamente chamado de Bebê Berquó, filho do renomado advogado que exerceu a profissão por mais de meio século – o Dr. Urbano. Bebê é produtor rural, embora ser farmacêutico. É um cidadão vilaboense com uma história de vida digna de registro.

Alberto Berquó – o popular Bebê Berquó, é escritor que produz lindas crônicas. Filho de Juca Berquó, nascido na Cidade de Goiás, em 1938. Devido as suas idéias revolucionárias, inconformado com os atos arbitrários dos Governos dos Generais, nos anos sessenta, teve que passar uma temporada fora do Brasil. Seu exílio voluntário

foi na ilha de Fidel Castro. Todavia, graças a anistia política, Bebê regressou a Vila Boa, onde vive harmonicamente com seus conterrâneos e a natureza.

Dona Olga Saddi nasceu na Cidade de Goiás, em 22 de abril de 1921. É descendente de libaneses. Seu esposo Chafic Waress nasceu no Líbano. Dedicada funcionária do Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, como secretária desempenhava a contento aquela função. Trabalhava com presteza a todos que a procuravam. Dona Olga é a mãe da historiadora e servidora do IPHAN, Sr^a Salma Saddi e do Abdou – o popular Bidula, que se tornou o sogro do meu filho Lucas. Do casamento de Lucas e Suzana, tivemos o netinho Davi – o xodó dos avós corujas. Dona Olga faleceu na Cidade de Goiás, no dia 20 de fevereiro de 1991, tendo sido sepultada no Cemitério São Miguel.

Berenice da Silva Santos – a popular Beré – dominicana, nascida na Cidade de Goiás. É enfermeira. Como freira, esteve em trabalhos missionários na África. Hoje licenciada da vida religiosa, retornou à sua terra natal, onde desenvolve atividades diversas e de maior relevância: cultivo de um viveiro de mudas de exemplares do cerrado, simplesmente pelo amor à natureza, pois ela comercializa as mudas a preços simbólicos. Graças ao seu grande círculo de amizade, o seu carisma, conseguiu doações em dinheiro e materiais de construções, no que foi possível edificar a igreja de Santo Expedito, no setor Papyrus, bem como reformar a Capela do Cemitério São Miguel, ambas na Cidade de Goiás. Beré é uma pessoa muito dinâmica. É de uma sensibilidade impressionante.

Antônio Carlos Costa Campos – meu vizinho na Rua de Santa Bárbara. É filho de tradicional família de Vila Boa. Está sempre de bem com a vida. Escritor que enriquece o Jornal O Vilaboense com suas lindas crônicas. Tem uma grande afeição aos assuntos pitorescos do passado de Goiás.

Dr. Urbano Berquó e seu emblemático Escritório de Advocacia na Rua Senador Eugênio Jardim, na Casa do Consulado da Alemanha, inclusive, dizem que ali existe um rico acervo sobre os imigran-

tes alemães que fundaram o Distrito de Colônia de Uvá, na década de 1920. Dr. Urbano, com quase cem anos, atuava nas lides jurídicas e ainda dirigia seu automóvel pelas ruas da Cidade de Goiás. Nasceu em 10 de dezembro de 1898, em Goiás, e faleceu com cento e um anos, em 1999, na mesma cidade, onde foi sepultado.

Dona Edla Pacheco Saad – nasceu em 12 de setembro de 1918. Filha do Coronel Joaquim Pacheco Ex-Comandante da Polícia Militar Goiana. Vilaboense, apaixonada pelas coisas boas de Goiás, escritora, amiga do 6º BPM, ou seja, amiga da Corporação. No tempo do far-damento na cor azul, nos anos oitenta, suas crônicas publicadas em um jornal da cidade elogiavam os serviços dos policiais na cidade, e carinhosamente ela os chamava de soldados azuis. Infelizmente, sem ter tempo para se despedir, dona Edla nos deixou. Foi uma enorme perda para a Cidade de Goiás. Foi produzir suas lindas crônicas lá no céu. Faleceu em 26 de junho de 1997.

Professora Goiandira Ayres do Couto – pintora talentosa, produz seus lindos quadros em areia extraída da Serra Dourada, sendo que suas obras são apreciadas em todo o Planeta. É prazeroso contemplar sua coleção de quadros, bem como a coleção de mostras de areias de matizes variadas. São centenas de tons em seu atelier. Goiandira – filha do notável juiz de Direito e escritor, Dr. Luiz do Couto. Na década de trinta, preocupada com o analfabetismo na Polícia Militar, se propôs a lecionar gratuitamente no Quartel da PM, na Cidade de Goiás, com a finalidade de alfabetizar os soldados. Portanto, foi ela a primeira professora dos militares. Já foi condecorada com a medalha do Mérito Anhanguera, pois essa constitui no mais elevado grau de reconhecimento pelo Estado de Goiás, pelos relevantes serviços prestados. Vale lembrar que ela se orgulha de ter sido agraciada com aquela comenda. E mais, com quase cem anos de idade, em perfeita lucidez, ela ainda se orgulha daquela façanha. Professora Goiandira lecionou na rede pública do Estado durante vários anos. No final da década de sessenta, tive o prazer de ter sido seu aluno no Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, na disciplina Etiqueta Social.

Elder Camargo de Passos – historiador, advogado, é filho de tradicional família vilaboense. Foi Presidente da Goiastur na década de 1960. Élder é o eterno Presidente da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), entidade de renome na cidade. Ele ajudou a criar a OVAT nos anos sessenta. É prazeroso ouvir suas palestras, pois o mesmo é um profundo conhecedor da História de Goiás. Nela ele intercala trechos de canções goianas, o que alegra mais o ambiente, pois Deus o dotou de linda voz. Nas celebrações da famosa Procissão de Fogaréu, na Quarta-Feira de Trevas (Semana Santa) e na Sexta-Feira Santa, na cerimônia de Descendimento da Cruz, no Largo do Chafariz, Elder é o expoente máximo.

Por falar de Elder ou OVAT, em relação à cultura, à arte e à manutenção das tradições religiosas e outras, há um manancial de esperança numa plêiade de jovens que estão em pleno exercício e devotamento, cabendo reclinar os nomes: Rafael Ribeiro Passos – escritor, membro da OVAT, faz parte de Corais; Leonardo Vinício – fervoroso devoto marial; André de Sá e Charles de Souza – desenvoltos auxiliares dos atos litúrgicos, membros ativos nos cantos de celebrações católicas; Lázaro Júnior – competente catequista na Paróquia, Maria José Rezende, Laila Rezende, Silvana Almeida, Wesley Jubé – dedicado às artes cênicas, Clovis de Carvalho Brito (OVAT), Tiago Camargo, Ana Paula Gomes, Adriano Alcântara, Guilherme Siqueira, Fernando Araújo (Xandó), Daniel Araújo, Cleidimar da Luz, Rodrigo Silva – o popular Passarinho, Marcos Francisco Jardim (Marquinho), Danival Pedro e outros.

Octo Outurino Marques – destaque na pintura a bico de pena. Suas obras têm a marca registrada dos “urubuzinhos” voando alto. Ele nasceu na Cidade de Goiás, em 08 de outubro de 1915 e faleceu no ano de 1988. Em paridade a este artista vilaboense, podemos elencar uma plêiade contemporânea em pleno exercício: Marly Mendanha, Paulo Bavani, Edinária Beltrão, Ariovane D’Ávila, Josélio Maranhão, Regina Célia Damasceno, Eliete Monserrat, Di Magalhães, José Rogério (Kó), Leonice Amorim e outros.

Prof Aymoré de Velasco – expoente da Literatura Brasileira no Colégio Estadual Prof Alcide Jubé, na década de sessenta. Solteirão. Apreciava com frequência a sua cervejinha. Dedicado ao ofício do magistério.

Tia Nice de Alencastro Pelles – carinhosa e dedicada professora do renomado e histórico Jardim da Infância, “Terezinha Vigiano Mendes. Estabelecimento de Ensino fundado na década de 1920.

Hecival Alves de Castro – filho da terra, advogado, é obcecado pela cultura vilaboense. Muito bom é ouvir seus discursos de improvisos nas solenidades culturais, bem como as entrevistas nas emissoras de rádios. O homem tem mesmo o dom da palavra. É possuidor de uma gama de conhecimentos que faz jus ao título de Goiás – Berço da Cultura Goiana.

Cora Coralina – Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a poeta goiana de renome além fronteiras. Lançou seu primeiro livro, já em idade superior a setenta anos. Depois de passar quarenta anos em São Paulo, retornou a Vila Boa, onde conquistou a fama, tendo se transformado na doceira de Goiás.

Salma Saddi Wares de Paiva – historiadora, nascida na Cidade de Goiás, é uma apaixonada pelos valores culturais vilaboenses. Dá gosto ouvir seus pronunciamentos alusivos aos atos de comemorações culturais, tais como lançamentos de livros, encontro de Corais, exposições de artes, solenidades geralmente realizadas no Teatro São Joaquim, Igrejas, Casa de Cora, IPHAN (Casa do Bispo), Museu das Bandeiras, Palácio Conde dos Arcos e no CEP (Centro de Ensino Profissionalizante). Ela discursa poeticamente, com uma facilidade de expressão impressionante. Não é em vão que a ela foi confiada a missão de ser Superintendente do IPHAN, no Estado de Goiás. De igual modo, seu esposo Idelmar de Paiva, também escritor, compositor e cantor. É adepto da música regional, gosta muito de um violão. Idelmar é o amigão de todos; se destaca no Projeto Botina Mateira, tanto no Bar dos Artistas do Mercado, como em outros lugares.

Dona Sílvia Curado – a popular Dona Silvinha, é um ícone vilaboense pela produção do famoso ALFENIM. Trata-se de uma modalidade de doce, coisa rara, com formato da fauna brasileira, escultura de várias espécies de bichos, parece até uma exclusividade da Cidade de Goiás. Os turista se encantam, bem como os vilaboenses.

Prof^a Brasilete Ramos Caiado – excelente professora de inglês no início dos anos setenta. Era detentora de um entusiasmo contagiante em todos os assuntos ligados à cultura e arte. Sua atuação foi de fundamental importância na campanha, quando foi criado o Movimento Pró-Cidade de Goiás, no ano de 1998. Como Presidenta daquele Movimento, ela mobilizou todos os vilaboenses presentes e distantes, em torno daquela causa. Foi por meio de sua liderança que a referida Campanha em prol da conquista do tão almejado título de Patrimônio da Humanidade para a Cidade de Goiás se coroou de êxito, em 2001. Ela nasceu em 04 de setembro de 1931 e faleceu em 20 de setembro 2003, na Cidade de Goiás, respectivamente.

Prof^a Lizete Ferreira da Silva – exímia professora de química e física no Colégio Estadual Prof Alcide Jubé, nas décadas de sessenta e setenta. Farmacêutica competente e também artista plástica. Produz sempre seus lindos quadros em óleo sobre tela. Há vários anos, na tradicional festa do Divino Espírito Santo, no mês de maio, na Cidade de Goiás, ela sorteia um quadro cuja renda é 100% repassada ao imperador. Em 1999, tive o prazer de ser agraciado com uma linda obra dela. Durante muitos anos, Lizete foi a Verônica nas celebrações das Dores e Semana Santa na Cidade de Goiás. Esse cargo foi transferido para a jovem Anna Rita Ludovico, possuidora de uma lindíssima voz. Ela é uma musicista dedicada às tradições vilaboenses.

Prof^a Marlene Gomes de Velasco – a popular Marleninha, professora universitária, filha da terra anhanguerina, engajada na cultura. É a guardiã da Casa Velha da Ponte. É a Presidenta do Museu Casa de Cora Coralina, onde é mantida acesa a labareda iniciada pela poeta maior.

Antolinda Baía Borges – carinhosamente conhecida por “Tia Tô”, não nasceu na Cidade de Goiás, porém, é mais vilaboense do que muitos nascidos na antiga Capital. Tanto que a Câmara de Vereadores outorgou-lhe o merecido título de cidadã vilaboense. Tia Tô é a eterna madrinha das igrejas tombadas pelo IPHAN no centro histórico da Cidade de Goiás. Graças à sua mega influência, sua liderança, recursos chegam, e as restaurações são efetivadas. Daí o bom estado de conservação das mesmas, para o deleite dos turistas e do povo local.

Edinéia de Oliveira Ângelo – carioca que adotou a Cidade de Goiás como seu berço. Arquiteta do IPHAN, desempenha importante papel no Escritório local, com a legítima preocupação preservacionista da arquitetura vernacular da antiga Vila Boa. Ela está integrada à sociedade vilaboense. Valoriza a cultura e a arte.

Prof^a. Selma de Oliveira Bastos Pires – profissional da educação. Ainda jovem, é possuidora de um rico currículo. É dona de ótimo desempenho em todas as atividades que exerce. É dinâmica, sabe administrar, tem excelente convívio com seus colegas de trabalho. Estimada por todos que a cercam. Selma é filha do saudoso bancário, Brasil Bruno Bastos e dona Tuca, os quais souberam moldá-la, transformando-a em uma líder que contribui imensamente para o desenvolvimento de Vila Boa. Prof.^a Selma é esposa do competente técnico de radiologia Félix de Jesus Pires, que trabalha no Hospital São Pedro de Alcântara.

Pedro Garcia de Almeida – natural de Anápolis-GO. Ao se instalar em Goiás, tornou-se cidadão vilaboense ao casar-se com a formosa donzela Miraci Veiga, filha de tradicional família na cidade. Funcionário do Banco do Brasil, foi vereador, pecuarista na região, maçom, desportista, enfim, um cidadão respeitado e detentor de grandes amizades. Nasceu em 10 de outubro de 1936 e, infelizmente, falecera no dia 17 de setembro de 2006, antes de completar setenta anos.

Marco Antônio Veiga de Almeida – um jovem empreendedor. Dirige com maestria o Jornal “O Vilaboense”, fundado em 1993, o qual vem cobrindo todos os eventos de relevância na Cidade de Goiás e região, registrando fatos que poderão ser história para a posteridade. É ele um defensor nato das tradições de nossa cultura. Valoriza Goiás.

José Filho Amâncio Costa – o popular Zé Filho, defensor incansável da Cidade de Goiás. Está sempre presente em todos os eventos sociais e culturais da Comunidade. É o Diretor do Palácio Conde dos Arcos, desde 1972. Está sempre disposto a brigar (no bom sentido) em prol de Vila Boa.

Aloísio Godinho – filho do meu amigo e irmão de arma – o Coronel José Carlos Godinho, hoje na reserva. Trata-se de um jovem talentoso, amante da cultura, da arte, da gastronomia, da natureza, está sempre integrado à Comunidade. Com uma desenvoltura fantástica ele recita os poemas da consagrada poeta goiana, Cora Coralina, com destaque para o poema – O milho, para deleite dos vilaboenses.

Dr. Otávio Monteiro – renomado odontólogo na Cidade de Goiás. Em 1959 ele fez um par de dentaduras, para minha mãe. Em 2008, devido aos desgastes dos dentes, ela fora substituída, feita pelo competente odontólogo vilaboense – o amigo Dr. Joãozinho Isaac. Portanto, foram-se quarenta e nove anos.

CAPÍTULO XXXIV

PÁGINA ECLESIASTICA CATÓLICA

Uma homenagem a alguns religiosos e religiosas da Cidade de Goiás a partir da década de 1960:

Dom Tomás Balduino Ortiz – conhecidíssimo D. Tomás, nascido no nordeste goiano. É um dominicano que foi bispo da Diocese de Goiás durante três décadas, de 1968 a 1998. Hoje é Bispo Emérito de Goiás. Sua sapiência é admirada, reconhecida e respeitada, não apenas em Goiás, ou no Brasil, mas também em nível internacional. É o criador da CPT (Comissão Pastoral da Terra). No município de Goiás-GO, são mais de vinte P.A. (Projetos de Assentamentos), os quais nasceram com o seu apoio incondicional, pode-se dizer uma orientação espiritual daquele prelado – o amigo dos menos favorecidos. É o autêntico defensor dos humildes, dos homens e mulheres do campo, combate severamente o modelo Capitalista de nossa Pátria, de exploração social. Condena com veemência o que a maioria dos líderes políticos, os governantes enchem a boca para pronunciar: o “agronegócio”.

Dom Eugênio Rixen – carismático em toda região do seu pastoreio. É o substituto de D. Tomás e vem conduzindo com maestria o seu rebanho. Ele não é dominicano, nasceu na Bélgica, está no Brasil há mais de vinte anos; é queridíssimo em toda a Diocese, a qual abrange mais de vinte municípios. Ele assumiu esse bispado em fevereiro de 1999. Seu tom conciliador o faz verdadeiramente integrado às autoridades constituídas.

Frei Marcos Lacerda de Camargo – dominicano, goiano, nascido em Registro do Araguaia, que à época era Distrito de Goiás-GO, suas raízes são genuinamente vilaboenses. Hoje octogenário, depois de exercer o seu sacerdócio na Itália, em São Paulo, em Brasília, em Goiânia, se encontra na Cidade de Goiás desde o início dos anos setenta. Ele é peça de fundamental importância na Paróquia. Foi páro-

co por muitos anos. É super integrado à sociedade vilaboense. Participa ativamente da vida cultural e social da cidade.

Frei Domingos dos Santos – dominicano, embora paulista, se identifica perfeitamente com o nosso clima tropical. Adora o calorzinho de Vila Boa. Possui uma estreita ligação com as Comunidades rurais do Município, onde assiste espiritualmente àquele povo, pelo menos uma vez ao mês. Possui uma qualidade ímpar: é cantor. Vale a pena ouvir os seus CDs.

Frei Casemiro Vitasiak – dominicano, nascido no Estado do Paraná, com origem polonesa, exerce sua missão na Cidade de Goiás há dez anos. É muito querido pelos fiéis. Por meio da Rádio 13 de Maio FM, faz um trabalho de evangelização com grande abrangência. Em todas as manhãs apresenta o Programa Alvorada Sertaneja, com lindas canções, só modão; cumprimenta pelo nome uma enorme quantidade de ouvintes.

Frei Paulo Sérgio Catanheide Ferreira – dominicano, nascido no Maranhão, mas morou uma temporada no Rio de Janeiro. É um jovem sacerdote, muito dinâmico. Frei Paulo possui o dom da palavra. Dá gosto ouvir sua homilia. É muito querido dos vilaboenses. É o Pároco da cidade e conduz com muita liderança e responsabilidade a tarefa a ele confiada.

Padre Ricardo Ribeiro Gomes é natural de Itaguara-GO. Trata-se de um jovem sacerdote, empenhado em várias missões. Sob sua responsabilidade está a formação de vários jovens seminaristas. É o titular da Comunidade de Santa Rita, do Bairro João Francisco, Cidade de Goiás.

Padres Pedro Recroix e Felipe Leddet – ambos fundadores do Mosteiro da Anunciação do Senhor, na Cidade de Goiás, no início dos anos oitenta. Serviram na Segunda Guerra Mundial, como oficiais, em território francês. Ao se desertarem, inconformados com o terror da guerra, abraçaram a vida monástica. Transformaram-se, portanto, em fervorosos religiosos, em prol das comunidades carentes por onde passaram. O último local de trabalho da dupla foi na

Cidade de Goiás. Pe. Felipe faleceu no final da década de 1980. E o Pedrão (Recroix), como era conhecido, teve seu passamento em 28 de março de 2009, aos oitenta e seis anos, na Cidade de Goiás.

Padre Cirilo Talapka – de origem polonesa, exerceu o sacerdócio na Cidade de Goiás durante vários anos. Desempenhou com sucesso o magistério, inclusive foi Diretor do Colégio Prof. Alcide Jubé. Padre Cirilo nasceu em 03 de setembro de 1913 e faleceu em 28 de fevereiro de 1980, na Cidade de Goiás, onde foi sepultado.

Frei Simão Dorvi – dominicano, nascido na Itália. Viveu na Cidade de Goiás de 1938 até 1979, quando regressou à sua terra natal, onde anos depois veio a falecer. Frei Simão vivia no Convento do Rosário e não tirava do corpo aquela “batina”, nas cores características de dominicano: alvinegra. Foi ele um dos mentores da Fundação Educacional e Faculdade de Filosofia – a semente embrionária da Unidade Universitária Cora Coralina, da UEG (Universidade Estadual de Goiás) hoje uma realidade na Cidade de Goiás.

Diácono Celso Leonel Carpenedo – nasceu em 15 de outubro de 1958, em Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul. Chegou na Cidade de Goiás em fevereiro de 1981, exercendo a função de agente de pastoral na Diocese de Goiás, auxiliando D. Tomás. De 1987 a 2007 foi monge beneditino no Mosteiro da Anunciação do Senhor. De 2007 a 2010, colaborou com o Bispo D. Eugênio, como agente de pastoral, com mais atuação na região rural. Em agosto de 2010, foi ordenado Diácono, pelo Bispo D. Eugênio. Iniciou o ano 2011 como Administrador da Comunidade de Santa Rita, na Cidade de Goiás. Trata-se de um profundo conhecedor de assuntos teológicos. Paralela à vida religiosa exerce com competência o magistério. É um professor capacitado e respeitado, na comunidade vilaboense.

Seu Expedito – nascido no Ceará, mas criado no Estado de Goiás, desde criança na cidade de Ceres. É um católico fervoroso que serve de exemplo para muitas pessoas. Pratica uma espiritualidade que não é qualquer que se assemelha a ele. É Ministro Extraordinário da Eucaristia e também Diácono Permanente – cargos conferidos pelo

Bispo D. Eugênio, na Diocese de Goiás. Seu Exedito cumpre religiosamente sua obrigação ministerial, fazendo as visitas aos enfermos em toda a cidade, onde leva a palavra de Deus e a Santa Comunhão ao irmão(ã) acamado(a), de acordo com um calendário, rua por rua.

Irmã Maria Aspásia Lisboa – dominicana, nascida em Minas Gerais, mas adotou a Cidade de Goiás para morar, onde faleceu em novembro de 2007. Quase oitenta anos dedicados à virtude da caridade, administrou o Asilo São Vicente de Paulo, pelo longo período de vinte e cinco anos.

Irmã Maria Revi Veloso – dominicana que externou a maior expressão de doação. Era cem por cento dedicada à causa do menor carente. Devido ao seu esforço e à boa vontade, seu dinamismo, conseguiu com que fosse edificado o Salão de Apoio na Vila União. Ela vivia e respirava o Lar São José. Infelizmente faleceu em 2008, com quase oitenta anos.

Irmã Maria Gabriela da Imaculada – dominicana, filha de nobre família vilaboense. Seu pai, o Sr. Hermógenes Ferreira Coelho, era um renomado político que chegou a ocupar o cargo de Governador do Estado de Goiás. Nascida em 07 de maio de 1922, batizada como Maria de Lourdes Guedes Coelho, (nome civil). Manifestava a vocação religiosa desde criança. Em 24 de maio de 1943, entrou para o vida religiosa na Ordem Dominicana, aos vinte e um anos. Fez curso superior de francês e literatura, na França (Sorbone), durante dois anos. Possuidora de grande pendor artístico, tocava violão e sanfona. Prestou relevantes serviços, quando trabalhou em Uberaba-MG, Conceição do Araguaia-PA, Porto Nacional, Arraias, Goiânia e Cidade de Goiás. Tamanho o seu desprendimento, sua humildade, certa vez, ela preferiu se declinar o honroso convite para representar na Europa a Ordem Dominicana, alegando que sua presença era mais necessária em Conceição do Araguaia, Estado do Pará, onde, na ocasião, servia à sua comunidade. Em Goiânia, tomou conta da construção do Colégio São José, obra considerada monumental, pertencente às Irmãs Dominicanas. Consta que ao receber uma herança, comprou um caminhão. Ela mesma o dirigia carregado de materiais

de construção (areia, pedras e outros), para a ampliação do Asilo São Vicente de Paulo em Goiás. Alguns de seus familiares não viam aquilo com bons olhos. Mas era assim que ela se realizava. Parte de sua vida foi inteiramente dedicada ao referido abrigo. Foi tão importante para Vila Boa que chegou a ter o reconhecimento dos vilaboenses, representado pela edilidade que consagrou o nome à Praça onde está localizado o Asilo. Faleceu em 14 de setembro de 1979, deixando uma lacuna na Cidade de Goiás, principalmente, naquela instituição filantrópica. Foi sepultada no jazigo da família Hermógenes Ferreira Coelho, no Cemitério São Miguel, na Cidade de Goiás, conforme seu desejo, depois de obter autorização da sua instituição religiosa, pois é costume as freiras serem sepultadas no mausoléu das Irmãs Dominicanas.

Arcelina Helena Públio Dias – paulista de origem, já se considera goiana. É jornalista, escritora e professora universitária. Integra algumas pastorais da igreja católica, como a Carcerária e a da Mulher. No aspecto religioso, se converteu em uma “monja” do Mosteiro da Anunciação do Senhor, da Cidade de Goiás. Trata-se de uma pessoa bem integrada.

Profª. Neusa de Lourdes Serradourada – carinhosamente “Tia Neusa”, dominicana da Ordem Terceira, vive e respira a igreja do Rosário. É uma abnegada e incansável catequista. Dedicou-se inteiramente ao Grupo de Jovens da igreja do Rosário, bem como a outros trabalhos como voluntária, exemplo digno de ser seguido.

Dona Darcília de Amorim – filha de família tradicional da Cidade de Goiás. Foi professora e catequista. Era uma fervorosa devota de Sant’Ana; contribuiu sobremaneira para acontecer a conclusão da reconstrução da Catedral, bem como a reforma posterior, desenhando, portanto, campanhas a fim de angariar recursos para a referida obra. Como musicista, deixou seu legado aos vilaboenses. Hoje é homenageada com seu nome na rua ao lado da referida igreja, e o relevante evento que acontece anualmente em outubro, na cidade: “Encontro de Corais Darcília de Amorim”, que completou, em 2010, sua 6ª edição ininterrupta, sob a regência do jovem e dinâmico maestro Sebastião da Silva Curado – o popular Tão Curado.

Maria do Rosário Albernaz Veiga Jardim – artista plástica, goiana de Vila Boa, filha de Chico Veiga, devota do Divino Espírito Santo, professora universitária, vivia em Goiânia, mas não faltava às festas religiosas de Goiás. Maria Veiga era a madrinha dos grupos folclóricos de Congada e Tapuios da Cidade de Goiás. Ela que cuidava dos figurinos dos mesmos. Por vários anos, personificou Maria – a mãe de Jesus, nas cerimônias de Descendimento da Cruz e Procissão do Senhor Morto, na Sexta-Feira Santa. Nasceu em Vila Boa, em 01 de novembro de 1939. Infelizmente, faleceu subitamente, antes dos setenta anos, em 25 de setembro de 2008, na cidade de Goiânia, mas foi sepultada em Goiás.

Dona Messias Ferreira e dona Ritinha, ambas filhas do saudoso Francisco Ferreira de Azevedo – o Prof. Ferreira. Elas, que eram professoras aposentadas desde o início da década de setenta, não pararam de trabalhar. Dedicavam à catequese de crianças e adultos na igreja do Rosário. Viviam na simplicidade, cercadas de amizades e se dedicavam integralmente aos trabalhos como voluntárias na igreja do Rosário. Ambas eram Dominicanas da Ordem Terceira. Faleceram no final da década de oitenta.

Heber da Rocha Rezende Júnior – filho da terra anhanguerina, é um jovem advogado, militante na Cidade de Goiás; tem uma efetiva participação na igreja Católica. É um oblato do Mosteiro da Anunciação do Senhor. Faz parte da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições). É um sério candidato ao Diaconato na Diocese de Goiás.

João Batista da Cunha – um jovem dedicado aos estudos teológicos, de origem rural, vida simples. Trabalha na igreja e no Convento do Rosário, já há algum tempo. É um fervoroso catequista de crianças e adultos. É ministro extraordinário da eucaristia e reúne todas as qualificações para se tornar um Diácono.

Aqui passo a elencar uma série de nomes de pessoas que se dedicam imensamente à igreja católica na Cidade de Goiás: Frances Maria Pires Ferreira, Sueli de Fátima Pires Artiaga, Idalina, Cristina

Veiga Godinho, Ana Paula, Sheila, Vânia Azeredo, Amilse e Edith, Irmã Rosária, Ir. Verônica, Tianinha Carneiro, Das Dores, Vismar e a esposa Lourdes, Ana e Valdemar, Cláudio Leite, Joaquim Davi, Leandro Ribeiro, Welington Capiáu, Abner de Sá com a Família, dona Floriza, Afonso e Vera, Claudete, Norma, Eurípedes, Divino Trajano, Heloísio Botelho, Arcilon Botelho, Dudu Botelho, Lourdes e Edna e muitas outras pessoas. A maior parte são mulheres. Infelizmente, poucos homens desenvolvem essa habilidade. São várias as tarefas, tais como: equipe de liturgia, equipe de cantos, catequese para crianças e adultos, pastoral carcerária, pastoral da juventude, pastoral da saúde, pastoral do idoso e outros cargos. Trata-se verdadeiramente de um voluntariado a serviço da comunidade, tanto na cidade como no campo.

CAPÍTULO XXXV

PÁGINA DAS MAIS DIVERSIFICADAS RECORDAÇÕES

CORETO – o Coreto na Praça Dr. Tasso de Camargo nunca teve suas portas fechadas. É o ponto emblemático da cidade. Como núcleo da circunferência do logradouro, é o local de acolhimento de todos, sem distinção de classe social. É muito aconchegante. Que delícia degustar o saboroso picolé de coco queimado, creme, coalhada ou de frutas naturais do cerrado da região, ali comercializados.

BANDA DE MÚSICA – a Banda de Música do 6º Batalhão da Polícia Militar, há mais de um século vem alegrando o povo, com suas retretas nas praças e eventos culturais e sociais. Foi criada no ano de 1893, no Quartel da Cidade de Goiás. Como é bom apreciar a execução daqueles lindos “dobrados”! Esse segmento, ao longo de sua existência, vem atravessando as mais diversas dificuldades, principalmente em material humano. No final da década de sessenta, o problema de efetivo estava um tanto agravado. Houve, portanto, uma alavancada sob o Comando da Polícia Militar na época, o que veio revitalizar a histórica Banda de Música da Cidade de Goiás.



Banda de Música do 6º BPM no ano de 2003

Foi efetivada a transferência de mais de dez músicos para a Cia Araguaia, oriundos da Capital. Passou a contar com quase trinta mú-

sicos. É importante salientar que daquela geração não há nenhum na ativa. No começo dos anos oitenta, ela teve uma reanimação, constituindo-se de uma Banda composta só de jovens vilaboenses, os quais já estão completando seus tempos de serviço. Por isso, seria de bom alvitre que aquela ação do Comandante Geral de 1971 se repetisse neste 2010. Destarte, os vilaboenses seriam contemplados com uma nova Banda de Música. Como um tributo aos ex-maestros ou regentes, bem como o atual, cronologicamente a partir do início da década de setenta, eis a relação: Maj Liberalino Vitalino Nunes; Ten João Teles dos Santos; Sub-Ten Antônio Seixo de Brito Netto; Sub-Ten Luiz Rodrigues do Nascimento (Chimbinha); Sub-Ten Antônio Holanda Arruda; Sub-Ten Rivaldo Antônio Barbosa; Sub-Ten Wagner Feitosa dos Santos; 1º Ten Rosenildo Arruda dos Santos; e atualmente 2º Ten Domingos Nicolau Neto (carinhosamente conhecido por Tapuio).

CORAL SOLO – é o símbolo de goianidade em Vila Boa. Foi criado em novembro de 1980, pelo dinâmico maestro Sebastião da Silva Curado – o popular “Tão”, apoiado pelos familiares devotados às artes. O Grupo bastante numeroso sempre se apresenta em solenidades diversas, eventos culturais, sociais e religiosos na cidade, inclusive em outros Estados da Federação. Portanto, faz parte da riqueza patrimonial da cidade. Em 2010 completou a 6ª edição do Encontro de Corais Darcília Amorim, na Cidade de Goiás, tendo o seu fundador (Tão) como anfitrião.

SALÃO GOIÁS – do Manoel Faria dos Santos – o popular Manoel Barbeiro, localizado na Rua Americano do Brasil. Ali é um cenário que forma uma galeria de lindas coleções de cédulas de dinheiro brasileiro extintas e outras curiosidades emolduradas, expostas para os fregueses. Manoel é o bom baiano que já virou goiano em atividade na Cidade de Goiás, já há cerca de meio século.

BENTO BUENO – marcante tem sido participar das CIPAs da CELG, promovidas pelo amigo Bento Bueno, desde a década de 1980. Bento é celguiano convicto, muito preocupado com a segurança dos seus colegas. Trata-se de um filho da terra anhanguerina que aqui nasceu, cresceu, estudou, casou e trabalha, já foi vereador, comer-

ciário, é muito bem relacionado na cidade. Conhece quase todas as pessoas residentes na localidade. Comanda aos sábados de manhã o animado programa Misto Sertanejo, na Rádio Vila Boa FM, oportunidade em que ele cumprimenta o povão da cidade e do campo pelos respectivos nomes. O homem conhece mesmo.

REI DE OURO – poucas pessoas sabem que se trata de Divino Ferreira. O mesmo apresenta o programa sertanejo Goiás em Festa, em todas as manhãs e tardes de domingo, pela Rádio Vila Boa FM. Seu jeito simples e natural de ser transforma o programa na mais autêntica característica do gênero. É divertido ouvi-lo. Ele capricha na seleção dos modões, com prioridade para o sertanejo raiz. Durante o programa, ele saúda as pessoas de todos os quadrantes da cidade e toda a região rural, fazendo as propagandas comerciais, tudo na base da trova. Consegue rimar com uma desenvoltura admirável.

CASA DODÔ – o licor de jenipapo e a pinga com mutamba ou murici e outros sabores era fabricado e comercializado pelo Seu Dodô, desde 1926. Ainda existe do mesmo jeito. Sua filha Nice prossegue com o empreendimento.

BAR CONTINENTAL – o picolé de coco daquele bar era especial, na década de sessenta, onde se acha instalada a agência do Bradesco. Aquele estabelecimento era destaque no largo do Jardim. Para os adolescentes era prazeroso tomar refrigerantes ali, e há que se nominar suas marcas: crush, mirinda, fanta, grapetti, pepsicola, coca-cola e o guaraná antártica ou baré.

BAR DO BENEDITO PRETO – na Praça Tiradentes. Até o final da década de sessenta, ali não existia o Colégio Estadual Colombina Caiado de Castro. É inesquecível o picolezinho de vários sabores que podia ser apreciado ali. Benedito Preto era o pai da estimada professora dona Lêda, mãe do Dr. Gabriel – advogado militante na Cidade de Goiás.

BARBEARIA – Barbearia São José, do Seu Juca Pires e seus discípulos Zuta da Luz e Tiãozinho Mourão, na Praça do Coreto. Nos anos sessenta prosseguiu sob a administração do Seu Tiãozinho. A clientela era de ricos e pobres. Atendia também em domicílio.

ENGRAXATARIA – o engraxate Sebastião Cataprisio – o Tião Nosso. Era portador de certa debilidade mental, porém, inofensivo. Era muito serviçal.

TINTURARIAS – ramo que entrou em extinção, mas que resistiu até os anos setenta. Tinha o Nestor na Rua Moretti Foggia; Seu Valezinho, próximo ao Larguinho, perto da Rua 15 de Novembro. Eram os dois lugares da cidade qualificados para fazer os ternos em condições impecáveis de uso. Os homens mais idosos eram habituados a usar o paletó até para ir ao Mercado.

RÁDIO 13 de Maio AM, fundada em 29 de outubro de 1962, sob as bênçãos de D. Abel, bispo da Diocese de Goiás. Em 18 de maio de 1974, a emissora foi lacrada pelos órgãos repressores do Governo dos Gerais. Todavia, para o regozijo dos vilaboenses e a igreja Católica, em maio de 2007, como resgate cultural, foi reaberta, só que em FM. Relembrar é preciso, das vozes dos locutores Francisco Santana, que ainda jovem era engajado na política, sedento da democracia, combativo contra o regime, sem medir palavras contra alguns políticos da época; os saudosos José Pascoal e Gessy de Castro, ambos com aquele vozeirão, faziam a diferença; ainda o saudoso Delando Lagares – o “Cumpade Dodô”, com o Programa Sertanejo “Balançando a Roseira”. Era a única emissora ouvida em toda a região rural, com raras exceções. Atualmente, destacam-se como locutores da Treze de Maio, o Frei Casemiro e o Orlando Sá. Por falar em locutores, ressalto alguns nomes ainda em evidência, atuando em outras emissoras da cidade: Delcíderio do Carmo, Rogério do Espírito Santo, Fagundes e José Leite, na FM Vila Boa; Tãozinho (Sargento Nivaldo Ferreira), na AM Cidade de Goiás; e o casal sensacional Luiz Carlos e Janete Bastos, na Fogaréu FM.

CAVALEIROS – até o final da década de oitenta, alguns cidadãos distintos tinham o hábito diário de montar seus cavalos bem arreados em todas as manhãs, passeando pela cidade, cujo destino era o mercado municipal, trajando paletó, gravata e chapéu. Parecia até uma devoção. Dentre vários, cito dois nomes representando a classe: Antenor Cupertino e Arnulpho Caiado. Dizem que era um

costume cultivado desde os séculos passados. Tanto que nas portas dos estabelecimentos comerciais, repartições públicas e no Mercado Municipal, existiam os postes ou mourões em que os animais eram amarrados.

AUTOMÓVEIS – marcas e modelos de automóveis, nas décadas de sessenta e setenta: Rural, Picape, Galaxie 500, Landau, Dodge Dart, Dodge Polara, Dodge Challenger, Itamaraty, Aero Willis, DKV, Vemaguete, Sinca Chambord, Gordini, Caminhonete Chevrolet Marta Rocha, Chevrolet C-14, Chevete, Opala Comodoro, Corcel, Ford F-100, Jeep Willis e outros. A Volks Wagen lançou no mercado nacional uma série de modelos, precisamente no final dos anos sessenta, até metade da década de setenta, como o Karman Guia, o TL, a Variant, a Brasília, o SP-2 e o Passat. A Kombi que vem desde o final dos anos cinquenta, nunca saiu do mercado. Também o inesquecível Fusca, que entrou no mercado na década de cinquenta, foi fabricado até 1986. No Governo de Itamar Franco, ressurgiu sua fabricação, em 1994, fechando-se novamente em 1997. É bom salientar que o Fusca nunca sai da moda. Ele é ímpar. Nenhum outro modelo se parece com ele. Simplesmente ele é lindo!

MANÉ COPINHO – na década de sessenta, era um negro de estatura baixa, talvez septuagenário, que com seu tabuleiro de produtos da saudosa Padaria Estrela, percorria as ruas da Cidade de Goiás. Sua higiene precária não era obstáculo para a fiel freguesia. No romper da aurora, era costume os pães serem deixados pelos entregadores em sacolas de pano ou mesmo soltos nas janelas entre as venezianas. Havia também outras padarias e meninos que, no clarear do dia, percorriam as ruas gritando: “Bolo de arroz... quentinho!”

TABACARIA – na Praça do Jardim, como diziam, era onde se adquiriam as revistas Cruzeiro, Realidade, Foto-novelas, jibis e livros de bolso. Os tabagistas se municiavam ali do maligno cigarro e até o charuto. Funcionou até nos anos setenta.

DONA MARIA RIBEIRO – renomada benzedeira, morava ao lado da igreja de Santa Bárbara. Ocupava um imóvel da municipa-

lidade, que outrora era a casa onde ficava o cobrador de impostos. Atualmente é um Posto de Saúde.

SEU ARLINDO – também famoso benzedor que fazia curas, por meio da fitoterapia e benção na Rua do Capim. Sua casa estava sempre repleta de pessoas oriundas de distantes localidades.

FARMÁCIA BOM JESUS – proprietário o farmacêutico Paulo Saddi – no mesmo lugar, no cantinho da Praça do Coreto, desde o início dos anos cinquenta. Paulo era um homem caridoso, que ajudava muitas pessoas carentes, era colaborador do Asilo São Vicente de Paulo, virtude que se tornou conhecida após seu passamento. Ele tinha problema de audição, mas era perfeitamente compreensível aos funcionários. Marcou-me uma narrativa que ouvi de um ex-funcionário daquele estabelecimento comercial na década de setenta. Certo dia, chegou ali uma mulher simplória, procurou o vendedor, querendo um remédio para abortar. O balconista atônito passou a bola para o patrão. Eis então a resposta de Paulo Saddi, ao rapaz, na ponta da língua: “Pega um rarical para ela”. Ela deve ter tomado aquela poderosa vitamina e certamente um robusto rebento deve ter vindo ao mundo.” Essa foi a conjectura do balconista.

MARIA ABADIA PEREIRA DA SILVA – uma morena, sexagenária, fanática torcedora da União, seja no futebol, seja no carnaval, usa vestes de fortes colorações. É super conhecida na cidade. Sobressai com muita ênfase: no Carnaval, na Folia do Divino Espírito Santo, Folias de Reis, no momento da Queima do Judas, no domingo da Ressurreição, bem como em eventos desportistas. Em que pese não ser vilaboense, demonstra muito amor pela cidade.

MAURO NICOLAU – o popular “Maurinho”, era uma personagem distinguida na cidade. Sabia de tudo que ocorria. Seu jeito simples cativava a todos. Conhecia quase todos pelo nome. Sua marca registrada era a presença nos velórios. A deficiência física que lhe provocava dificuldade de locomoção não era obstáculo. Ele circulava pela região central da cidade, onde se comunicava com todas as pessoas. Se ficasse sabendo de um defunto mais distante do centro,

pedia uma carona. Gostava de uma fofoca. Maurinho nasceu em 11 de março de 1947 e faleceu em 24 de dezembro de 2004, na Cidade de Goiás.

DICA – hoje uma sexagenária, com roupas coloridas, chapéu na cabeça, uma coleção de colares no pescoço, um radinho de pilhas à mão e um apito na boca, percorre a cidade apitando para todos os automóveis que trafegam na velha Vila Boa, passando perto dela.

DOMINGO BOBO – o Domingos Campos, infelizmente falecido em 2002, acometido de grave enfermidade no Asilo São Vicente de Paulo. Era obcecado pelo exercício da segurança. Gostava de andar fardado. Era atuante. Exercia uma verdadeira idolatria por fardamento militar. Ouvi de um certo médium espírita, em uma ocasião, que aquela pessoa ostentando aquela farda era indicativo de que em encarnações passadas ele foi um militar de elevada patente e não havia completado a sua missão, por isso reencarnou-se no Domingos.

MARIA MACACA – conduzia água para as residências, pois não havia o serviço de abastecimento de água na cidade pela SANEAGO. Como Maria Macaca, existiam outras pessoas que praticavam aquele ofício carregando na cabeça ou nos ombros aquele precioso líquido da Fonte da Carioca ou do Chafariz, ou de poços que existiam em várias esquinas da linda Goiás.

MARIA GRAMPINHO – com sua trouxa pelas ruas, com aqueles inúmeros botões nas roupas e grampinhos nos cabelos, por fim, se abrigava no porão da casa de Cora Coralina, onde se repousava. Quem viveu na antiga Vila Boa nas décadas de sessenta e setenta, certamente a tem na memória.

SEU TÃOZINHO ENCANADOR – que muitos não sabiam que se tratava de Sebastião Dário, com aquela paciência de Jó. Atencioso para com todos. Homem de uma fina educação, era aquele profissional dos socorros em corrigir os vazamentos das instalações hidráulicas das casas dos vilaboenses.

SEU TATÁ PEDREIRO – da Rua das Flores. Seu Abílio Mamede e seu irmão Euclides – devotados da arte de construir e restaurar as casas do povo de Goiás, dentre tantos outros pedreiros, filhos de Vila Boa.

ZÉ ALEMÃO – exímio consertador de geladeiras. Viveu muitos anos nas proximidades do Mercado Municipal.

POSTO TEXACO – Posto de combustível – foi o primeiro Posto Texaco do Estado de Goiás, de propriedade do Sr. Eliseu de Oliveira – popularmente conhecido por Nêgo de Oliveira. Foi instalado em 1943, anexo ao Mercado Municipal, na margem esquerda do rio Vermelho. Durante vários anos, décadas de sessenta a oitenta, era comercializada a famosa marca FORD anexa àquele estabelecimento. Era a Elivel, que significava Eliseu Veículos Ltda. Todos os lançamentos estavam ali expostos, enchendo os olhos de quem passava na porta.

AÇOUQUES – os açougues de Seu Mingo, Hermínio, João de Cândido, José Carlos Godinho Nicolau, Niquinho Godinho, (todos de saudosa memória). Naqueles estabelecimentos, o consumidor comprava a carne ou toucinho, e o produto era conduzido amarrado com palhas de buriti, pendurado no dedo. Isso perdurou até a década de setenta. Ainda bem que no Mercado Municipal restou pelo menos um exemplar desse patrimônio: o açougue de Celso Oliveira, embora totalmente diferenciado. Não existe mais a palha de buriti, e sim a sacola de plástico.

MÁQUINAS DE BENEFICIAR ARROZ – quase sempre se escrevia MACHINA. Existiam mais de dez: Zitão, Fio Velasco, Capiu, Abner de Sá e muitos outros. Por que foram exterminadas? Só resta uma na Cidade de Goiás – a do Robertinho, no Setor João Francisco.

MUSEU DO DHEÉR – fundado em 1954, quando se estabeleceu no Mercado Municipal, pelo seu idealizador Jair Pinto de Figueiredo, e cognominou-se DHEÉR. Perguntado por que esse apelido, disse ele que quis um cognome diferente, então criou esse. Segundo o seu criador, desde 1939, a paixão por coleção de peças exóticas já era

latente. Ele considera o início do referido museu naquele ano. Jair nasceu na Cidade de Goiás e é irmão do Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo, falecido na década de noventa. Diz ele ter parentesco, por parte de mãe, com o ex-Presidente da República – Gen. João Batista Figueiredo, e também com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por parte de pai. Esse museu possui um rico acervo. Jair é um vilaboense apaixonado por coleções de quase tudo. Comprava tudo o que lhe fosse oferecido. No final dos anos sessenta, desprovido de consciência ecológica como qualquer jovem da época, capturei no rio Vermelho um jacaré, que media um metro e trinta centímetros, precisamente na Carioca, e vendi-lhe o animal. Não sei o que ele fez com o bicho.

BANHOS DE RIOS – os banhos do Poço do Bispo, no rio Vermelho, no Bacalhau, no Bagage e outros córregos, por parte da meninada na década de sessenta, ainda são praticados, evidentemente, por novas gerações. Naquele tempo já éramos gerações substitutas de décadas passadas. Vale lembrar que eu, particularmente, continuo cultuando aquele costume, nos mesmos rios.

CAPÍTULO XXXVI

FATOS E COISAS DE GOIÁS

Alguém já ouviu falar em casamento na madrugada? Pois já existiu. No dia 09 de fevereiro de 1933, a jovem vilaboense de vinte anos, Srt^a Benedita de Moraes Preto, casou-se com o rapaz Ranulpho Gonzaga de Siqueira, às cinco horas. Isso mesmo, cinco horas da manhã, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, na Praça do Coreto. Ao casarem-se, ela passou a assinar Benedita de Moraes Siqueira; é conhecida carinhosamente por “Dona Nenê”, completando em 2010 suas noventa e sete primaveras. Nutrimos grande amizade entre nossas famílias. Ela é comadre de minha sogra. É a avó da minha amiga, Major Sônia Cristina Borges – odontóloga da Polícia Militar de Goiás.

PARTO – até os anos setenta, a maioria dos partos, principalmente na região rural e povoados, era realizada pelas famosas “parteiros”. E mais: as famílias eram numerosas. Os pais guardavam durante muitos anos os “umbigos” das crianças que nasciam. Juntavam os umbigos de seis, oito, dez ou mais filhos e enterravam todos juntos, ao pé do mourão do curral, ou sob uma árvore de valor histórico, ou na porta da igreja. Eram armazenados com segurança, para que o rato não os violasse. Pois se o roedor comesse, o guri poderia virar ladrão. Essa era a superstição.

LUTO – ao falecerem pais e cônjuges, usava-se uma tarja preta no peito ou manga da camisa do homem, lado esquerdo. Para a mulher o vestido com mangas, totalmente na cor preta. Essa manifestação era ostensiva por pelo menos seis meses. Isso caiu em desuso depois dos anos sessenta.

SINOS – todos os dias os sinos das igrejas, na Cidade de Goiás, até as décadas de sessenta e setenta, eram tangidos ao meio-dia, momento em que as crianças diziam: “Bênção, pai!”, “Bênção, mãe!” Isso acontecia em quase todos os lares vilaboenses.

IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS - criada em 1745. Sua sede é na Igreja de São Francisco, situada na Praça Zacheu Alves de Castro, ao lado do Mercado Municipal. A Diretoria é renovada a cada biênio, cujo Presidente tem a denominação de Provedor. Essa Organização religiosa é encarregada de organizar as procissões na cidade. Seus membros ostentam a cor roxa – os homens com os respectivos “balandraus”, e as mulheres com suas “mursas” ou “capas”. Com fulcro nos estatutos da Irmandade, todos os integrantes têm a obrigatoriedade de comparecer às procissões, devidamente paramentados. Outrora, os homens eram obrigados a usar terno (paletó e gravata), mas aos poucos esse traje foi caindo no esquecimento. Usa-se, desde os anos oitenta, apenas camisa de mangas compridas. Porém alguns ainda usam terno. Nas décadas de sessenta e setenta, teve um irmão que se dedicou inteiramente a essa Irmandade: foi Alfredo Francisco dos Santos – o popular “Seu Alfredo”. Ele era alfaiate, solteiro, nasceu em 20 de abril de 1909 e faleceu em 02 de abril de 1995, aos oitenta e seis anos. Ainda bem que continua com o mesmo entusiasmo o irmão Edmundo Saddi Calil, o qual vive intensamente a Irmandade.

CANTO DO PERDÃO – também como coisa de Goiás, se destaca em duas categorias na Sexta-Feira Santa (Sexta-Feira da Paixão): masculino e feminino. O Masculino, na Igreja de Nossa Senhora D’Abadia, às dez horas. É executado por um grupo de vinte e quatro rapazes, divididos em sete anjos que cantam as sete súplicas de Cristo na Cruz e dezessete pecadores que representam as lamentações da humanidade. Simboliza o pedido de perdão dos cristãos a Jesus Cristo. O Feminino é semelhante ao masculino. Acontece às dezoito horas, na igreja de São Francisco.

SEXTA-FEIRA DA PAIXÃO – é dia de se madrugar rumo aos cerrados nos morros, para extrair raízes como arnica, batatinha milomi e outras para uso doméstico e comércio nas feiras e freguesias.

FOGUETÓRIOS – quando se ouviam estampidos de fogos de artifícios, geralmente se pressupunha que alguém teria acertado na loteria. Naquela época não existia a loteria esportiva. Eram somente a loteria federal e a estadual.

TELEVISÃO – em 1966, quando cheguei à Cidade de Goiás, televisão era uma novidade, portanto, poucas casas possuíam um aparelho de TV. “Pegava” somente a Rede Globo. A imagem era em preto e branco, nem se pensava em colorido. As antenas eram externas. Só se via um emaranhado de garranchos de alumínio sobre os telhados. Aquele fantástico invento esvaziou o maravilhoso cinema a partir do início de 1970. O asfalto da rodovia GO-4, vindo de Goiânia, chegou à Cidade de Goiás, também em 1966. Atualmente sua denominação é GO-070 (Rodovia Jornalista Jaime Câmara).

PASTELARIA – na cidade, havia dois pontos de parada obrigatória dos vilaboenses: Pastelaria do João de Isaac, no Mercado Municipal, e o Bar do Manon, na Praça do Coreto. Nesses dois locais, praticava-se o ritual dos encontros diários. Os assíduos frequentadores: políticos, desportistas, pecuaristas, trabalhadores de várias categorias, aposentados e turistas. Ali se degustava o saboroso pastel fritinho na hora, vários sabores, com os deliciosos sucos de cajazinho, laranja, caju e tamarindo. Colocavam-se as notícias em dia. A atração principal do Bar do Manon era a “sinuca”. Rolavam as apostas.

ZÉ DE ISAAC – e seu lanche ambulante, com o seu inconfundível grito de guerra, propagando seus produtos: garapa de cana, sucos de frutas naturais, quitandas, café, chocolate etc.

VENDAS NAS RUAS – inesquecível a venda do leite em litros de vidro no sapicuá, nos ombros dos leiteiros ou na garupa dos animais. Os tabuleiros de mocotó, bucho, frutas como manga, caju, mangaba, murici, ingá, mangustã e tantas outras; tabuleiros de pamonha, curau, bolo-de-arroz, no ombro ou sobre a cabeça de menino vendedor, de porta em porta pelas ruas da cidade. Mocotó era a matéria-prima de produzir o caldo de muita sustância. E do bucho era produzido o prato apreciado por muitas pessoas, com o pomposo nome de “dobradinha”. O cargueiro de lenha no lombo de muares (burros/bestas), tangidos por trabalhadores rurais. Aquelas rachas ou lascas de madeira seca se constituíam em lenha estendida sobre as cangalhas (armaduras), no lombo dos animais para abastecer as casas da cidade. A puxa e o pirulito também eram vendidos nas ruas

por meninos que já tinham suas freguesias. Esses doces saíram de cena. A nova geração não os conhece.

BOLO DE ARROZ – o bolo de arroz, dentre os vários fabricantes, vem de gerações passadas. Na atualidade, quem se destaca nessa quitanda é a Dona Inês, no Mercado Municipal. Ela já foi motivo de bela crônica do magnífico escritor goiano José Mendonça Teles.

PASTELINHO – a massa devidamente preparada por quem entende da matéria, assada em forminhas, recheada de doce de leite pastoso. Especialidade da Rita do Alceu e do João Chaves. É muito apreciado pelos vilaboenses e também pelos turistas.

LAVADEIRAS – das lavadeiras de roupas restaram as recordações do rio Vermelho, em vários pontos, principalmente Coxinho e Carioca; também do Córrego Manoel Gomes, bem como Bacalhau e Bagage.

ÔNIBUS – havia também a agência de venda de passagens de ônibus, de Dona Irene, na Praça do Coreto. Atualmente instalada a Galeria Conde dos Arcos. A linha Goiás-Goiânia era feita pelos ônibus: Expresso Guarani e Expresso Asa. A frota era composta daquelas velhas jardineiras, que prevaleceram até meados dos anos sessenta.

ALFAIATARIAS? Eram várias. Normalmente se comprava o pano, que se chamava também fazenda, nas lojas específicas, levava para o profissional da confecção (alfaiate ou costureira), onde se tiravam as medidas, ou uma peça de roupa como modelo, e a roupa nova logo estava pronta. Representando a classe, reclino-me a dois saudosos nomes: Zico e Dorcelino. Vale lembrar que o progresso implantado (as indústrias de confecções) resultou na quase extinção das modestas alfaiatarias. Todavia, algumas ainda resistem, pois possuem sua clientela fiel.

SALÃO LILI? Desde os anos sessenta, na rua 15 de novembro, em pleno funcionamento. Local onde as mulheres bem produzidas se tornam mais lindas. As noivas que o digam.

CASAS COMERCIAIS – reportando a um passado não tão distante, pois passei a vivenciar Vila Boa a partir da metade dos anos sessenta, recordo-me dos estabelecimentos comerciais: Casa Sureia, Casa Veiga, Casa Xavante, Casa Evaristo Machado, Armazém Brasília, Casas Pernambucanas, Lojas Riachuelo, Casa Leão, Casa Gavião, Casa Dorival (o Palácio Amarelo da Cidade), Armazém do Petrônio, A Revolução, Bazar da Maria Rosinha – o único remanescente.

FOTOGRAFIA – o pioneiro da fotografia na Cidade de Goiás foi José Alencastro Veiga – o Zeca de Alencastro, que nasceu em 1878, na antiga Vila Boa. Era filho do comerciante Joaquim Gustavo da Veiga Jardim e de Ignez de Alencastro Veiga. Zeca herdou do pai o talento comercial e foi o primeiro fotógrafo profissional de Goiás. Casou-se com Ester da Veiga Jardim, com quem teve sete filhos. Em 1901, Zeca criou no Sobradinho da Rua Americano do Brasil, o “Foto Alencastro Veiga”. Seu filho Carlos – o popular Fiinho, assumiu a administração do Estúdio Fotográfico até 1941. Depois, a filha Suzana deu continuidade até 1972, quando foi desativado. O Patriarca da fotografia em Vila Boa faleceu em 1951, na Cidade de Goiás, onde foi sepultado.

HOTÉIS, POUSADAS, PENSÕES E OUTRAS MEMÓRIAS:

Hotel Portugal: na década de cinquenta e nos anos sessenta passou a ser Hotel Minas Goiás, sendo que a partir dos anos noventa transformou-se em Pousada do Sol, na Rua Americano do Brasil, sob a batuta da competente “Tia Tó”.

Hotel Municipal: na década de sessenta, era o destaque da cidade. Muitos solteirões moravam ali. Hoje é o Hotel Casa da Ponte. É propriedade particular da vilaboense Sr^a Magali de Alencastro.

Pensão Paulista: do Chico Italiano, no Largo do Chafariz; **Pensão dos Motoristas,** na Rua 15 de Novembro, além de outras poucas que existiam. A Cidade de Goiás era deficiente de hospedagem. A nomenclatura “Pensão” deu lugar ao pomposo nome de Pousada. Do final do século passado para cá, Vila Boa se tornou bem servida de hospedarias. São mais de dez pousadas, todas bem equipadas.

CHOPARIA – surgida no início dos anos setenta, a Choparia na Praça do Coreto ficava onde hoje é o Espaço Ouro Fino. Era então o Point da cidade. Não ultrapassara duas décadas em atividade. Foi lá que conheci a minha cara-metade, em 1984.

FESTIVAIS – Cadê os Festivais de Choque? Na década de setenta, eles sempre aconteciam na Cidade de Goiás. Eram promoções beneficentes. Muitos vilaboenses conservam suas coleções de lindos “caneços” de cerâmica decorados.

FUTEBOL – por Goiás já passaram vários times. No começo da década de sessenta, a Cidade de Goiás possuía cinco times de futebol: União, Canta Galo, Mariano, Ginásio e Independente. Narraram-me os amigos Nery de Brito, Paulo Balinha e Joaquim Azeredo (Crax): Associação Atlético União Goiana (A.A.U.G.) – é uma associação de natureza cultural e esportiva. Surgiu por volta de 1927-1928, embora o time de futebol já atuasse desde 1924. De 1930 a 1932, sob a presidência de César Alencastro Veiga, a União desfrutou de largo prestígio não só na Capital, mas por todo o Estado e fora dele. O time estava em sua fase áurea e era quase invencível. Nas décadas de sessenta e setenta, esse time ainda prevalecia com sua supremacia. Sob a direção do Sargento José Elias Pinheiro, manteve-se em boa posição. Suas cores são o branco e preto.

Canta Galo – perdurou-se por pouco tempo, cerca de cinco anos. Não chegou a conquistar nenhum título. Seu uniforme era amarelo. O saudoso Gileno de Loyola era o técnico.

Mariano – foi criado pelo frade dominicano – Frei José Maria. Durou apenas três anos. Todavia, conquistou o campeonato por três vezes. Foi, então, tricampeão. Essa façanha aconteceu no começo dos anos sessenta. Esse nome não foi em vão. Seu criador por si só já diz. Seu uniforme não poderia ser de outra cor: azul e branco – as cores do manto de Maria.

Ginásio – era um time dirigido pelo Prof. Artur da Costa Ferreira e seu irmão Alfredo. Foi criado também no início dos anos sessenta, mas logo se dissolveu. Teve uma vida curta, não ultrapassou dois anos.

Independente Futebol Clube – foi o resultado da fusão do Ginásio e o Canta-Galo. Essa agremiação foi produtiva e perdurou por vários anos. Quase vinte anos a partir do início dos anos sessenta. Seu uniforme era verde. O ex-atleta Joaquim Azeredo Bastos – o Crax, ostenta com orgulho, em sua casa, no Largo do Rosário, emoldurada, uma fotografia daquele saudoso time nos primeiros anos de 1960, com o seguinte elenco: Hercinho, Tim, Fio de Nego, Eliseu, Ednil, Brás Silva, Patureba, Crax, Anajarino, Urbano e Éder. O gandula era o Bequinha.

BORDEL – despendo-se do danoso preconceito, recordo-me também da ZBM (Zona do Baixo Meretrício) – bordel, cabaré, nomes dados às casas das luzes vermelhas. Destacavam os nomes de Dona Julieta, na Rua São Paulo, bem como o Brejinho junto ao Matadouro Municipal. Não existem mais. Entraram em extinção na Cidade de Goiás. Porém, resistiram até os anos oitenta.

CAPÍTULO XXXVII

HISTÓRIA DO CINEMA NA CIDADE DE GOIÁS

Depois dos irmãos Lumière atraírem um público pagante em Paris, na França, para assistir a seus filmes, em 28 de dezembro de 1895, quando nasceu a Sétima Arte, o Major Domingos Gomes de Almeida inaugurou, na Cidade de Goiás, em 13 de maio de 1909, aquela façanha. Aconteceu no prédio do antigo Teatro São Joaquim, no Beco da Lapa, onde funcionou até 1917.

Em 1914 é inaugurado o Cinema Luso-brasileiro, por Joaquim Guedes de Amorim. Naquela época foi criada a primeira Orquestra de Goyaz, pela Maestrina Nhanhá do Couto, para fazer fundos musicais nas sessões cinematográficas.

Em 1917, a Empresa Recreio Goyano transferiu o Cinema Goyano para o Largo do Chafariz, onde funcionou até 1934.

Em 1919, criou-se o Cinema Íris, seu primeiro proprietário foi Geraldo Sarti.

Em 1923, Edilberto Santana criou no mesmo prédio o Cinema Ideal, que funcionou até 1927. Na mesma época foi criada a Orquestra Ideal, para acompanhar os filmes mudos. As telas eram molhadas com água para dar brilho na imagem.

Em 1925, Eugênio da Veiga Jardim e Marionito Fleury montaram a firma Veiga, Fleury & Cia para dirigir o Cinema Ideal.

Em 1937, no dia três de fevereiro, Wadjou Rocha Lima inaugurou o Cine Progresso, o primeiro cinema falado do Estado de Goiás. Mais tarde, a administração do mesmo ficou a cargo de Djary Veiga.

No final dos anos cinquenta, o empresário Djary Alencastro Veiga construiu o Cine Anhanguera na Rua Moretti Foggia, no prédio onde funciona o Teatro São Joaquim. Só que no final dos anos sessenta, com o advento da Televisão, o cinema entrou em decadência nas cidades do interior, e a Cidade de Goiás não ficou de fora.

Todavia, para ressurgir o Cinema em Vila Boa, precisamente em 1999, sob a batuta de um grande Maestro – o Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, foi instituído o FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental). Muito louvável a atitude desse governante que iniciava uma nova fase na política goiana. Inclusive, o lema da administração que se iniciava era “Tempo Novo”. Esse festival incorporou-se no calendário das festas de Goiás, não perdendo para nenhuma outra celebração na quantidade de público presente.

Em que pese a avalanche de programações de TV nos lares vila-boenses, bem como as opções de locações de vídeos, o cinema vem retomando forma. Atualmente já existem exhibições de filmes no Teatro São Joaquim, com frequência, à disposição da comunidade.

CAPÍTULO XXXVIII

MONUMENTOS E INSTITUIÇÕES

CRUZ DO ANHANGUERA – monumento emblemático de Vila Boa. A Cruz rústica de madeira foi encontrada em uma mata, próxima à cidade de Catalão, em uma suposta trilha dos ousados Bandeirantes que vinham de São Paulo para Goiás. O Dr. Luiz do Couto, que era juiz de Direito naquela Comarca, mas também um apaixonado pela Cidade de Goiás, achou por bem trazê-la e fixou-a na rua junto à ponte da Lapa, em 1918. Naquele local havia a Igreja de Nossa Senhora da Lapa, destruída pela mega enchente do rio Vermelho, em 1839. Com a grande enchente que se repetiu em 1989, os estragos também foram enormes, mas a Cruz resistiu intacta. Porém, com a estúpida enchente de 31 de dezembro de 2001, o monumento ruiu e rodou por cerca de cem metros no leito do rio Vermelho. Quando o rio baixou, a peça foi resgatada e reconstruída no mesmo local, na forma primitiva, colocando-se no seu topo uma réplica da cruz original. A legítima, já um tanto carcomida pelo tempo, se encontra no Museu das Bandeiras.

MUSEU DAS BANDEIRAS – antiga Casa da Câmara e Cadeia erguida no Largo do Chafariz, no centro da Cidade de Goiás, em 1761, no reinado de D. José I e governo de João Manoel de Melo. O prédio foi construído conforme projeto encontrado no Arquivo Nacional Português. No alto do seu telhado existe uma marca bem lusitana: o Galinho de Barcelos, como existem em várias cidades de Portugal. Passou a ser museu a partir da década de 1950.

PALÁCIO CONDE DOS ARCOS – primeira sede dos Governadores do Estado de Goiás. Foi edificado no Governo de Dom Marcos de Noronha – o Conde dos Arcos, após a sua chegada à Cidade de Goiás, para assumir o governo em conformidade com a resolução que determinava a construção da residência oficial dos Governadores. Está situado na Praça da Liberdade, como era chamada. Hoje Praça Dr. Tasso de Camargo. A construção teve início em 1750.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE – antiga Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, na Praça Dr. Tasso de Camargo, ou Praça do Coreto, no centro da cidade. Foi construída em 1779 pela Irmandade dos Homens Pardos, sobre os alicerces de uma das casas do Bandeirante Bartolomeu Bueno. Funcionou como Catedral por muito tempo. Hoje abriga um rico acervo de peças religiosas, a maior parte composta por uma coleção de imagens do escultor Veiga Valle.

MUSEU CASA DE CORA CORALINA – na rua Dom Cândido Penso, à beira da Ponte da Lapa. É uma construção do século XVIII. Pertenceu ao Desembargador Francisco Lins dos Guimarães Peixoto – o pai da poeta Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas), falecida em 1985. Aquele espaço sempre tem sido palco aconchegante de públicos que comparecem ali para prestigiar eventos como lançamentos de livros, palestras e outros.

CHAFARIZ DE CAUDA – na Praça Dr. Brasil Caiado, foi construído sobre os alicerces da primeira Capela da Boa Morte, no ano de 1778, com o objetivo de abastecer de água as casas do lado de Sant'Ana. Dizia-se assim porque o Rio Vermelho dividia a Vila em dois setores: Do lado direito do rio era Carmo; do lado esquerdo, Sant'Ana. Desde o fim da década de setenta, constitui-se num lindo cenário onde é encenada a cerimônia de Descendimento da Cruz, no dia de Sexta-Feira Santa, à noite.

FONTE DA CARIOCA – chafariz construído em 1772, pelo General José de Almeida Soveral, na margem esquerda do rio Vermelho. Fonte de uma água cristalina, nascida no sopé do morro D. Francisco, hoje diz-se Morro do Cruzeiro. Essa construção se deu em homenagem à Fonte da Carioca no Rio de Janeiro e pela semelhança das águas. É um ponto turístico, principalmente pelo banho no Poço do Bispo, onde o manancial não é poluído. Existe a lenda de que, quem beber da água da Carioca vai, mas volta à cidade.

GABINETE LITERÁRIO – situado na rua Joaquim Guedes de Amorim, no centro da cidade, trata-se de uma instituição de relevância, criada em 21 de abril de 1864, por Raimundo Sardinha da

Costa. Ali abriga-se um rico acervo literário secular, livros e jornais utilíssimos à cultura. Passou por uma restauração em 1988.

HOSPITAL SÃO PEDRO D'ALCÂNTARA – está situado na margem direita do lendário rio Vermelho e anexo à Igreja do Carmo. Conforme Carta Régia assinada por D. Pedro I, foi construído em 1825. É uma instituição de Saúde quase bicentenária, utilíssima à comunidade. É o único Hospital Filantrópico da Cidade de Goiás. Em décadas passadas foi um Hospital que poderia se chamar de Regional, pois atendia pacientes de vários municípios da região, e diga-se de passagem: com qualidade.

BANCO HIPOTECÁRIO – na Rua Moretti Foggia, centro, na década de sessenta, foi uma importante instituição creditícia, que depois tornou-se Banco de Minas Gerais, até ser extinto na década de oitenta. Suas instalações abrigaram o BEG (Banco do Estado de Goiás), que no limiar dos anos noventa deixou de existir, ficando em seu lugar o Banco Itaú.

MERCADO MUNICIPAL – está situado no centro histórico, na margem esquerda do rio Vermelho. Já foi importante centro de compras para o povo da cidade, cidades circunvizinhas e região rural. Foi criado em 1857, no estilo de construções da Europa. O visual de sua fachada é lindíssimo. Em 1925, passou por uma grande reforma na gestão do Intendente Dr. Agenor Alves de Castro. Com a eclosão do modelo de Supermercados a partir da década de 1970, em todas as cidades brasileiras, esse mercado entrou em declínio. Contudo, o Mercado Municipal da Cidade de Goiás vem resistindo ao tempo e às mudanças.

QUARTEL DO XX – Vigésimo Batalhão de Caçadores - situado no Largo do Chafariz, foi edificado em 1747, pelo Capitão Antônio de Sá Pereira, para abrigar as tropas de Linha. Aquele prédio, depois de desativado como Unidade Militar, funcionou como Hospital nas décadas de sessenta e setenta. Nos anos oitenta e noventa, foi resgatada a atividade militar, quando funcionou o Tiro de Guerra. Foi muito útil ao povo da Cidade de Goiás, pois assim o jovem que quisesse

servir à Pátria não precisava ir para Goiânia ou Brasília. Atualmente, funciona ali o Centro de Educação Profissional (CEP).

CASA DE FUNDIÇÃO – o prédio da Casa de Fundação do Ouro de Goiás foi construído em 1752, ao lado do Palácio do Governo. Era onde se processava a fundição da produção aurífera, que sobre lombos de animais era transportada para o Rio de Janeiro, depois levada para a Coroa Portuguesa. Possui um auditório que serviu de Clube de Dança nas décadas de setenta e oitenta. Após uma minuciosa restauração, no início do século XXI, passou a abrigar o Ministério Público Estadual. Seu auditório se transformou no Teatro da Casa de Fundação.

MAÇONARIA – instituição milenar destacada em Vila Boa. Existem duas lojas na Cidade de Goiás. A pioneira é a Grande Oriente – a Loja Asilo da Razão, fundada em 1835. A União e Justiça nº 74 foi criada em 05 de novembro de 1977, por um grupo de homens ilustres de Vila Boa. Dentre eles distinguiram-se Antônio Seixo de Brito Neto, Joe Martins, Domingos Alves de Oliveira e Benedito Batista Leite. Seu primeiro Venerável foi o Dr. Júlio Vernes Pacheco. O Dr. Licínio Leal Barbosa era o Grão-Mestre, na época.

CAPÍTULO XXXIX

PECULIARIDADES DA CIDADE DE GOIÁS

Talvez seja a única cidade em que quase todas as ruas, avenidas e praças, além do nome oficial, tem também um apelido, exemplo de algumas:

- Rua Professor Ferreira – rua D'Água e Rua do Comércio;
- Rua Hugo Ramos – Rua Rosa Gomes;
- Praça Dr. Brasil Caiado – Largo do Chafariz;
- Rua Dr. Netto – Rua das Carças;
- Av. Hermógenes Coelho – Rua Nova;
- Rua Dr. Joaquim Rodrigues – Rua da Pedra;
- Rua Bartolomeu Bueno – Rua Cambaúba;
- Rua Marechal Floriano Peixoto – Rua Ernestina;
- Rua Maximiano Mendes – Rua Dr. Corumbá;
- Praça Dr. Tasso de Camargo – Praça do Coreto, antes Praça da Liberdade;
- Rua Santos Dumont – Rua da Lama;
- Rua Cel. Santa Cruz – Rua da Manchorra, antigamente Campo da Força;
- Rua Senador Caiado – Rua das Violas
- Rua Gonzaga Jaime – Rua Bolivard;
- Rua Marechal Abrantes – Rua da Prata;
- Rua Cel. Manoel Alves – Rua do Moreira;
- Rua Félix de Bulhões – Rua do Horto;

- Rua Vereador Hugo Argenta – Rua do Cemitério, antigamente era Paço da Pátria;

- Rua 3 de Maio – Rua do Fogo;
- Rua Couto Magalhães – Rua do Carmo;
- Av. Dário de Paiva – Av. Federal;
- Praça Desor. Alves de Castro – Largo do Rosário;

Por outro lado cito algumas ruas que não têm apelido: Rua Santa Bárbara, Rua D'Abadia, Rua 15 de Novembro, Rua São Paulo, Rua Americano do Brasil e Rua da Carioca.

CAPÍTULO XL

IGREJAS E CAPELAS CATÓLICAS

01-Catedral de Sant'Ana – na Praça do Coreto, fundada em 1727 como capela. Em 1743 foi demolida para edificação da Matriz. Em 1759 sofre o desabamento do teto. Reconstruída, torna a cair em 1872. Em 1910, o Bispo D.Prudêncio reinicia as obras da Catedral. Em 1940, dona Darcília de Amorim e suas irmãs assumem a continuação da obra, promovendo campanhas para angariar recursos, mas a construção continuou inacabada. Em 1985 a família Veiga desencadeou campanha para arrecadar recursos, sendo que teve êxito: colocaram o piso e o forro. Em 1997, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) terminou o projeto do arquiteto Fernando Madeira, mostrando as fases da construção da Catedral. Na mesma época, já em 1998, o templo ficou deveras ornamentado com lindos quadros pintados pelo artista plástico Padre Cerezo.

02-Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada em 1779. Está posicionada como a guardiã da Praça do Coreto. No início dos anos sessenta, tornou-se Museu de Arte Sacra; abriga um riquíssimo acervo sacro. São várias imagens esculpidas pelo renomado escultor goiano Veiga Vale.

03-Igreja de Nossa Senhora do Rosário – fundada em 1734, pelos escravos. Era chamada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Em 1934, foi restaurada e ampliada pelos frades Dominicanos, oportunidade em que foi erguida sua alta e linda torre. Na década de cinquenta, Frei Nazareno Confaloni, artista plástico, dominicano, italiano, pintou os lindos afrescos no interior da mesma.

04-Igreja de Nossa Senhora do Carmo – fundada em 1786. Fica ao lado do centenário Hospital São Pedro D'Alcântara, na margem direita do rio Vermelho. Várias vezes restaurada, a última restauração foi em 2010.

05-Igreja de Nossa Senhora D'Abadia – na rua do mesmo nome, foi fundada em 1790. Existe celebração de missa ali, duas vezes ao mês. Funciona também um museu sacro no seu interior. Exposição de vestes dos sacerdotes, de tempos passados.

06-Igreja de Santa Bárbara – fundada na década de 1750. Está edificada sobre um morro e, para chegar ao topo, tem de se escalar uma escadaria de cento e três degraus. Tem missa uma vez ao mês, e a festa da padroeira acontece no seu dia – quatro de dezembro. Aquela igreja é um dos cartões postais da cidade.

07-Igreja de São Francisco – fundada em 1761. É a sede da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, instituída em 1745. Está fincada sobre uma pequena colina, no centro histórico. É o local que simboliza o encontro e a prisão de Cristo, na encenação da Procissão do Fogaréu, que acontece todos os anos, na quarta-feira da Semana Santa, a partir da meia-noite.

08-Capela do Asilo São Vicente de Paulo – local muito lindo para se rezar, devido às suas peculiaridades. Há missas ali todas as quintas-feiras e domingos de manhã.

09-Igreja de São Bento do Mosteiro da Anunciação do Senhor – fundada pelos monges Beneditinos no final dos anos setenta. Destacaram-se ali os falecidos Padres Felipe Leddet e Pedro Recroix. Ambos foram os precursores da empreitada de criar esse segmento em Vila Boa. D. Pedro, também conhecido por Pedrão, foi um grande artista plástico. Esculpia em madeira, deixou muitas obras em Goiás e em outros lugares. Também relevante contribuição deram, ao referido Mosteiro, os Padres Marcelo Barros e Marcelo Guimarães.

10-Capela de Nossa Senhora Aparecida – no Setor Aeroporto, fundada pela Comunidade, com o apoio do Bispo da Diocese – Dom Eugênio Rixen, em 1999.

11-Igreja de Nossa Senhora Aparecida – no Povoado de Areias, fundada em 1910. Fica na margem da Rodovia GO-070, distante dez quilômetros da cidade. Há celebração de missa uma vez por mês. O

ponto alto de sua festa se dá em doze de outubro, quando acontece ali uma grande romaria, oriunda de várias cidades da região, inclusive a população rural de um raio de cinquenta quilômetros.

12-Capela de Nossa Senhora da Guia no Bacalhau – não há uma data precisa de sua fundação, mas na década de 1920, desmoronou-se e na década de trinta, as pessoas do local desencadearam campanhas para angariar recursos e reconstruíram-na. É a menor capela da cidade. Em setembro celebra-se a festa da Padroeira com animadas quermesses.

13-Capela de Santa Rosa de Lima – do Colégio Sant’Ana, no Largo do Chafariz. Local onde as irmãs e as internas cumpriam suas devoções diárias. Além das missas havia outros momentos de orações.

14-Capela de São José, do Lar São José, antigo Orfanato, na Rua da Pedra. Em igualdade à do Colégio Sant’Ana.

15-Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – no Setor Goiás II – iniciada sua construção em 1998 e concluída em 2008. Foi fruto dos esforços da Comunidade vilaboense e de ajudas oriundas de Organizações Religiosas da Itália, intermediadas pelas Irmãs Carlistas (Ordem de São Carlos), representada pela Irmã Maria Ozânia.

16-Igreja de Santo Expedito – no Residencial Papyrus – iniciada a construção em 2007 e terminada em 2010, graças às doações dos devotos de vários lugares. O expoente máximo no que tange às Campanhas para arrecadações de recursos financeiros e administração da obra se atribui com justiça a Berenice da Silva Santos, ao Dr. Jalles Seixo de Britto e sua esposa Marísia, os quais não mediram esforços para cumprir a missão. A parte mais favorável e agradável, modéstia à parte, ficou comigo: eu era o pagador das despesas. Administrava o dinheiro das generosas doações, depositadas na Caixa Econômica Federal. Era uma conta-poupança conjunta, em nome do Dr. Jalles e em meu nome. A festa solene do Santo Padroeiro acontece no dia dezoito de abril. Porém, no dia dezoito de cada mês tem celebração festiva (missa e quermesse).

Sobre a Igreja Católica, no começo dos anos sessenta, há o que se comentar: O altar era colado à parede, a missa era celebrada em latim, e o padre presidia a celebração de costas para os fiéis. Quase ninguém compreendia o que era pronunciado. Em que pese o latim, era matéria obrigatória nas escolas. Atualmente o altar é posicionado afastado da parede, fica no centro do presbitério; os fiéis respondem em português, e o celebrante fica de frente para a assembleia. Existia a “mesa de comunhão”, que consistia numa semelhança de um balcão e se estendia a partir das paredes laterais direita e esquerda, com uma abertura no centro, isto é, um portãozinho próximo ao altar onde as pessoas se ajoelhavam para comungar. Algumas igrejas de Goiás ainda conservam intactas as mesas de comunhão. A exemplo cito a Igreja do Carmo e a D’Abadia, ambas têm o altar colado à parede. As mulheres usavam um véu sobre a cabeça. O sacerdote distribuía a comunhão, movimentando-se, atendendo aos comungantes ajoelhados, homens e mulheres. Para participar da santa comunhão, o fiel tinha que ficar sem comer qualquer coisa sólida, no mínimo duas horas antes da missa. Essa exigência não é mais observada hoje. Nas igrejas não existe mais a referida mesa de comunhão. As pessoas comungam em pé, obedecendo a uma fila; o padre ou diácono, ou ministro da comunhão, permanece estático. As mulheres não usam mais o véu. No momento da consagração não há mais a obrigatoriedade de se ajoelhar. Em várias comunidades ou paróquias não se utiliza mais a campainha ou sineta para o momento da consagração. O sacerdote ou celebrante só utiliza a batina na hora da cerimônia propriamente dita, ao contrário de antigamente, quando o padre era visto em qualquer lugar, vestido com a respectiva batina. Até os anos setenta tocavam-se os sinos três vezes antes da missa. Atualmente só é tocado uma vez. Durante a Semana Santa, os sinos das igrejas são tangidos normalmente, até quinta-feira. Depois, só voltam a ser tocados na manhã do Domingo da Ressurreição. Pelo menos na Cidade de Goiás, conserva-se essa tradição. Com relação à Semana Santa, até o final dos anos sessenta, em Buenolândia, bem como em outras localidades, era rigorosa a observância dos preceitos religiosos, ou seja, guardar os “dias-santos”. Na Quinta-Feira Santa, a partir das três

horas da tarde, até chegar o Sábado Santo, não se varria a casa, não se lavavam roupas, enfim, não se fazia nada. A dona de casa só cuidava dos afazeres da cozinha porque não havia outra alternativa. Tinha que preparar a alimentação para a gurizada, que não era pouca.

Em Buenolândia, como em outros lugares, nos meses de outubro e novembro, quando não havia chuvas, as pessoas se reuniam nas margens do rio Vermelho ou rio Bugre e, em procissão, em caráter de “penitência”, seguiam rezando e carregando latas d’água e pedras, que eram jogadas ao pé do Cruzeiro, da porta da igreja. Rezavam e suplicavam a Deus pela bendita chuva. Era em estilo de novena. Uma reza típica era “estrela do céu”. Esse ritual perdurou até a década de setenta.

CAPÍTULO XLI

IGREJAS EVANGÉLICAS E OUTRAS CONGREGAÇÕES

01-Igreja Cristã Evangélica – na Rua Nova, fundada em 1904. É a igreja evangélica mais antiga da cidade.

02-Igreja Batista – situada na Praça Irmã Gabriela, em frente ao Asilo São Vicente de Paulo, foi fundada em 18 de março de 1984.

03-Igreja Deus é Amor – na Praça São João – Bairro João Francisco, foi fundada em 17 de janeiro de 1987.

04-Igreja de Deus – na Rua Nova. Fundada em 1996, porém, somente em agosto/2010 passou a ter legitimidade jurídica, ou seja, passou a ser reconhecida sua instalação na Cidade de Goiás.

05-Igreja de Cristo – na Rua das Flores. Foi fundada em 1986. Possui um grande contingente de fiéis. Ligado à mesma tem o “Projeto Crescer”, de muita relevância social. Tem como Pastor uma pessoa muito querida na antiga Vila Boa – Pr. Raimundo Aires.

06-Igreja Adventista do 7º Dia – localizada na Rua Marechal Abrantes, Setor João Francisco. Faz parte da mesma instituição o “Grupo Os Desbravadores”, que cultua seriamente o civismo. Foi fundada em 05 de outubro de 1995.

07-Igreja Universal do Reino de Deus – na Av. Federal, Setor João Francisco. Possui um grande número de membros. Foi instituída na Cidade de Goiás no ano de 1998.

08-Igreja Apostólica Luz para os Povos – está fincada na Rua Bolívard, Setor João Francisco. É também de grande porte. Tem muitos seguidores. Foi fundada em 20 de abril de 2003. Pastor Sílvio Cordeiro é o condutor daquele rebanho.

09-Igreja Assembleia de Deus – Missão – situada na Rua Aeroporto, Setor Aeroporto. Foi fundada no começo dos anos oitenta.

10-Igreja Assembleia de Deus – Madureira – instalada em sua sede própria, na Travessa Gonzaga Jaime, também no Setor João Francisco. Existem mais de dez igrejas, em bairros diversos da cidade, ligadas a essa sede, sem contabilizar as da região rural, que somam mais de dez também. Foi fundada em 19 de janeiro de 1986, porém, desde 1965, já funcionava na cidade.

11-Igreja Casa da Bênção de Deus – Rua Dois, Setor Serra Dourada. Aquele rebanho é conduzido pelo Pastor Aureli de Almeida. Foi fundada em 27 de setembro de 1978.

12-Igreja Reino dos Céus ou Santuário da Graça – na rua Aeroporto, Setor João Francisco. Foi fundada em outubro de 1993.

13-Igreja da Graça de Deus – situada na Av. Sebastião Fleury, centro. Foi instalada em Vila Boa, no ano de 2009.

14-Igreja Mundial do Poder de Deus – a mais recente. Fundada em 2010, está situada na Av. Federal.

15-Igreja Messiânica Mundial do Brasil – situada na Av. Deusdete Ferreira de Moura. Foi instituída na Cidade de Goiás, em 1984.

16-Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – começou a funcionar na Cidade de Goiás, no ano de 1975. Seu templo se localiza na Vila Romana.

17-Centro Espírita “Chico Xavier” – situado na Rua Hugo Ramos. Sua presença fora de seu templo se marca mais nas celebrações ecumênicas, por ocasião das solenidades de formaturas escolares. Seus integrantes são pessoas de grandes amizades na cidade. Foi fundado em 24 de junho de 1927.

18-Centro Espírita “Caminheiros Aprendizes” – sua sede é na Praça do Capim, ou Rua da Conceição. Foi fundado em 02 de abril de 2000.

O certo é que todos estes segmentos religiosos supramencionados compõem a sociedade vilaboense. Formam, portanto, uma colcha de retalhos, enriquecendo o belo quadro social da Cidade de Goiás, onde se prega o Santo Nome de Deus.

CAPÍTULO XLII

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A Cidade de Goiás, com pouco mais de vinte mil habitantes, possui um considerável número de Estabelecimentos de Ensino. Oportuno se faz relacioná-los:

01-Campus da UFG (Universidade Federal de Goiás). Funcionam os Cursos de Direito, Serviço Social e Filosofia, noturnos. Com isso, a cidade abriga um grande número de estudantes oriundos de várias partes, sem contar os que moram em cidades próximas, que todos os dias fazem suas viagens, retornando ainda à noite a seus lares. Este Campus funciona desde 1990. Vale lembrar que a Faculdade de Direito nasceu na Cidade de Goiás, na década de 1920. Com a transferência da Capital para Goiânia, ela foi levada também, em 1937. Só depois de meio século ocorreu o retorno dessa faculdade.

02-UEG (Universidade Estadual de Goiás) – Unidade Universitária Cora Coralina – com vários cursos: Letras, História, Geografia, Matemática e Turismo. Funciona desde 1968, quando foi criada conforme Lei Estadual nº 7.031 de 26 de junho de 1968, com o nome de Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás. Em 1986, a denominação é alterada para Faculdade de Filosofia Cora Coralina. Em 1999, primeiro ano do Governo de Marconi Perillo, conforme Lei nº 13.456 de dezesseis de abril, foi criada a UEG (Universidade Estadual de Goiás). Novamente, a denominação é alterada para Unidade Universitária Cora Coralina. Hoje é Unidade Universitária Cidade de Goiás.

03-Colégio Estadual Prof Alcide Jubé – escola tradicional, de bom nome, a qual já passou por várias denominações. Começou como Lyceu de Goyaz, em 1846. Com a transferência da Capital para Goiânia, levaram o famoso Lyceu, 1937. Em 1938 reativou-se a escola, fundando a Sucursal do Lyceu em Vila Boa. Daí, portanto, a razão de considerar a criação desse renomado estabelecimento de ensino. Em 1942, transformou-se em Ginásio Oficial de Goyaz. Em 1948, virou

Colégio Estadual de Goyaz, onde passou a funcionar o curso Científico. Em 1963, sob nova reestruturação, foi chamado de Colégio Estadual de Goiás. Em 1965, passou a chamar-se Colégio Estadual “Mauro Borges Teixeira” – em homenagem ao Governador. Finalmente, em 1967, no auge do Governo Militar, mudou-se o nome para Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, onde funciona somente o Ensino Médio, no centro da cidade.

04-Colégio Lyceu de Goyaz – na Rua Maximiano Mendes, centro, data de 1846. Por um período foi considerado o segundo estabelecimento de ensino público do país. Com a mudança da Capital, o Lyceu seguiu junto, em 1937. Decorrido meio século, a Cidade de Goiás o resgatou, em 1994. Funciona ali o Ensino Fundamental, do sexto ao nono ano, nos turnos matutino e vespertino.

05-Colégio Estadual Prof João Augusto Perillo – Ensino Fundamental, do sexto ao nono ano. Foi fundado em 21 de setembro de 1981.

06-Colégio Estadual Dom Abel, no Setor João Francisco – Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. Fundado em 11 de agosto de 1964.

07-Colégio Estadual Cora Coralina – no Setor Aeroporto. Ensino Fundamental. Fundado em 13 de março de 1985.

08-Colégio Estadual Prof. Manoel Caiado – na região do Areião. Ensino Fundamental do sexto ao nono ano. Fundado no início do século XX, precisamente no ano de 1903. Todavia, a partir de 2006, abriga em suas instalações o Colégio Aplicação. Sua atual nomenclatura é Colégio Aplicação Prof. Manoel Caiado.

09-Colégio Estadual Mestre Nhola – na rua Araguari, centro. Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. Fundado em 03 de maio de 1927.

10-Colégio Estadual Albion Curado – no Bairro Bacalhau. Ensino Fundamental do sexto ao nono ano. Foi criado no ano de 1993.

11-Escola Lar São José – filantrópica, conveniada com o Estado e o Município. Funciona em regime integral, do maternal ao quinto ano, atende crianças de famílias de baixa renda. Administrada pela Irmãs Dominicanas. É uma instituição de ensino de grande relevância na Cidade de Goiás.

12-Escola Família Agrícola – situada no Sítio Paciência – Arraial do Ferreiro, cerca de seis quilômetros do perímetro urbano. Foi criada em 1994, por um grupo de pequenos agricultores, em sistema de cooperativa sob a assessoria do saudoso Padre Felipe Leddet e o incondicional apoio do Bispo D. Tomás Balduino. É conveniada com o Estado. Profissionalizante. Seu principal objetivo é buscar a qualificação dos adolescentes, filhos dos trabalhadores do campo, para aprenderem a lidar com a terra. Já por um considerável período, o Prof. Isaías Araújo vem sendo seu Diretor.

13-Escola Estadual Jardim da Infância “Terezinha Vigiano Mendes” – fundada na década de 1920. Maternal. Muitas personalidades importantes no cenário político, profissionais liberais com atividades distinguidas em décadas passadas, em níveis estadual e federal, passaram por aquela Escola.

14-Escola Estadual de Artes Plásticas “Veiga Valle” – fundada na década de 1960. A notável professora e artista plástica Goiandira Aires do Couto foi a grande incentivadora.

15-Colégio Coopecigo – Ensino Fundamental do sexto ao nono ano e Ensino Médio. Foi criado em 1986. É uma instituição particular de ensino.

16-Colégio Sant’Ana, também particular – no Largo do Chafariz. Ensino Fundamental do maternal ao nono ano. Foi criado na Cidade de Goiás em 1889, pelas Irmãs Dominicanas que vieram da França. Um dos mais conceituados Estabelecimentos de Ensino no Estado de Goiás durante muitos anos. Outrora funcionava o Ensino Médio – o antigo Segundo Grau, como o Curso Normal, que depois passou a ser chamado de Magistério. O regime de internato e externato perdurou até no início dos anos setenta. Muitas famílias de várias regiões do país, encaminhavam suas filhas para serem internas naquele Colégio.

17-Escola Letras de Alfenim – particular, no centro da cidade. Ensino Fundamental do Maternal ao quinto ano. Foi criada em 1998.

18-Escola Asas de Liberdade – Centro Cultural Quilombo (Infantil), particular, do maternal ao quinto ano, instalada à Rua Hugo Ramos, em sua sede própria. Fundada no início deste milênio.

19-Escola Vila Esperança – particular, conveniada, do maternal ao quinto ano. Dedicada-se muito à arte cênica. Instalada na Rua Padre Felipe Leddet.

20-Escola Infantil Geração Santa – particular, do maternal ao quinto ano, instalada à Rua Moreira. Criada no começo dos anos 2000.

21-Escola Municipal Santa Bárbara – na Rua do Cemitério. Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. Foi criada em 1999.

O Município tem cinco Distritos e cada um possui sua respectiva unidade escolar. São eles: Águas de São João, Buenolândia, Calcilândia, Colônia de Uvá e São José da Lajinha. Há também duas escolas nos Projetos de Assentamentos Holanda e São Carlos. Totalizam, portanto, vinte e oito Estabelecimentos de Ensino em todo o Município, do Maternal ao Universitário. A Cidade de Goiás, portanto, é mesmo o “Berço da Cultura Goiana”. Todavia, lamentavelmente, nos últimos dez anos, sem discutir os motivos ou méritos, foram extintas duas unidades escolares de renome. Eram Escolas antigas do Ensino Fundamental, no centro da cidade: Escola Estadual Constâncio Gomes e Escola Estadual Colombina Caiado de Castro. É importante salientar que outras duas Escolas Particulares, de valor histórico, deixaram de existir no centro da antiga Vila Boa. Ambas fixaram seus bons nomes na história, ao longo de décadas. Foram as Escolas de Preparação para o Exame de Admissão ao Ginásio, do Prof. Arthur da Costa Ferreira e da Profª Colombina Caiado de Castro, que com o seu passamento em 1963, sua filha Dolci Caiado de Castro deu continuidade aos trabalhos. As duas Escolas perduraram até a década de setenta. Infelizmente, os mestres Arthur e Tia Dolci faleceram depois de aposentados.

CAPÍTULO XLIII

FATOS CURIOSOS

Narra a minha mãe, que eu era uma criança branquinha, que quando começou a sentar-se, ficava sentada no chão, brincando o dia todo e não sujava o rosto. Diz ela que, preocupada com aquilo, colocava um pedaço de rapadura em minha mão e me estimulava a levá-lo à boca. Certamente, com isso, tornei-me um apreciador, quase compulsivo, de rapaduras.

Ressalta ainda a minha mãe, que na cozinha ela preparava a panela de “Maria Izabel” (arroz com carne-de-sol), e ao colocar no meu prato, eu recusava a comer a carne, dizendo que parecia com barata.

Aos dez anos ou mais, conheci uva-passa, frutas como pêra, maçã, morango, ameixa, castanhas...

Marcou-me a primeira vez em que bebi coca-cola. Eu tinha dezesseis anos. Era uma minigarrafa de 300 ml e não consegui ingerir seu conteúdo totalmente.

Conheço o sabor de sonrisal e sal de frutas, porque já experimentei por curiosidade. Ao me sentir mal do estômago, meu remédio sempre foi batatinha amarga, extraída do cerrado circundante da cidade, principalmente na manhã de Sexta-Feira Santa. Também para combater o mal estomacal, faço uso do boldo que existe em qualquer quintal ou quaisquer beiradas de muros.

A vivência em Buenolândia, alheia ao progresso, era uma completa ignorância: quando conheci aquele lindo e característico Hino de Natal – “Noite Feliz” – já tinha doze anos de idade, graças a Profª Geni, sendo que o mesmo foi apresentado, pela primeira vez, nos idos do século XIX, na Áustria.

Comemoração de aniversário? Não era cultuada em Buenolândia naquelas décadas de sessenta e setenta. Minha mãe não esquecia

o dia do aniversário dos filhos. Porém, não havia o ritual de cantar Parabéns, nem dar presentes. O primeiro aniversário meu, com festa, aconteceu aos trinta e um anos, promovido por minhas irmãs Clarionice e Leonice, já na Cidade de Goiás, em 1981. Foi surpresa. E que surpresa agradável! Como eu não conhecia, logo, não sentia falta.

Fui ao cinema pela primeira vez, já tinha minhas dezessete primaveras, no então Cine Teatro Anhanguera, onde hoje é o Teatro São Joaquim.

Certo dia, no ano de 2007, fui à missa na igreja do Rosário, num sábado, dezenove horas. Como estava anunciando chuva, fui de carro. Era um Gol branco. A porta da igreja estava repleta de automóveis. Ao terminar a celebração, retornei para casa. Só que me esqueci do carro. Ao chegar em casa foi que percebi: o veículo havia ficado. Fiz, então, outra caminhada para pegar o referido carro.

CAPÍTULO XLIV

MAURÍCIO SALLES - O CARNAVALESCO

Há um costume, em nosso grupo familiar, de sempre promovermos reuniões de confraternizações, por algum ou outro motivo. Muitos parentes moram em outros lugares e, nas datas festivas da histórica Goiás, a galera se congrega. Cada reunião, geralmente é registrada em ata. Ali são anotados os mais inusitados fatos. A exemplo de alguns registros, transcrevo o teor de um fato ocorrido no Carnaval de 2008, na Cidade de Goiás: “No dia 03 de fevereiro de 2008, estava um dia muito chuvoso, domingo de Carnaval. Porém, quando anoiteceu, parece que benzeram as chuvas, pois não teve nem chuveiro. Fomos todos para a beira do cais, na margem do rio Vermelho, para apreciar a passagem dos blocos. Iniciou-se o desfile às vinte e três e trinta horas e terminou uma hora depois. Foi lindíssimo! Um fato inusitado não poderia ser omitido neste registro: ao chegarmos ali, notamos várias faixas de pano que expressavam homenagem ao Carnavalesco Maurício Salles, que há anos participa ativamente do Carnaval da Cidade de Goiás. Logo pensamos alto: “O cara morreu?” Ficamos até consternados... teve gente do nosso grupo que quase chorou... ficamos naquela expectativa. A primeira escola a desfilou foi a Mocidade do João Francisco, a qual já abriu o desfile na avenida, ostentando uma enorme faixa, dizendo: “Maurício Salles, vinte e um anos de amor pelo Carnaval em Goiás”. No carro alegórico, no lugar daquele Carnavalesco alegre, que todos os anos vinha fantasiado de noiva, lá nas alturas, havia era uma moça de pouca roupa. Mais uma vez comentamos: “Cadê a noiva? Pelo visto, estas tantas homenagens, o rapaz morreu mesmo!” Um telão fixado em frente ao palanque mostrava cenas de outros carnavais, e o destaque na tela era o animado Maurício de Anápolis. Um bloco de lindas garotas bem sincronizadas fazia evoluções de balé. Em seguida, um bloco já costumeiro da terceira idade, também anapolino, veio com toda alegria. Cada componente do grupo tremulava uma bandeiri-

nha com a escrita: “Maurício, eu te amo”. Eis então mais reforço para a conjectura da morte do Maurício. De repente, para terminar a passagem da Mocidade, para nossa surpresa e satisfação, apareceu em carne e osso, com uma grande plumagem, o alegre folião, apaixonado pelo Carnaval Vilaboense. Foi interessante, né?

Em seguida, a querida União veio entrando com sua incomparável bateria. Arrasou! Muitas homenagens à queridíssima Carnavalesca Madalena, falecida em 2007. Apresentou-se com muito garbo; um grande elenco mantendo a tradição, para orgulho dos vilaboenses.

Este Carnaval teve um gostinho diferente de outros, com mais sabor, este ano, por um caso atípico: na sexta-feira, 1º de fevereiro de 2008, à tarde, uma liminar expedida pelo juiz de Direito, Dr. Danilo Meireles, proibia a realização da grande festa momesca na Cidade de Goiás. Todavia, lá pelas vinte e uma horas já chegava uma outra liminar do Tribunal de Justiça, invalidando a primeira. Com isso, a população, os amantes desta festa se sentiram deveras aliviados. Inclusive os comerciantes que prepararam para o evento. Imaginar que naquela tarde a cidade já estava cheia de gente de fora, como acontece em todos os anos, e um impasse daquela dimensão, era mesmo motivo para toda preocupação. O bom foi que transcorreram-se todos aqueles dias de festa com muita alegria e descontração, sem qualquer incidente. Foi o Carnaval da Paz.

CAPÍTULO XLV

CAPITAL SIMBÓLICA

Fundada em 25 de julho de 1727, com a propulsão aurífera, pelo ousado Bandeirante paulista – Bartolomeu Bueno da Silva Filho. É a origem do Estado. Deixou de ser Vila em 1749, dado ao crescimento populacional e às dificuldades decorrentes do governo distante – São Paulo. Com isso foi elevada à categoria de Capitania e sediou o seu primeiro Governador, “D. Marcos de Noronha” – o Conde dos Arcos. Em 1818, a então Vila Boa de Goyaz passou a chamar-se Goyaz, permanecendo como sede da Província de Goyaz e posteriormente como Capital do Estado de Goyaz, até ser transferida para Goiânia, em 1933. Consta que o médico, filho da terra anhanguerina – o destemido Dr. Pedro Ludovico Teixeira, com sua visão político-empresarial, num gesto de coragem, consumou aquela transferência, abruptamente. Levou todas as instituições públicas, deixando Vila Boa a zero. Dentre os vários órgãos públicos, destacaram-se as Faculdades de Direito e de Farmácia. Tamanha foi a agressão aos vilaboenses, que muitas pessoas se sentiram humilhadas e vilipendiadas, ao ponto de nunca colocarem os pés na nova Capital. Alguns com elevada idade foram a Goiânia, conduzidos para tratamento de saúde, quando a cidade já contava com mais de quatro décadas.

Mas o inusitado aconteceu. Por ironia do destino, no início dos anos sessenta, precisamente em 1961, o então Governador Mauro Borges Teixeira – filho do fundador de Goiânia – amenizou a animosidade de seu pai para com o povo da Cidade de Goiás: instituiu a Transferência Simbólica da Capital, por ocasião do aniversário da cidade, em vinte e cinco de julho. Naquela época, os poderes constituídos se instalavam por vários dias, e Goiás se tornava, verdadeiramente, a Capital. Muitas pessoas, hoje septuagenárias, ainda narram a popularidade do Governador Mauro Borges. Durante os dias de sua permanência em Vila Boa, ele visitava muitas casas de amigos, abraçava as lavadeiras no rio Vermelho, andava pelas ruas, pelo Mer-

cado, onde conversava com os comerciantes, com toda naturalidade; seus seguranças se portavam com discrição. E com isso sua popularidade se elevava cada vez mais.

Aos poucos, no decorrer deste quase meio século, foi diminuindo o tempo de permanência e, da década de oitenta em diante, os Três Poderes despacham em apenas um dia.

Em todos os anos se repetem as expectativas do povo vilaboense em torno desse ato. Muitos moradores, euforicamente, se acotovelam na Praça do Coreto, para ver de perto o rosto do Governador em revista à tropa da Polícia Militar, que garbosamente, em traje de gala, recepciona a autoridade máxima do Poder Executivo Estadual. Logo em seguida ao desfile militar, sob espaçosas “tendas” instaladas na Praça, em frente ao Palácio Conde dos Arcos, acontece a instalação dos Três Poderes. Sequenciando, destarte, os respectivos discursos alusivos ao evento.

Para encerrar este capítulo, achei por bem inserir o teor de alguns discursos proferidos naquela cerimônia do ano de 2009. Discursaram, primeiramente, o Prefeito Márcio Ramos Caiado, dando boas-vindas a todos; em seguida o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Teles, o qual não poupou elogios à Cidade de Goiás; o terceiro foi o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Honor Cruvinel; o quarto orador foi o Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, que discursou em nome dos agraciados com a Medalha do Mérito Anhanguera; e finalmente a palavra do Governador - Dr. Alcides Rodrigues Filho.

01) Discurso do Prefeito, Dr. Márcio Ramos Caiado, após as saudações de praxe:

“A Cidade de Goiás sempre foi historicamente sacrificada. Dela retiraram o ouro, que carregado em lombo de burro, em nosso país, depois transpondo o Oceano Atlântico, enriqueceu outras terras e outros povos. Goiás privou-se também de seus jovens, que partiram em busca de trabalho e melhores condições de vida. Correram atrás de sonhos, pagando por eles um preço alto – o corte de laços e raí-

zes, principalmente. A cidade tem sido, ao longo da sua existência, uma grande fornecedora dos mais variados recursos. Há setenta e seis anos, uma assinatura numa folha de papel decretou nossa impossibilidade. Como se isso não bastasse, decretou também que nosso relevo era inóspito, um impedimento ao progresso. A Serra Dourada que tanto nos orgulha tornou-se uma barreira nociva, condenando a nossa Goiás ao ostracismo e ao desmanche. Numa grande ironia, o que foi determinante para a outorga do Título de Patrimônio Mundial, em 2001, foi, em 1933, o que a caracterizou como uma cidade inadequada. A vida tem dessas coisas.

Numa homenagem à antiga cidade, Mauro Borges Teixeira, quando governador, estabeleceu que, durante a festa de Sant’Ana, padroeira do Estado, da cidade e da Diocese de Goiás, a capital retornaria à sua origem. Um justo resgate, reconhecendo a importância que nos foi negada, mas que não foi apagada. A transferência da capital é hoje um momento de reflexão. Somos administradores novos; iniciamos esta gestão com uma prática conciliadora, onde todos que querem o crescimento da cidade e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes têm voz e lugar. Pleiteamos sua recuperação política, cultural, histórica e social. Tudo nos anuncia um futuro melhor, que já começou a ser construído e agora toma o impulso que buscávamos. Essa é uma dívida feliz que sempre teremos com o Governador Alcides Rodrigues. Sem alarde, sem pirotecnia, fiel ao seu estilo discreto, o governador tem trazido a Goiás uma lista enorme de benefícios. Nós lhe pedimos, Governador, como prefeito e em nome da nossa gente, sua atenção especial para nossa querida Vila Boa. Muito está sendo feito, mas a cidade esquecida de outros tempos merece ser lembrada a cada dia. Posso afirmar, com certeza, que até o final do seu mandato, o governador Alcides Rodrigues nos trará inúmeros outros benefícios. Nossos jovens, que antes se afastavam de suas famílias, em nome de uma melhor formação, não serão mais obrigados a essa atitude difícil. Terão aqui melhores oportunidades para construir uma família, uma vida melhor. É questão de cidadania. E essa é uma das metas nas quais investiremos, é uma realidade a ser buscada, uma obrigação da municipalidade.

Queremos, Senhor Governador, contar mais uma vez com seu apoio, não podemos deixar o nosso futuro sair por nossas fronteiras, para enriquecer outro presente que não será o nosso.

Sejam todos bem-vindos à Capital do Estado de Goiás.

Muito obrigado.”

02) Pronunciamento do Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – Deputado Honor Cruvinel, por ocasião da transferência da sede do Governo para a Cidade de Goiás, em 24 de julho de 2009.

“Senhoras e Senhores,

O Poder Legislativo responde presente com voz firme e sonora, nesta solenidade de transferência do Governo do Estado de Goiás, berço das mais caras e antigas tradições do povo goiano. Aqui, aos pés da Serra Dourada, revisitamos os nossos sentimentos mais profundos e renovamos os compromissos de trabalho com Goiás e os goianos. Reconhecida mundialmente pela sua extraordinária riqueza arquitetônica e declarada oficialmente Patrimônio da Humanidade pela Unesco, a nossa querida Vila Boa expressa a identidade de Goiás e projeta a secular caminhada da gente goiana em direção ao progresso. A Cidade de Goiás é a síntese de todos os goianos. Síntese que se expressa na perfeição das esculturas do genial Veiga Valle. Síntese que pontilha os traços mágicos das telas dos exuberantes Octo Marques e Goiandira do Couto. Síntese que embala as palavras precisas e carregadas de lirismo nos versos inconfundíveis de Cora Coralina, a inesquecível Aninha da velha casa da ponte. O reencontro com as nossas raízes ancestrais nos permite a reflexão necessária sobre os desafios que o presente e o futuro nos reservam, principalmente no que diz respeito às demandas sociais do Estado.

Goiás avançou muito nos últimos anos, experimentando um salto de desenvolvimento que nos coloca entre as principais economias estaduais no país, com grau de competitividade crescente em relação aos mercados interno e externo. O nosso Estado vem evoluindo acima da média nacional e se consolida como fronteira econômica através da abertura de importantes canais de comércio com uma extensa gama de países, a exemplo dos Estados Unidos, China, Rússia, Holanda, Alemanha, Itália, Japão, além das nações irmãs do Mercosul. São vários os fatores que levaram a esse crescimento acentuado, mas o principal deles, sem dúvida alguma, foi a política de desenvolvimento industrial adotada pelos governos Marconi Perillo e Alcides Rodrigues. As leis de incentivo fiscal no Estado, que eram acanhadas e remontavam às décadas de setenta e oitenta, foram modernizadas e permitiram que atraíssemos novos investimentos, incrementando com maior ênfase a agroindústria e gerando centenas de milhares de empregos diretos e indiretos. Deixamos a periferia para integrar o eixo central da economia brasileira, conforme atestam os números da produção goiana de bens e serviços. Avançamos muito, mas ainda há muito por fazer para eliminar de vez os bolsões de pobreza ainda existentes em municípios do Nordeste de Goiás e assegurar igualdade de oportunidades para todos o goianos.

Sou um defensor ardoroso da união das forças políticas que de 1998 para cá se articularam e trabalharam juntas em favor do desenvolvimento do Estado. A união entre o PSDB, o PP e os demais partidos da base aliada produziu efeitos altamente benéficos para o povo goiano, que podem ser medidos não somente com obras físicas, mas também com iniciativas de ampla repercussão como criação da Universidade Estadual de Goiás. Enquanto o juízo não nos faltar e estivermos unidos, coesos e voltados para as causas coletivas, tenham certeza de que Goiás será forte e respeitado.

Como representante da Assembleia Legislativa, quero manifestar nesta manhã de tantas evocações históricas a crença dos quarenta e um deputados e deputadas na grandeza dos destinos do nosso Estado e reafirmar a defesa intransigente da normalidade constitucional.

Sob a condução firme e segura do presidente Helder Valin, somos hoje um poder enxuto, eficiente e, sobretudo, responsável: não fomentamos crises políticas e nos empenhamos diuturnamente na garantia da estabilidade política e da governabilidade do Estado. Através do convívio respeitoso e amadurecido entre situação e oposição, o Legislativo goiano é parceiro dos Poderes Executivo e Judiciário e sempre está a postos para oferecer soluções substantivas e agregar valores na busca da melhoria da qualidade de vida da gente goiana.

A Assembleia Legislativa está hoje consolidada como uma instituição merecedora do crédito popular, plenamente habilitada para a interlocução política e, mais do que isso, credenciada ao exame qualificado dos grandes temas estaduais. Somos um Poder independente e não abrimos mão da nossa autonomia e prerrogativas institucionais. A governabilidade é o nosso maior compromisso. O povo goiano pode ter certeza: legitimados pelo voto popular, estamos cumprindo o nosso papel de garantir a materialização do debate plural, democrático, sobretudo votando as leis que asseguram o desenvolvimento estadual e beneficiam a gente goiana. O Legislativo de Goiás deixou de ser palco de escândalos e brigas para se transformar numa instância de contribuições efetivas ao crescimento do nosso Estado.

Ao concluir, quero registrar o meu reconhecimento ao trabalho sério e consistente que o governador Alcides Rodrigues realiza à frente do Poder Executivo, cuja condução tem o nosso apoio porque é marcada com o equilíbrio e espírito público.

Do mesmo modo, quero também ressaltar o trabalho do presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Teles, cuja gestão à frente do Poder Judiciário é marcada por decisões rápidas, seguras e alicerçadas nos postulados do Direito e da Justiça.

A Cidade de Goiás nos toca o coração e reaviva o nosso amor pela pátria goiana, fazendo-nos cada vez mais comprometidos com a construção de dias melhores para o nosso povo.

Muito obrigado.”

03) Discurso do Governador Alcides Rodrigues

Depois de uma longa lista de saudações, a autoridade proferiu sua fala:

“Vejo esta cerimônia da transferência simbólica dos Poderes para a Cidade de Goiás, sob duas perspectivas. Não antagônicas, mas complementares. Numa destas perspectivas, é o tributo de todos os goianos às suas raízes, à nossa origem.

Na outra, é a homenagem que os vilaboenses fazem a seus irmãos. Em um e outro caso, trata-se do resgate de nossa história, de nossos bens culturais, de nossas tradições, de tudo o que nos identifica e nos conforma como um povo. É como se, voltando a estas ruas centenárias, cada um pudesse reviver e, assim, revigorar a trajetória de vida de um povo, de pessoas e grupos que vão se aprimorando no seu caminhar. Lembranças do Arraial de Sant’Ana e de Vila Boa despertam em todos nós, na Cidade de Goiás, sentimentos ambíguos. Vemos com cores fortes as nuances das tintas do passado e do novo, do antigo e do moderno. Confrontamo-nos com nosso presente e nosso passado. E, deste choque, vislumbramos um futuro, felizmente, promissor:

Goiânia nasceu da Cidade de Goiás, e é hoje uma metrópole. Vila Boa desenvolveu-se, modernizou-se a seu modo, preservando sua arquitetura, sua história, suas tradições. Tornou-se, por este sábio caminho que soube trilhar, Patrimônio Histórico da Humanidade, título concedido merecidamente pela Unesco. Ao longo deste trajeto, a Cidade de Goiás teve sua participação, simbólica e prática, no amálgama primordial que fez nascer o povo brasileiro: dos índios goyazes, moradores primeiros; dos europeus bandeirantes, que desbravaram; e dos negros escravos, que foram os que mais colocaram pedras nas obras antigas e aos quais muito devemos também.

Desta Cidade de Goiás, conhecida internacionalmente pela Proclamação do Fogo de São João, evento único, emocionante; pelos versos de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nossa Cora Coralina, a poeta que encantou Carlos Drummond de Andrade, cronista verzejador maior

de seu tempo; de Veiga Valle, escultor barroco comparável ao célebre mineiro Aleijadinho. Mas falamos também desta Goiás de todos os seus museus e monumentos, de seu casario e suas ruas de pedra que encantam a todos. Falamos desta Vila Boa que inseriu definitivamente o Estado de Goiás no calendário do turismo brasileiro e internacional. De sua gente, que tão bem sabe receber, mostrando seu talento na literatura, nas artes plásticas, na música, no artesanato. E, coroando tudo isto, com uma culinária que deixa saudade em qualquer um que dela aproveite.

Goiás, emoldurada pelas cores, flora e fauna de sua Serra Dourada, cortada pelo rico afluente do rio Araguaia, o rio Vermelho, palco ideal para o FICA, nosso Festival Internacional do Cinema e Vídeo Ambiental. Cidade de Goiás, que com o empreendedorismo de sua gente e a vocação natural, criou uma rede de hospedagem invejável para qualquer centro turístico brasileiro, por associar cordialidade com profissionalismo.

Enfim, Cidade de Goiás, nosso berço, que todos nós goianos admiramos e amamos. É com esta cidade, seus cidadãos, seus vizinhos e os demais municípios, que nos compraz partilhar este título de goianos, que vimos agradecer nesta oportunidade. Título que orgulha nossos concidadãos, por viverem em um Estado que neste primeiro semestre obteve um saldo de quarenta e cinco mil novos empregos, mesmo diante de uma crise internacional. Título que nos orgulha pelo crescimento em cento e vinte e oito por cento de nossas exportações nos últimos três anos, ultrapassando os quatro bilhões de dólares. São números que marcam e enfatizam o crescimento e o desenvolvimento do nosso agronegócio, da mineração, dos serviços e do aumento da industrialização goiana, com a instalação de novas e a ampliação das indústrias já existentes.

Devo agradecer mais uma vez por termos esta oportunidade de render, à Cidade de Goiás, as devidas homenagens, neste ritual de transferência dos Poderes para a antiga Capital. Esse ato marca o reencontro com velhos e novos amigos. É aqui onde reverenciamos nosso passado de lutas e glórias. E é também onde festejamos nosso

presente auspicioso e almejamos um futuro de esperança e otimismo. Por extensão, quero saudar, dar as boas vindas e agradecer as presenças destes que estão sendo agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Anhanguera, a mais alta condecoração prevista entre nós.

Espero que, tanto pela comenda, quanto por respirarem estes ares goianos, sintam-se também, como nós, parte inseparável desta terra, desta Serra Dourada, deste Goiás altaneiro.

Muito obrigado a todos.”

EPÍLOGO

Esta obra foi a primeira na qual se enfatizou a pessoa do autor. Não me trato de escritor, porém, achei oportuno exibir a minha singela autobiografia, cuja vida vem exposta cronologicamente, desde o nascimento até a contemporaneidade.

Iniciamos com o comentário da primeira infância, quando um casal de jovens, de vida simples, no cotidiano da roça, meus pais – Felipe e Maria – passou a contar, no início da década de 1950, com o começo da “construção” de uma prole, constituída ao longo de duas décadas. Como primogênito, predestinado a uma vida feliz, iniciei meu desenvolvimento físico desfrutando de algo deveras relevante: passear. Minha primeira viagem, aos cinco anos, não poderia ter sido para lugar melhor: o majestoso rio Araguaia. Ao iniciar os estudos, registrei na memória outro inesquecível passeio: uma excursão estudantil, conduzida pela professora, de Buenolândia para Goiás.

A vivência, no Distrito de Buenolândia, foi recheada de boas lembranças, onde pude ter uma boa qualidade de vida. Até por que o meio ambiente era propício. A radical transformação, isto é, sair da região rural para a cidade, aos dezesseis anos, foi muito promissora.

Ainda jovem, cheio de sonhos, aos vinte e um anos, abracei a carreira militar, onde obtive todo sucesso, pois tive o privilégio de ter galgado todas as graduações e postos da hierarquia – de Soldado a Coronel. Tão grande a adaptação, que nem percebi o transcurso de três décadas de efetivo serviço. Por me sentir tão bem na profissão, decidi expressar sinceras homenagens a todos os Comandantes Gerais e de Unidades em que fui lotado. E ainda relatar da vida miliciana no decorrer dos trinta e um anos na ativa.

Devotado à fé cristã, presto também justas homenagens às igrejas católicas e evangélicas da cidade, bem como ao clero dos anos sessenta em diante. Como reconhecimento, não poderia me esquecer de um segmento importantíssimo nas comunidades: as instituições de ensino, bem como os respectivos educadores. Jamais desprezaria

a arte e a cultura, de igual modo seus protagonistas. A Cidade de Goiás, por si só, é um permanente cenário para a arte cênica, em qualquer espaço, desde as rústicas pedras dos calçamentos, das escadarias das igrejas, às praças e muito mais.

No setor político, há um lugar de destaque para um evento anual: a Capital Simbólica. Ali, no ato da respectiva instalação dos poderes, ouvem-se lindos discursos. São poéticos e enaltecendores de nossa querida Vila Boa.

Eis, portanto, esta colcha de retalhos, simplesmente, constituída de LEMBRANÇAS, pois quem tem memória não viveu em vão.



Em apoio à sustentabilidade e à preservação ambiental, a Pronto Editora Gráfica/ Kelps declara que este livro foi impresso com papel produzido de floresta cultivada em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set LD 75g/m², composto nas fontes: Calibri corpo 14 e Minion Pro corpos 12 e 10.

Novembro, 2016.

A revisão final desta obra é de responsabilidade do autor.